



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LUÍSA REGISTRO FONSECA

**A TRAJETÓRIA TRANSATLÂNTICA DE VERENA
STOLCKE: CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL E PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO**

CAMPINAS

2024

LUÍSA REGISTRO FONSECA

**A TRAJETÓRIA TRANSATLÂNTICA DE VERENA STOLCKE:
CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL E PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção o título de Mestra em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Luís Felipe Bueno Sobral

ESTE TRABALHO CORRESPONDE
À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA
ALUNA LUÍSA REGISTRO
FONSECA, E ORIENTADA PELO
PROF. DR. LUÍS FELIPE BUENO
SOBRAL.

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Neiva Gonçalves de Oliveira - CRB 8/6792

F733t Fonseca, Luísa Registro, 1995-
A trajetória transatlântica de Verena Stolcke : circulação transnacional e produção do conhecimento / Luísa Registro Fonseca. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Luís Felipe Bueno Sobral.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Stolcke, Verena, 1938-. 2. Antropólogas - Vida intelectual. 3. Historiografia. I. Sobral, Luís Felipe Bueno, 1980-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Verena Stolcke's transatlantic trajectory : transnational circulation and knowledge production

Palavras-chave em inglês:

Women anthropologists - Intellectual life

Historiography

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Mestra em Antropologia Social

Banca examinadora:

Luís Felipe Bueno Sobral [Orientador]

Fernanda Arêas Peixoto

Luiz Gustavo Freitas Rossi

Data de defesa: 03-10-2024

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9092-4706>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0143635354904274>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora do trabalho de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 03/10/2024, considerou a candidata Luísa Registro Fonseca aprovada.

Prof. Dr. Luís Felipe Bueno Sobral – Presidente da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. Fernanda Arêas Peixoto

Prof. Dr. Luiz Gustavo Freitas Rossi

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Dedico este trabalho à minha avó,
Jeni Aparecida Santiago Registro (in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº2022/02301-7) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (código de financiamento 001) – Convênio FAPESP/CAPES, pelo suporte financeiro para a realização do mestrado. À FAPESP agradeço ainda o financiamento de minha iniciação científica (processo nº2020/13935-1) e do período de pesquisa em Barcelona no programa Bolsa de Estágio e Pesquisa no Exterior (processo nº2023/05044-8). Sem esses investimentos a pesquisa que apresento aqui não teria sido possível.

Ao meu orientador, professor Luís Felipe Sobral, obrigada por ser um orientador tão presente. Esta pesquisa não teria existido sem você, que concebeu o projeto para a escrita do Jovem Pesquisador na FAPESP, 'Historiografia da Antropologia' (processo nº 2019/05567-5). Obrigada por confiar em mim desde o início, quando o procurei para a realização da iniciação científica, feita no contexto pandêmico, até este mestrado presencial. Obrigada por me acompanhar com paciência e cuidado, por acalmar minhas ansiedades e por, definitivamente, orientar os passos de como fazer uma pesquisa acadêmica. Esses anos trabalhando junto a você me fizeram admirar sua trajetória como antropólogo e pesquisador. Seus anos de dedicação e interesse pela leitura e pelo conhecimento me inspiraram a realizar esta pesquisa com carinho e empenho. Obrigada por sempre repetir que daria tudo certo.

Aos professores Christiano Tambascia e Luiz Gustavo Rossi, obrigada pela disposição em ler e avaliar este trabalho no exame de qualificação. Seus preciosos apontamentos e sugestões foram essenciais para a continuação da pesquisa. Ao professor Luiz Gustavo, obrigada também por fazer parte da banca de defesa, juntamente com a professora Fernanda Peixoto. Sinto-me privilegiada por ter pesquisadores como vocês avaliando o resultado desta pesquisa.

Aos colegas do grupo de pesquisa Historiografia da Antropologia, agradeço por compartilharem momentos de aulas, leituras, debates e trocas, que foram imprescindíveis para este trabalho. Amanda Gonçalves Serafim, Felipe Nery, Isaura de Aguiar, João de Regina, Lucas Bacceto, Luiza Venancio Mazieri e Kaléo de Oliveira contribuíram diretamente com dicas, leituras críticas, questões e discussões que incorporei nesta pesquisa e fizeram com que o trabalho acadêmico fosse menos solitário.

A todos os funcionários e funcionárias do Arquivo Edgard Leuenroth, que trabalham todos os dias para manter o lugar vivo e pulsante. Em especial à Silvia Rosana Modena por me

receber com tanta atenção em minha iniciação científica, e à Sandra Aparecida Pereira por sempre me ajudar nos dias de pesquisa no arquivo.

Agradeço à professora Maria Montserrat Clua i Fainé, da Universitat Autònoma de Barcelona, por ter respondido meu primeiro e-mail (cheio de esperança) e confiado em meu potencial. Moltes gràcies per acollir-me com a investigadora visitant al vostre departament, i per ser sempre tan atenta i dolça. Vas marcar la diferència durant el meu temps a Barcelona. Aos professores Josep Lluís Mateo, Alex Coello, Montserrat Ventura, por participarem das entrevistas, e por acompanharem minha pesquisa com presença e curiosidade. À Montse Martos, a secretária do Institut Català d'Antropologia (ICA), por sempre me receber com atenção e me ajudar em minhas dúvidas.

Do meu período em Barcelona, agradeço à Lara Campoli e Taiana Avritchir pelo companheirismo, amizade, cumplicidade e pelas risadas. Não foi um período fácil para nenhuma das três, mas estar com vocês foi como estar em casa, e fui uma *afortunada* de termos criado juntas um refúgio em outro continente e idioma. Cada uma do seu jeito, e ambas com uma energia de acalmar qualquer coração em trânsito, me inspiro e aprendo todos os dias com vocês. Moltes gràcies a Marta, Blai i Nus per acollir-me a casa seva, per haver-me escollit per compartir la seva intimitat i per mostrar-me el millor barri de Barcelona: Sant Andreu. Viure-hi va marcar la diferència per a mi.

A Arturo Silveyra González, por llegar a mi vida de sorpresa y traer tanto amor, cariño y presencia. Gracias por abrir las puertas de tu casa y de tu vida para esta brasileña un poco perdida. Te agradezco por todo el apoyo y el soporte que me diste y sigues dándome cada día, en los momentos buenos y malos. Me encontré una vez más en Sant Andreu, y sigo encontrándome cada día más contigo. Agradezco mucho que nuestros caminos se hayan cruzado en Barcelona y espero que sigan juntos por mucho tiempo.

Da minha vida no Brasil, agradeço os amigos queridos que fiz durante esses nove anos em Campinas. Às antropólogas e cientistas sociais que admiro, Marina Ribeiro, Luciana Cavalcanti e Sofia Mortara, espero um dia ser tão inteligente, dedicada e politizada como vocês. Obrigada por compartilharem tanto das crises da profissão como de vida comigo. Às minhas queridas amigas Júlia Rospendowski e Maria Julia Rinaldi, obrigada por todos os momentos compartilhados, aprendi e continuo aprendendo sempre com nossas diferenças. Ao meu amigo Laerte, obrigada por me ensinar a sonhar grande através do seu exemplo e a nunca desistir de

nós mesmos. Agradeço ao Francisco, a Sarah e a Pitu por dividirem a casa comigo e deixarem ainda mais especial meu último ano em Barão Geraldo.

À Thais Shiratori, minha parceira, o melhor presente que a Unicamp me deu, obrigada por ter entrado na minha vida e escolhido ficar cada dia todos esses anos. Só tenho a agradecer por todo o crescimento, por toda entrega e presença sincera, por me ensinar tanto, e, usando suas palavras: “por fazer os dias serem mais leves e os desafios menos assustadores”.

Agradeço à Lucas Grande Salvaia, por todos esses anos de companheirismo, amor, amizade, afeto e cumplicidade. Seu apoio e incentivo sempre fizeram toda a diferença para mim, e eu não seria nada do que sou hoje se não fosse por você. Obrigada por ser parte tão importante e marcante de minha vida, por acompanhar todas minhas crises na graduação e no mestrado, por me dar chão sempre que eu precisei, por sempre me fazer rir e por me ensinar tanto sobre a vida.

Um parágrafo em especial para agradecer a minha psicóloga Cássia Martinelli, que escolheu o trabalho de ouvir as crises das pessoas e ajudar a resolvê-las, com calma e leveza. Obrigada por cada semana neste processo comigo, por me acolher sempre e me auxiliar tanto, sempre iluminando aquilo que eu ainda não via, me ajudando a reconhecer meus erros e a celebrar minhas decisões com confiança.

Da minha história em Ribeirão Preto, cidade onde nasci, cresci e sigo retornando, agradeço a meus amigos Leonardo, Lena, Vinicius e Heloísa por sempre me receberem com tanto carinho todas as vezes que nos reencontramos, fazendo pequena a distância e o tempo que ficávamos sem nos presenciar. Ao Luiz Henrique Ferranti e à Isadora Ribeiro, obrigada por me ensinarem, de jeitos diferentes e igualmente lindos, o que significa amizade, e por continuarem fazendo isso com constância e naturalidade. Isa, agradeço por sempre estar ao meu lado todos esses anos e por fazer tudo ter sentido.

À minha família, tão grande e querida, que merece alguns agradecimentos especiais. À tia Márcia, por me ensinar, com seu jeito carinhoso, sobre resiliência e organização. À tia Tânia, por me introduzir ao mundo dos arquivos e museus desde pequena, por me ensinar a valorizar a história e a celebrar todas as diferenças. À Regina, Carmem e Rita (in memoriam), por sempre me fazerem sentir amada e querida por quem sou. Aos meus primos Gabriela e Pedro, por serem meus primeiros amigos e meus exemplos de sucesso desde pequena. Aos avós Benedito Fonseca (in memoriam) e Messias Fonseca (in memoriam), por construírem tudo do zero, na base do trabalho duro e com fé no melhor para as próximas gerações. Aos avós Anivaldo

Registro e Jeni Aparecida (in memoriam), por acreditarem desde sempre na importância da educação. Em especial, à vó Jeni, a quem dedico esta dissertação: pedagoga que nos ensinou a “brincar de escolinha”, a valorizar a leitura e a escrita, e que mesmo não visualizando muito bem o que eu fazia com a tal da antropologia, era interessada, perguntava, debatia e me apoiava. Foi nosso sol e fortaleza, também nos ensinou o que é o amor, a como construir uma família e com sua partida dolorida neste ano, nos ensina cada dia a aceitar a efemeridade do tempo e das pessoas que amamos.

Não tenho palavras para agradecer aos meus pais, Marisa e Aluísio, por me deixarem fazer minhas escolhas e apoiá-las, por me permitirem partir com a certeza de que sempre terei um lugar para voltar e por acreditarem na importância da educação. Se hoje estou aqui, é porque recebi tudo isso de vocês. Obrigada, mãe, por ser o exemplo vivo de que estudo, pesquisa e trabalho duro expandem nosso mundo, e obrigada por todas as oportunidades proporcionadas para a expansão do meu. À minha irmã Alice, obrigada por ser exatamente quem é e por me acompanhar enquanto vou me tornando quem eu sou. Obrigada pelo que somos como irmãs, por nossas diferenças complementares e por uma vida inteira de amor e aprendizado contínuo.

Eu não poderia encerrar todas essas palavras emotivas sem agradecer especialmente e imensamente à Verena Stolcke, meu “objeto”, sujeito e agente desta pesquisa. Li e fichei sua bibliografia durante minha iniciação científica e já havia me encantado com sua forma de escrever e sua dedicação à antropologia. Mas poder te conhecer durante meu período de BEPE, frequentar seu belíssimo apartamento no L’Eixample e passar tardes tão especiais com você são momentos que fizeram toda a diferença na escrita deste trabalho. Sinto uma enorme responsabilidade ao escrever sobre alguém em vida e espero ter ilustrado de maneira justa um pouco da carreira e trajetória dessa mulher e antropóloga incrível que você é. Pesquisar sua trajetória pessoal e profissional realmente mudou minha vida, e isso não é uma hipérbole. Obrigada, Verena, por tudo que aprendi junto a ti nesse processo, por me levar para caminhadas em seu bairro, por todas as contribuições que você deixou para a história da antropologia no Brasil, na Espanha e no mundo, e por sempre me receber com tanto carinho, disposição e atenção. Agradeço por essa oportunidade única e privilegiada que vivi nesses meses como sua 'vizinha' e 'biógrafa'.

"... a quem talvez não vejamos mais, ou talvez sim,
porque a vida ri-se das previsões e
põe palavras onde imaginámos silêncios,
e súbitos regressos quando pensámos
que não voltaríamos a encontrar-nos."
A Viagem do Elefante, José Saramago

RESUMO

A antropóloga Verena Stolcke (1938-) possui uma trajetória singular. Nascida em Dessau, Alemanha, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, ela imigrou com a família, dez anos depois, à Argentina, onde cresceu em uma colônia alemã. Mais tarde, retornou ao seu país natal, e em seguida, doutorou-se na Universidade de Oxford, sob a orientação de Peter Rivière, com uma tese inovadora de antropologia histórica que discute raça e sexualidade na Cuba colonial. Em 1970, logo após seu doutoramento, Verena foi convidada pela Unicamp, junto com Antonio Augusto Arantes e Peter Fry, a fundar e desenvolver seu curso de antropologia social. Na década de 1980, ela obteve uma posição na Universitat Autònoma de Barcelona, instituição da qual é atualmente professora emérita. Essa trajetória transnacional e cosmopolita, da qual uma das principais etapas ocorreu na Unicamp, oferece uma oportunidade rara ao estudo da produção intelectual individual em uma variedade de condições sociais, culturais, históricas e institucionais; em outros termos, trata-se da produção do conhecimento antropológico em movimento. Dessa maneira, tal trajetória desafia alguns enquadramentos analíticos estanques da historiografia da antropologia, que tendem a privilegiar o estudo das tradições nacionais, ignorando assim a circulação de pessoas e ideias que, na verdade, são vitais para se compreender essas mesmas tradições.

Palavras-chave: Verena Stolcke, historiografia da antropologia, trajetória, circulação.

ABSTRACT

The anthropologist Verena Stolcke (1938-) has a singular trajectory. She was born in Dessau, Germany, on the eve of World War II, and ten years later immigrated with her family to Argentina, where she grew up in a German colony. Afterward, returned to her home country, and then did her doctorate degree at the University of Oxford, under the guidance of Peter Rivière, with a groundbreaking thesis in historical anthropology that discusses race and sexuality in colonial Cuba. In 1970, shortly after her doctorate, Verena was invited by Unicamp, along with Antonio Augusto Arantes and Peter Fry, to found and develop the course of social anthropology. In the 1980s, she obtained a position at the Universitat Autònoma de Barcelona, where she is currently an emeritus professor. This transnational and cosmopolitan trajectory, of which one of the main stages took place at Unicamp, offers a rare opportunity to study individual intellectual production in a variety of social, cultural, historical and institutional conditions; in other words, it is about the production of anthropological knowledge in motion. In this way, her trajectory challenges some stagnant analytical frameworks present in historiography of anthropology, which tend to privilege the study of national traditions, thus ignoring the circulation of people and ideas that, in fact, are vital to understanding these same traditions.

Keywords: Verena Stolcke, historiography of anthropology, trajectory, circulation.

RESUMEN

La antropóloga Verena Stolcke (1938-) tiene una trayectoria singular. Nacida en Dessau, Alemania, en vísperas de la Segunda Guerra Mundial, emigró con su familia, diez años después, a Argentina, donde creció en una colonia alemana. Más tarde, regresó a su país natal y luego se doctoró en la Universidad de Oxford, bajo la supervisión de Peter Rivière, con una tesis innovadora de antropología histórica que discute la raza y la sexualidad en la Cuba colonial. En 1970, poco después de su doctorado, Verena fue invitada por la Unicamp, junto con Antonio Augusto Arantes y Peter Fry, a fundar y desarrollar su curso de antropología social. En la década de 1980, obtuvo un puesto en la Universitat Autònoma de Barcelona, institución de la cual es actualmente profesora emérita. Esta trayectoria transnacional y cosmopolita, de la cual una de las principales etapas tuvo lugar en la Unicamp, ofrece una oportunidad rara para el estudio de la producción intelectual individual en una variedad de condiciones sociales, culturales, históricas e institucionales; en otras palabras, se trata de la producción del conocimiento antropológico en movimiento. De esta manera, dicha trayectoria desafía algunos encuadres analíticos rígidos de la historiografía de la antropología, que tienden a privilegiar el estudio de las tradiciones nacionales, ignorando así la circulación de personas e ideas que, en realidad, son vitales para comprender esas mismas tradiciones.

Palabras clave: Verena Stolcke, historiografía de la antropología, trayectoria, circulación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Foto dos cadernos de campo do Fundo Verena Stolcke no Arquivo Edgard Leuenroth. Arquivo pessoal.

Imagem 2: Foto de um dos cadernos de campo aberto, que mostra a caligrafia da antropóloga. Arquivo pessoal.

Imagem 3: Verena Stolcke escrevendo o livro sobre a cafeicultura durante seu período em St. Antony's College, Oxford University (financiada por Wenner Gren-Foundation of Anthropological Research, Nova York, EEUU), 1983. “Àlbum fotogràfic”, <<https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/26712/stolcke/fotos.asp>>

Imagem 4: Foto tirada por Stolcke em campo, Seu Luis, o ‘turmeiro’ do caminhão de turma e as trabalhadoras. Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp.

Imagem 5: Foto tirada por Stolcke em campo, caminhão de turma. Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp.

Imagem 6: Verena Stolcke em campo. Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp.

Imagem 7: Mariza Corrêa, Peter Fry, Antonio Augusto Arantes, Verena Stolcke, no quintal da casa de Stolcke em Campinas, 1976. “Àlbum fotogràfic”, <https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/26712/stolcke/fotos.asp>

Imagem 8: Carta de Verena Stolcke a Mariza Corrêa – 1 de julho de 1980.

Imagem 9: continuação de carta de Verena Stolcke a Mariza Corrêa – 1 de julho de 1980.

Imagem 10: Carta de Verena Stolcke a Mariza Corrêa – 14 de agosto de 1981.

Imagem 11: continuação de carta de Verena Stolcke a Mariza Corrêa – 14 de agosto de 1981.

Imagem 12: Stolcke na manifestação de mulheres contra o bombardeio da OTAN a Belgrad. Barcelona, 1999. “Àlbum fotogràfic”, <https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/26712/stolcke/fotos.asp>

Imagem 13: Manifestação de mulheres contra o bombardeio da OTAN a Belgrad. Barcelona, 1999. “Àlbum fotogràfic”, <https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/26712/stolcke/fotos.asp>

Imagem 14: Verena Stolcke numa manifestação pró-Palestina, 11 de outubro de 2023, Barcelona. Arquivo pessoal.

Imagem 15: Verena Stolcke tirando fotos na mesma manifestação pró-Palestina, 11 de outubro de 2023, Barcelona. Arquivo pessoal.

Imagem 16: Foto do panfleto de divulgação da homenagem feita à Verena Stolcke para sua aposentadora, 2008. Arquivo pessoal.

SUMÁRIO

Introdução	17
Considerações metodológicas	19
Estrutura da dissertação	23
Capítulo I – Cuba	26
1.1 – O livro	32
1.2 – Insuficiência antropológica	40
1.3 – Viajar de volta para Cuba?	44
Capítulo II – Brasil	46
2.1 – O contexto da chegada	
2.2 – O segundo livro	51
2.3 – Acervo “Fundo Verena Stolcke” no Arquivo Edgard Leuenroth	62
2.4 – O PPGAS e a circulação	73
Capítulo III – Espanha	77
3.1 – A antropologia catalã	84
3.2 – Investigações feministas e uma vida ativista	93
3.3 – Natureza e cultura na ontologia ocidental	98
Considerações finais: História de uma antropologia viajante	105
Referências bibliográficas	108
Arquivo consultado	
Entrevistas	
Entrevistas realizadas por terceiros	
Livros e Artigos	109
Anexo I – Quadro de arranjo “Fundo Verena Stolcke” do Arquivo Edgard Leuenroth	118

Introdução

“Campinas, 12 de novembro de 1980

Queridíssima Verena,

(O vocativo aí arriba deve ser reflexo das leituras da correspondência Freud-Jung que ando fazendo – que aliás é muito interessante, acho que até mais, para antropólogos do que para os psico-coisas – o que me tornou extremamente consciente do peso histórico que adquirem as palavras. Assim, se algum dia publicam as nossas cartas...).”¹

Esta dissertação de mestrado é fruto dos desdobramentos da pesquisa de iniciação científica realizada entre os anos de 2020 e 2021 intitulada “Os papéis de Verena Stolcke: os primeiros anos da história do Departamento de Antropologia da Unicamp”, financiada pela FAPESP, processo número 2020/13935-1. Essa está vinculada ao Auxílio à Pesquisa Jovem Pesquisador “Historiografia da Antropologia”, dirigido pelo professor doutor Luís Felipe Sobral e financiado pela FAPESP (processo 2019/05.567-5) entre dezembro de 2019 e novembro de 2024. Tal pesquisa abriu portas para a realização da atual investigação de mestrado, a qual apresento aqui como continuação do trabalho no acervo. Devido às intercorrências causadas pelo agravamento da pandemia do Covid-19, passei a maior parte do tempo da primeira pesquisa em confinamento doméstico. Foi uma oportunidade para me aprofundar na trajetória intelectual de Stolcke e assim estabelecer um repertório das fontes do que ela já produziu; como também, a leitura de parte da bibliografia referente à historiografia da antropologia e de etnografias que têm o arquivo como objeto ou como uma entrada para o desenvolvimento de diferentes frentes de pesquisas. O trabalho de campo no arquivo só pôde ocorrer no segundo semestre de 2021, a partir de outubro. Após meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no IFCH em 2022, também financiada pela FAPESP de processo número 2022/02301-7, me dediquei ao cumprimento dos créditos das disciplinas obrigatórias, indo ocasionalmente ao acervo. Já em 2023 pude frequentar o arquivo com mais tempo e organização, como também pude me dedicar à organização de minhas notas de campo, dos fichamentos, visitar livros e outras bibliografias essenciais à pesquisa para finalmente começar o trabalho de escrita. No segundo semestre de 2023, fui contemplada com a bolsa BEPE (Bolsa Estágio Pesquisa no Exterior) da FAPESP, de número 2023/05044-8. A partir de setembro de 2023 até fevereiro de 2024 vivi em Barcelona como pesquisadora visitante da

¹ Trecho retirado de carta escrita por Mariza Corrêa enviada à Verena Stolcke, localizada na caixa 11 “Correspondências” do Fundo Mariza Corrêa, no Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp.

Universitat Autònoma de Barcelona, frequentei duas disciplinas como ouvinte e pude realizar o principal: conhecer e conviver esses meses com a antropóloga Verena Stolcke,

No início da pesquisa de campo em arquivo, no primeiro dia no AEL ainda na iniciação científica, conheci a funcionária Silvia Modena, que tinha conversado apenas virtualmente e agora me apresentava aos documentos e a melhor maneira de manuseá-los. Através de uma conversa com ela sobre os objetivos de minha pesquisa, Silvia me instruiu como eu deveria realizar a classificação e qual metodologia utilizar para o que ela chamou de inventário. Dessa maneira, todo meu trabalho de catalogação no acervo foi de acordo com as demandas do AEL sobre o acervo de Verena Stolcke: realizar um inventário de todos os documentos, descrevendo quais itens estão em quais pastas e anotando dúvidas e outras questões ali presentes que precisam ser revistas por um arquivista. Nos dias que estive presencialmente, pude trabalhar ao lado da funcionária que ajudou a desenvolver o quadro de arranjo do acervo. Esta arquivista auxiliou a bolsista que fez a primeira organização do acervo de Stolcke, e conta que foi muito desafiador devido ao conteúdo dos documentos, assim como a variedade de pequenos excertos e papéis de diferentes tamanhos. A lógica que desenvolveram juntas para essa organização foi pensar na sistematização das informações coletadas pela antropóloga ao longo da pesquisa, como um passo a passo: primeiro a coleta, depois a organização das fontes, a seleção, a leitura destas fontes presente nos fichamentos, as anotações já referenciando os cadernos de campo junto à pesquisa bibliográfica. Nas palavras dela, elas foram tentando construir e seguir o caminho da pesquisa de Stolcke e sua forma de se organizar e pesquisar.

Quando voltei ao acervo pela primeira vez no mestrado, o encontrei da mesma forma que o deixei na última visita da iniciação científica, na mesma sala e no mesmo armário. Conversei novamente com a arquivista que ajudou a bolsista a organizar o acervo, e ela trouxe novas questões para me ajudar a pensar os documentos: qual foi o critério de seleção? Por que somente estes tão específicos? Como foi que eles chegaram aqui? Há outros documentos? Ela mesma afirma que o nome “Fundo Verena Stolcke” não faz jus ao conteúdo dos documentos pois são somente referentes à pesquisa de campo dela em Campinas para a escrita do livro “Cafeicultura”. Fora isso não há mais nada, por isso o nome de certa forma “engana” quem acredita que é um fundo com um acervo recheado de documentos da antropóloga e não somente sobre uma pesquisa. As fotos também são somente da pesquisa de campo, com algumas fotos pessoais.

Com ela conversei também sobre os desafios de minha atual pesquisa que pretende olhar para a trajetória transatlântica de Stolcke, e que, no entanto, os documentos do acervo fazem

referência apenas ao período da pesquisadora no Brasil, com poucas correspondências que mostram sua circulação entre países. Nesta primeira visita como mestranda, decidi revisitar os cadernos de campo e tentar decifrar sua caligrafia para também tentar pensar uma outra forma de circulação num sentido mais restrito, por Campinas e região. Ela ia à Fazenda Rio das Pedras pela manhã, e havia finais de semana que ia visitar suas interlocutoras nas suas casas em Jaguariúna. Ela registra em diferentes seções as entrevistas e conversas que fez com os trabalhadores, colocando suas perguntas e as respostas e mais alguns comentários. Talvez a principal característica presente na escrita que marca sua trajetória é a constante mistura de idiomas. Majoritariamente escrito em espanhol, mas mesclado com palavras e expressões em português e às vezes em inglês. Encontrei em um dos cadernos raros trechos em alemão. Essa característica multilíngue da antropóloga aparece também nas cartas trocadas entre ela e Mariza Corrêa, localizadas no Fundo Mariza Corrêa também no AEL. Pude conhecer o fundo somente no mestrado, e foi ali onde encontrei mais informações sobre a circulação de Stolcke pelas diferentes universidades e como foi o processo de mudança de país junto à sua família. Desafios profissionais, como ter que lecionar em três disciplinas diferentes uma semana após sua chegada na Universitat Autònoma de Barcelona, como também pessoais, na vida doméstica com seu ex-marido Juan Martinez-Allier (1939-) e a adaptação de suas duas filhas Nuria e Isabel no novo contexto. Nas cartas também as antropólogas discutiam teorias, conceitos e autores, e compartilhavam quais eram seus atuais interesses de pesquisa. Já nos anos 1980, vivendo na Europa, Stolcke começou a se aproximar de temas como nacionalismos, devido à intensa vida política da Catalunha, como também as novas tecnologias reprodutivas que eram uma grande novidade naquele contexto. A emergência dos movimentos feministas também era pauta, já que tanto no Brasil como na Espanha estavam acontecendo as primeiras organizações e encontros feministas.

Considerações metodológicas

Henrika Kuklick em “History of Anthropology” (2014) nos mostra que há uma imbricação profunda entre a maneira como a história da antropologia é pensada e o seu próprio campo disciplinar; ou seja, a historiografia da antropologia reflete a estrutura particular da disciplina. Segundo Kuklick, é evidente no que se refere à tradição oral dos antropólogos, porque a ideia que é construída sobre os antropólogos do passado nos é transmitida em grande medida por histórias orais que não se pautam em um estudo apurado desses personagens, mas em anedotas e episódios. A socióloga americana indica que biografias, coletâneas de cartas, reconstruções de debates específicos e outras bibliografias historiográficas não são incluídas

nos cursos, que privilegiam a produção teórica dos antropólogos sem dar muita atenção às condições históricas particulares nas quais tal produção foi realizada. Sem a ciência da dimensão historiográfica, não é possível entender plenamente a teórica. Um recente exemplo na antropologia de um estudo aprofundado na história de uma personagem em que se contextualiza sua produção teórica é o livro *Maria Czaplicka. Gender, Shamanism, Race. An anthropological biography* (2020), de Grazyna Kubica. A autora apresenta a biografia da antropóloga Maria Czaplicka (1884-1921), polonesa e contemporânea de Bronislaw Malinowski na London School of Economics. Ambos saíram de seu país para estudar antropologia sob uma nova perspectiva, já que na Polônia ainda era percebida como uma ciência física (KUBICA, 2020, p. 136). O livro lançado em 2020 é definido pela autora como sendo uma “história da antropologia crítica e feminista”, e sua escolha para olhar para a trajetória de Maria Czaplicka justifica-se pela figura enigmática desta mulher na história da antropologia. Para a autora, escrever uma “biografia antropológica” requer uma análise das perspectivas que se sobrepõem: a vida de uma pessoa específica, a pesquisa científica desta pessoa, a história da antropologia, e a “atmosfera intelectual” do tempo desta pessoa no caso, frisando a importância do estudo dos contextos pelos quais as obras foram produzidas (KUBICA, 2020, p. 9). Verena Stolcke também acredita que a teoria antropológica é produzida de acordo com as pessoas que a fazem e o contexto no qual foi pensada:

“Para orientarme sólo disponía de mi sentido común y de mi propia experiencia personal y el consiguiente desasosiego que me provocaban el racismo y la virginidad – habiendo nacido en Alemania un año antes del inicio de la Segunda Gran Guerra y habiendo sido criada en Buenos Aires, Argentina, en la tradicional moral sexual de la época. Como bien dicen, ‘en toda teoría hay algo de biografía’.” (STOLCKE, 2015, p.2).

Em um artigo publicado em 2008, Stolcke pretende discutir a historiografia da antropologia e seus autores. Para ela, organizar uma história da antropologia é um empenho difícil que levanta incertezas conceituais e metodológicas. Ela nos apresenta um dos dilemas da escrita da história da antropologia: se por um lado para poder escrever uma história da antropologia é preciso ter uma ideia clara do que consiste a disciplina, de outro, só o fazer de sua história pode proporcionar essa ideia. No artigo, ela se propõe a fazer uma revisão crítica das histórias da antropologia existentes até então. Com essa revisão, não servirá apenas para distinguir e caracterizar as diferentes tradições historiográficas e as distintas concepções sobre a disciplina que as condicionaram; mas também se aproximar de uma definição alternativa do “empreendimento” antropológico, implicando num modo específico de situar e periodizar sua história (STOLCKE, 2008, p. 13). Para fazer a análise, a autora não tem a intenção de adotar as

concepções formais de historiografia – presentista ou historicista² – mas sim, tratar da história da antropologia em si como um problema etnográfico. A partir da perspectiva de Michael Herzfeld (1987), trata a antropologia como um sistema simbólico que se ocupa em diferenciar as identidades entre os grupos sociais que a própria disciplina reifica e estuda.

Em uma entrevista realizada em 2008 na Universitat Autònoma de Barcelona, a antropóloga foi questionada sobre como foi ser uma jovem alemã emigrada da Argentina que escolheu estudar antropologia social em Oxford. Ela responde dizendo que é uma história peculiar, mas que de maneira geral, na época em que a profissão se desenvolvia nos centros ingleses (na London School of Economics, Oxford, Cambridge e Manchester), havia muitos expatriados, isto é, antropólogos que eram da Austrália, África do Sul e Polônia, como visto por Kubica, e não ingleses. Para ela, as trajetórias circulantes dessas pessoas têm algo a ver com suas pesquisas, porque as condicionaram até certo ponto para um olhar antropológico (CLUA, 2008, p.16). Sua biografia em particular é marcada por sua circulação transatlântica, e este é um fator decisivo para pensar sua trajetória: ser alemã durante a Segunda Guerra fez sua família fugir para a Argentina; seu trabalho a levou à Stanford onde teve o primeiro contato com a antropologia; seus estudos em Oxford a levaram até Cuba; seu orientador abriu o caminho para a chegada no Brasil, que enfim, a levou para Barcelona. O trabalho intelectual é realizado de forma transnacional, ou seja, possui caráter transversal entre as unidades, porém é pensado de forma nacional, supondo um espaço abstrato entre elas.

Como é apresentado no título, a presente dissertação sobre a trajetória de Stolcke na história da antropologia, foi pensada através da questão da circulação. Sua obra e trajetória foram forjadas em muitas viagens intercontinentais. Bebo de diferentes fontes que me ajudaram

² Termos cunhados por George W. Stocking, a figura que teve o principal impacto no estudo da história da antropologia. Além de publicar amplamente sobre o assunto, também atuou como um grande promotor de pesquisas nesta área. É também conhecido por utilizar uma abordagem historicista para o desenvolvimento de sua pesquisa: a qual entende que todo esforço intelectual está intimamente ligado à conjuntura presente na qual ele é realizado, ou seja, toda história é escrita no presente. No limite, a abordagem pretende estudar o passado em si mesmo, tornando-o objeto de interesse central. O artigo em que Stocking culmina tais termos é “Os limites do ‘presentismo’ e ‘historicismo’ na historiografia das ciências comportamentais” (1982), e foi publicado originalmente como um editorial no *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, considerada importante para difusão da história de tais disciplinas, juntamente com as histórias das ciências sociais. O autor se propõe a explicar seu método de análise, chamado por ele mesmo de polêmico, no qual coloca em oposição a abordagem historicista em relação à presentista, a partir de dicotomias: “contexto” e “análogo”; “processo” e “sequência”; “emergência” e “agência” (que é o conhecimento histórico que presta atenção a emergência gradual e processual de certo fenômeno em contraposição a uma agência individual fundadora); “pensando” e “pensamento” (que busca chamar atenção ao caráter processual de formulação do pensamento em oposição ao elemento que é dado, estável atribuído a um pensamento); “razoabilidade” e “racionalidade” (que é a história que deve enxergar pela plausibilidade do argumento em seu tempo, ao invés de julgá-lo através de nossa razão atual); e por fim os termos historicismo e presentismo. Em todos os casos, o que Stocking busca colocar em relação é: entender o passado considerando o seu próprio contexto, ou estudá-lo de acordo com ideias do presente de quem escreve.

a refletir a produção de conhecimento em movimento. Ao pensar em trajetórias circulantes, uma importante contribuição neste campo é a tese de Mariana França, na qual a antropóloga nos leva a acompanhar a circulação de pessoas, objetos e saberes entre a América Portuguesa e os Países Baixos durante o século XVII, por meio de diários, relatos, pinturas e outras formas de registros feitos pelas personagens neerlandesas no Brasil. A circulação de coleções “exóticas” promovidas por João Maurício de Nassau-Siegen, no período em que foi governador do Brasil Holandês, entre 1637 e 1644 é central em sua pesquisa. Como Luís Felipe Sobral (2016) afirma, na resenha que dedicou ao livro de França, esta demonstra a habilidade particular do conde em colocar esses objetos exóticos em movimento, obtendo vantagens políticas tanto na formação como na dispersão de sua coleção, fazendo dele um pivô importante desse circuito e, conseqüentemente, um ponto de acesso privilegiado para seu estudo.

Fernanda Peixoto tem a viagem como problema de pesquisa em *A viagem como vocação* (2015). No livro, a antropóloga tem como objeto os itinerários particulares dos viajantes Roger Bastide, Gilberto Freyre, Pierre Verger, Michel Leiris. Ela nos apresenta diferentes sentidos de viagens, nos quais se articulam as derivas espaciais e produção de conhecimento. No caso de Bastide, viagens são os percursos pela cidade de São Paulo, lugar em que se mistura o trabalho à vida ordinária: o antropólogo como “testemunha e cronista da cidade em que vive.” (PEIXOTO, p. 127, 2015). Verena Stolcke quando viveu em Campinas, realizou seu trabalho de campo numa fazenda perto da cidade: fazia viagens diárias para sua pesquisa em Jaguariúna, e com o tempo, nos finais de semana fazia viagens de visita aos interlocutores que se tornaram amigos. Porém, eram também viagens de campo, mesmo que não tivesse “oficialmente” acompanhando o trabalho nas plantações. Viagens essas que, como afirma Peixoto, são percursos nos quais trabalho e vida pessoal se mesclam. No caso de Gilberto Freyre, Peixoto nos mostra que sua trajetória é diretamente marcada por viagens entre continentes, assim como Stolcke.

Stolcke, assim como os diferentes exemplos citados, também teve seu trabalho influenciado por sua vida, dimensão que geralmente não é contemplada quando se discute sua produção intelectual. As viagens, os deslocamentos, vivências constantes e diferentes mudanças internacionais, construção lares em vários lugares, além de ser uma pessoa multilíngue, são fatores importantes para entender sua trajetória e o conteúdo de suas pesquisas. Segundo Suely Kofes, em “Uma trajetória, em narrativas.” (2001), é importante que se considere a perspectiva do sujeito envolvido em sua própria narrativa. Em minha pesquisa tive a oportunidade e o privilégio de entrevistar Verena Stolcke sobre sua própria trajetória, e sua perspectiva é levada

em conta no resultado apresentado aqui. Através de Kofes, pude compreender que “o deslocamento objetivo implicaria sentidos subjetivos naquele que se desloca, naqueles relacionados a este deslocamento e naqueles que já foram inscritos no próprio deslocamento” (KOFES, 2001). Para ela, a experiência de um indivíduo não escapa das concretudes socioculturais que realizam e vivenciam enquanto pessoa (KOFES, 2001).

Estrutura da dissertação

A dissertação foi pensada e dividida segundo os principais períodos na vida de Stolcke. No primeiro capítulo, denominado “Cuba”, tento ilustrar o momento em que a antropóloga viveu no país para escrever sua tese de doutorado *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba. A Study of Racial Attitudes and Sexual Values in a Slave Society* (1974). Ela realizou essa pesquisa como aluna da Universidade de Oxford, entre os anos de 1967 e 1968 orientada por Peter Riviére. Busco entender o contexto de Cuba no final dos anos 60, as razões que a fizeram ir para o país – afinal por que os intelectuais de esquerda escolhiam fazer trabalho de campo lá? Em nossos encontros no seu apartamento em Barcelona, ela sempre frisava que o que a levou para os lugares em que esteve foram as casualidades da vida. Mas tento no capítulo entender que para aquele contexto Cuba não era mera casualidade, e nem para a antropologia da época. Sua pesquisa em arquivo foi resultado de mediações com outros pesquisadores residentes na ilha. Naquele momento como Verena Martinez-Allier, foi convidada a fazer a pesquisa de doutorado sem ter necessariamente uma formação acadêmica ou um mestrado na área. Também no capítulo faço uma breve descrição e apresentação do livro para a leitora ou leitor que não o conhece, ressaltando o conteúdo e pontos fortes que o fizeram uma obra de interseccionalidade celebrada até os dias atuais.

No capítulo II, Brasil, escolhi me ater a seu período na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e principalmente ao livro *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)* (1986), devido à sua pesquisa etnográfica e ao conteúdo do acervo. Tento decifrar como foi sua pesquisa e produção, e remontar ao período da antropóloga na Unicamp. Este período já tinha como característica sua circulação transnacional: chegou no país porque não podia voltar para Cuba; e enquanto estava aqui, passava alguns meses no Brasil, outros meses na Espanha. No Brasil, juntamente a Antonio Augusto Arantes e Peter Fry, fundaram em 1970 o Departamento de Antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e um ano após fundaram também o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Tento descrever o contexto do Brasil na época da criação do programa, a efervescência de novas universidades e a luta política contra a ditadura. Ainda no segundo capítulo apresento o livro com mais detalhes,

sua metodologia histórica e sua primeira pesquisa etnográfica, que decidiu realizar porque sentia uma “insuficiência antropológica”, gerada por estar no ambiente de Oxford que valorizava o trabalho de campo tradicional. É também neste capítulo que apresento o conteúdo do acervo Fundo Verena Stolcke, localizado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Unicamp. Apresento e discuto como a questão da circulação aparece em outras pesquisas e argumento como constituinte de sua trajetória.

No terceiro e último capítulo, Espanha, busco entender o contexto do país na chegada de Stolcke e suas principais contribuições para a antropologia espanhola e principalmente a catalã. Muito do que aprendi sobre esse período da trajetória de Stolcke e pude pesquisar foi devido ao meu contato com a própria antropóloga, entrevistas com ex-alunos e colegas e a vivência na UAB. Não há praticamente nada deste período no acervo do AEL, apenas algumas correspondências no Fundo Mariza Corrêa de quando Verena Stolcke já estava vivendo na Espanha. Entre 1981 e 1982 ficou um ano em Oxford onde pôde se dedicar à escrita do livro sem se preocupar em dar aulas. Em uma das cartas enviadas à Mariza Corrêa, Stolcke fala sobre sua difícil decisão de escolher um lugar para ficar e todas as questões envolvidas em ambos os contextos. Quando visitava Campinas e voltava para sua família em Barcelona, escrevia cartas saudosas, dizendo que sempre era bem recebida, “(...) lo que calienta el corazón, sobre todo uno tan dividido como el mío entre sitios distintos.”³ Falo também sobre criação do Institut Catalá d’Antropologia (ICA), a instituição da antropologia catalã na qual foi presidenta durante mais de 15 anos. Ainda neste capítulo apresento alguns artigos e publicações mais relevantes de sua carreira que foram publicados neste período em que lecionava na UAB.

Como conclusão, apresento minhas considerações finais sobre a pesquisa retomando alguns pontos citados ao longo dos capítulos e reflito sobre como a trajetória circulante de Stolcke produziu frutos na antropologia brasileira e catalã até hoje. Seu papel na história da antropologia de lugares tão distintos deixou marcas que mostram o atravessamento de fronteiras e colocam em xeque as tradições nacionais da disciplina. Com isso, não pretendo abordar toda a trajetória de Verena Stolcke, nem oferecer uma análise abrangente de sua obra. Procurei examinar as possibilidades oferecidas através de uma investigação sobre o caminho de uma figura no campo da história da antropologia, contribuindo para o processo de construção da memória da disciplina. Mais além, tive a oportunidade de tentar reconstruir contextos históricos de diferentes países, e localizar pessoas, conexões e mediações nesses contextos e nos

³ Trecho de carta enviada de Verena Stolcke à Mariza Corrêa, em 11 de abril de 1981, página 2. Fundo Mariza Corrêa, pasta “Correspondências”. Arquivo Edgard Leuenroth/AEL – Unicamp.

deslocamentos. Dessa maneira, encontrei nessa pesquisa de trajetória uma chance de participar ativamente da contínua construção da história da antropologia, disciplina na qual estou inserida.

Capítulo I – Cuba

“Mi interés personal por entender el racismo tiene que ver con mi biografía en tanto que alemana y con mi investigación sobre la sociedad esclavista decimonónica cubana. Las raíces históricas concretas del racismo son claramente distintas en ambos casos. No obstante, yo mantendría que no existe una diferencia cualitativa entre ellos. En la Alemania nazi, al igual que en la Cuba decimonónica, se desarrollaron ideologías y políticas racistas para legitimar las prácticas segregacionistas porque lo que prevalecía era un ethos de mérito y libertad individuales que amenazaba al sistema de dominación prevaleciente. El lenguaje con que se expresa el racismo puede variar, así como la severidad de sus consecuencias, pero el mensaje siempre es el mismo, a saber, que en un sistema socioeconómico desigual se escogen las diferencias pertinentes para señalar/hacer una diferencia deshumanizadora. Espero que mi análisis de la interacción de prejuicios raciales y valores sexuales en la Cuba decimonónica, que se ofrece en este libro, pueda contribuir también a la consciencia del racismo renovado en la sociedad de clases contemporánea.” (STOLCKE, 2017, p. 30)

Este trecho foi retirado do livro de Verena Stolcke, no prólogo à segunda edição inglesa, traduzida para o espanhol na edição de 2017. O livro foi resultado de sua pesquisa de doutorado em Cuba, de título “Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba. A Study of Racial Attitudes and Sexual Values in a Slave Society” (1974). Stolcke realizou essa pesquisa como aluna da Universidade de Oxford, entre os anos de 1967 e 1968 orientada por Peter Rivière⁴ (1934-). Nessa época, como Verena Martinez-Allier, foi convidada a fazer a pesquisa de doutorado sem ter necessariamente uma formação acadêmica ou um mestrado na área. Apenas com sua breve experiência de três meses num curso noturno na universidade de Stanford e com seu conhecimento de línguas, pôde se candidatar ao programa para realizar o doutorado. Além disso, Juan Martinez-Allier era também doutorando em Oxford, mas em economia, o que também influenciou sua entrada na universidade. Ele fazia igualmente pesquisa em Cuba, estudando a reforma agrária revolucionária, e os três – Juan, Verena e a filha de 1 ano e meio, Nuria – viajaram e se mudaram para a América caribenha. No entanto, as pesquisas de Stolcke e do marido eram muito distintas, não compartilhavam nem o tema nem o método histórico-antropológico. Ela frisa que a experiência de ter trabalhado como secretária multilíngue a ensinou a trabalhar com pesquisa, com um sistema e uma constância necessárias para esse trabalho.

⁴ Peter Rivière é um antropólogo britânico cujo trabalho foi central para o estudo das sociedades indígenas da Amazônia. Porém, quando orientou Stolcke em sua tese, era tão jovem quanto ela, e ainda não tinha realizado todos os feitos de seu trabalho mais reconhecido atualmente. Ao longo de mais de 40 anos de carreira, ele contribuiu significativamente para o entendimento da organização social, parentesco e cosmologias ameríndias. Rivière realizou importantes trabalhos de campo entre os povos indígenas, como os Trio, e sua pesquisa é marcada pela atenção ao detalhamento etnográfico e à complexidade das interações sociais em comunidades amazônicas (RIVAL & WHITEHEAD, 2001).

Em uma entrevista não publicada, porém compartilhada comigo via e-mail de seus arquivos pessoais, a antropóloga compartilha os detalhes da chegada em Cuba. Entre 1967 e 1968 foi o ano da invasão da Tchecoslováquia pelos soviéticos, o ano antes da colheita de 10 milhões de toneladas de cana de açúcar, e o ano da morte de Che Guevara. Havia protestos multitudinários, e para ela foi uma experiência pessoal e política muito intensa, viver em uma sociedade em plena revolução. Ela e a família viviam na capital Havana, mas viveram três semanas em Sierra Maestra com estudantes de geografia que estavam fazendo trabalho voluntário na província. Quando lhe perguntei sobre a decisão de viajar e mudar de país com uma filha bebê, respondeu-me que “soy una persona muy llena de energía. Si tengo hoy, ya tenía en aquella época. Imagínate con una niña de un año. No, no recuerdo haber estado preocupada. Claro, la niña no le gustó. No le gustaron nada los llamados círculos infantiles. La llevábamos por la mañana y se pasaba el día ahí, y no le gustaba nada. Pero para mí, claro, era ideal. Ella iba al círculo infantil y yo iba a la Biblioteca Nacional. Así. Una combinación entre suerte y mucho, mucho espíritu.” (trecho de depoimento transcrito, Verena Stolcke, Barcelona 2023).

A Cuba revolucionária era atrativa para a maioria dos intelectuais de esquerda naquela década. Esse fato pode ser compreendido através de uma série de fatores inter-relacionados que influenciaram a visão e o apoio ao regime cubano. Um dos principais motivos foi a derrubada da ditadura apoiada pelos Estados Unidos que governava Cuba sob a liderança de Fulgencio Batista. A revolução liderada por Fidel Castro e Che Guevara representou uma vitória significativa contra o imperialismo e a opressão, despertando a simpatia de muitos intelectuais de esquerda. Além disso, o discurso adotado pelos líderes da Revolução Cubana, que era radicalmente anti-imperialista e anticapitalista, ressoou com os intelectuais descontentes com a ordem mundial dominada pelo capitalismo e pelo colonialismo (GLEIJESES, 2002). A promessa de uma transformação social e política radical, visando criar uma sociedade mais igualitária e justa, também atraiu a atenção e o apoio desses intelectuais preocupados com questões de justiça social e igualdade, sendo Verena Stolcke e Juan Martinez-Alier parte deles.

Os avanços iniciais na educação e na saúde em Cuba após a revolução, com altas taxas de alfabetização e acesso universal aos serviços de saúde, foram vistos como evidências do potencial do socialismo para melhorar a qualidade de vida das pessoas, reforçando o apoio dos intelectuais de esquerda. Além disso, a figura de Fidel Castro e o simbolismo da revolução cubana tornaram-se ícones culturais que exerceram uma grande atração sobre muitos intelectuais engajados, inspirando-os com o romantismo da luta contra a injustiça e a resistência

ao imperialismo. No entanto, é importante observar que essa visão positiva da Revolução Cubana foi mais proeminente nas décadas de 1960 e 1970, com o tempo sendo atenuada à medida que o regime cubano enfrentava críticas por violações dos direitos humanos, falta de liberdades políticas e problemas econômicos (GLEIJESES, 2002).

No livro "Sartre Visita a Cuba", publicado em 1960, Jean-Paul Sartre oferece uma análise do contexto político e social da Revolução Cubana. Como um intelectual de esquerda proeminente na época, Sartre expressa uma solidariedade com o povo cubano em sua luta contra o imperialismo e a exploração capitalista. Ele vê a revolução como uma manifestação legítima da vontade popular de se libertar da opressão e da dominação estrangeira. Em sua obra, Sartre critica abertamente o papel dos Estados Unidos e outras potências imperialistas na América Latina, acusando-os de interferir nos assuntos internos dos países da região em benefício de seus próprios interesses econômicos e políticos. Além disso, Sartre rejeita veementemente o colonialismo como uma forma de dominação injusta que nega aos povos colonizados sua liberdade e dignidade. Para ele, a Revolução Cubana representa a possibilidade de criar uma nova ordem social baseada na justiça, igualdade e solidariedade. Em última análise, o livro de Sartre é tanto um testemunho de seu apoio à Revolução Cubana quanto uma reflexão sobre os desafios e possibilidades enfrentados pelos países em desenvolvimento na luta contra o imperialismo e na busca por uma sociedade mais justa e humana.

Quando Stolcke chegou ao país, em 1967, tinha a intenção de investigar as transformações que supostamente deveriam ter acontecido na família campesina cubana depois da revolução; como ela mesma diz, “algo totalmente ingênuo” (NASCIMENTO; FRANCH, 2017). Desejava comprovar as diversas hipóteses desenvolvidas por sociólogos e antropólogos sobre a estrutura familiar nas outras regiões do Caribe e examinar até que ponto a revolução de 1959 gerou transformações na família cubana. Por razões burocráticas, só pôde passar dois meses em campo em Sierra Maestra, onde viveram em uma cabana da Asociación de Campesinos, “nos estabelecemos em uma pequena aldeia onde tinha a casa dos camponeses; dormimos lá em redes, era tudo muito autêntico, etnograficamente autêntico, né?” (CESAR & LASSALI, 2017). Compartilha na mesma entrevista que “era muito ingênuo supor que a Revolução tinha tido impactos a um nível tão íntimo, das relações familiares. Depois eu descobri que, claro, a questão da família em Cuba – ou no Caribe em geral – era uma questão historicamente muito complexa e, além do mais, muito pouco normativa.” (CESAR & LASSALI, 2017). Segundo a autora, essa breve estância a permitiu ter uma impressão mais geral da organização familiar dos habitantes, sendo a maioria de uniões estáveis e consensuais,

o que foi insuficiente para entender as complexidades e muito menos avaliar o impacto da revolução, mesmo que tivessem muitos indícios de que em certos aspectos afetou alguns valores da família (MARTINEZ-ALIER, 1974).

Estava na capital enquanto esperava o possível retorno à Sierra Maestra – algo que nunca aconteceu. Seu marido também trabalhava em um tema politicamente delicado para o momento: a segunda reforma agrária. Na capital encontrou com Oscar Lewis, que tinha inquietudes similares: a ideia do antropólogo americano era investigar as transformações que a revolução poderia ter causado da cultura política popular urbana. No entanto Lewis foi expulso da ilha enquanto Verena Stolcke e sua família foram chamados para ficar somente na capital, em suas palavras “a las autoridades no les interesaba que hubiera extranjeros en el interior del país, a pesar de que éramos de lo mas inofensivos.” (trecho de depoimento, Verena Stolcke, 2023). A abordagem e interesses acadêmicos de Lewis foram vistos como suspeitos pelo regime cubano, especialmente em um período de crescente tensão política e ideológica durante a Guerra Fria. Como mencionado por Stolcke, o governo estava cauteloso em relação a acadêmicos estrangeiros, especialmente aqueles dos Estados Unidos, devido ao temor de espionagem ou de influência contrarrevolucionária. Já outro conhecido compartilhando investigações naquele momento, o geógrafo e historiador espanhol Juan Pérez de la Riva a introduziu ao Archivo Nacional de la Habana, porém na época ela não conhecia ninguém na antropologia que tivesse feito pesquisa com documentos em arquivo, o que era considerado um trabalho de historiador, enquanto antropólogos eram reconhecidos pelos trabalhos de campo.

Quando questionada sobre essa chegada em Cuba, o contexto e suas expectativas sobre a pesquisa, ela me disse: “Iba con mi hijita a visitar las familias. Si, para hablar con ellas y preguntar, ver la revolución. Y eso duró muy poco, porque nos llamaron de vuelta a La Habana. Porque éramos jovencísimos y no éramos ningún peligro político [...] pero la cuestión era europeos circulando por la Cuba revolucionaria... era indeseable. Y era muy tonto porque realmente nosotros no éramos ningún peligro. Claro, aparte de ser súper, súper progresistas. Pero tuvimos que volver a La Habana. Entonces yo estaba ahí, sin tema para mi tesis.”⁵. Ter descoberto e decidido realizar pesquisa com documentos no arquivo foi um movimento inovador para a antropologia da época.

“Ele [o arquivista] tinha classificado por temas, então havia gavetas, essas gavetas de arquivo, gavetas atrás de gavetas, havia todos esses móveis com a documentação, com cartões com um resumo dos temas, dos documentos históricos.

⁵ Trecho de depoimento, Verena Stolcke, Barcelona 2023.

Então, empezei a procurar documentos sobre famílias e encontrei essa extraordinária documentação sobre raptos, estupros e proibição matrimonial, a própria lei de proibição matrimonial entre pessoas brancas e o que se chama agora afrodescendentes, negros e pardos. E comecei a ler e transcrever os documentos, com uma máquina de escrever – acho que uma Olivetti, dessas pequenas, que me emprestaram no arquivo –, copiando as partes dos documentos que me pareciam relevantes. Ia religiosamente todos os dias, a minha filha ia com muita pouca vontade a um círculo infantil - detestava - que era... o dia inteiro, não? E eu passava o dia no arquivo, e trabalhar com esses documentos era que nem ler uma novela: era absolutamente fascinante porque, claro, no século XIX todos os depoimentos eram escritos a mão, com todos os detalhes. Informática é um desastre porque destrói essa memória histórica. E esses documentos não só eram abundantes, senão extraordinariamente detalhados. Eu os cito bastante no livro, não? Tinha tanta documentação em Cuba, porque Cuba foi colônia tanto tempo... os espanhóis fizeram o possível para que não se tornasse independente – teve duas guerras, então, claro, a documentação ficou lá. Então quem queria fazer uma pesquisa histórica sobre Cuba tinha que ir para Havana, ao arquivo histórico. Então, claro, isso foi e foi além do mais muito paradoxal pelo tema e pela perspectiva; como eu disse, fiz a tese em Oxford, porque me casei com uma bolsa, que é o pai das minhas filhas, que tinha uma bolsa em Oxford. A gente se conheceu em Stanford – uma história bastante complicada –, e onde comem uma comem duas, sobretudo se a outra cozinha. E assim pude começar a estudar em Oxford e tive a enorme sorte de ter como orientador Peter Rivière, o etnólogo, que de Cuba não sabia nada, que tinha escrito um artigo “Sexualidade e raça em México”. Era uma reflexão sobre o trabalho de Oscar Lewis; é um artigo muito interessante, mas isso era o mais perto que tinha chegado do que eu estava fazendo. Mas [ele] foi tão interessado, compreensivo, e além do mais comprometido comigo... eu fui a primeira doutoranda dele, éramos primeiros em tudo, tanto eu como ele. Uma perspectiva histórica nessa época era absolutamente excepcional. A antropologia que se fazia naquela época, com muito trabalho etnográfico, era sincrônica, não? (...) As pesquisas eram todas sincrônicas porque se supunha que, como os primitivos não escreviam, não havia documentação histórica, essas explicações tontas. Então, nesse sentido, a minha tese foi realmente bastante novedosa, e agradeço sempre a Peter Rivière por ter estado tão interessado e ter sido tão aberto a uma perspectiva tão distinta.” (CESAR & LASSALI, 2017, p. 171).

Stolcke encontrou uma extraordinária documentação sobre a proibição de matrimônios interracialis, causas civis por raptos “para fins matrimoniais”, e assim pôde construir uma espécie de imagem da história política e social da Cuba colonial, o momento em que a ilha se converteu na pérola do Caribe. Como descrito no prólogo do livro, a documentação era muito vasta, e passou meses no Archivo Nacional grávida de sua segunda filha, esvaziando pacotes de documentos e registrando tudo com uma velha máquina de escrever que lhe emprestaram. Como citado acima em sua entrevista, ler todos esses documentos era como ler uma novela vitoriana de paixões, raptos, sexo, família, e tudo atravessado pela raça. Os pacotes eram muito extensos porque continham manuscritos não apenas das decisões das autoridades, como

também depoimentos de vizinhos, de parentes sobre a condição das famílias implicadas em um conflito matrimonial, a honra do casal que queria se casar contra a vontade dos pais. Sua “escassa” formação em antropologia foi uma vantagem porque conseguia absorver toda essa riquíssima informação quase sem preconceitos teóricos, exceto com o que havia aprendido em Oxford sobre teoria de parentesco. Frisa que não tinha lido Friedrich Engels, não conhecia a obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”(1884), e que talvez por isso logo descobriu as intersecções entre o que hoje se chama classe, raça e gênero. A autora não podia enquadrar as informações que recolhia num quadro teórico que não possuía; o que lhe restava era compreender aquele mundo colonial da maneira que se apresentava a ela.

Ao chegar no arquivo, procurou por materiais históricos sobre a família cubana. Nas seções principais do arquivo, Fondo de Gobierno Superior Civil, o Fondo de Gobierno General e o Fondo de Asuntos Políticos estavam catalogados por temas. O tema “matrimônio”, em particular do Fondo de Gobierno Superior Civil se tornou uma mina de informações sobre as práticas e políticas matrimoniais daquela Cuba do século 19. A autora frisa em diferentes entrevistas e em muitas de nossas conversas: toda abordagem teórica tem algo de biográfico. Ela carregava uma preocupação subjacente: era alemã nascida durante a Segunda Guerra, compreendia o que era o racismo e, como mulher que cresceu na Argentina numa época em que a virgindade ainda era um valor supremo, compreendia a razão desse controle sexual das mulheres. Nessa experiência descobriu essa intersecção que é conhecida pela trilogia de raça, classe e gênero. No período de sua geração não era algo colocado como um problema teórico, porém, já eram questões muito presentes. Foi uma sorte a autora poder fazer essa análise através de documentos neste contexto; para ela, quando os referenciais teóricos são muito rígidos, existe a tendência de tentar encaixar a realidade neles em vez de confiar no instinto e sensibilidade para compreender o que os documentos realmente contêm. Passou todo o período de sua pesquisa de um ano no arquivo, também buscando fontes secundárias na Biblioteca Nacional José Martí. Chegou a fazer um curto período de pesquisa na Espanha no Archivo Histórico Nacional de Madrid e no Archivo General de Indias de Sevilla. No entanto as questões jurídicas relacionadas com o casamento eram, na sua maior parte, da responsabilidade do poder judicial cubano; o material nos arquivos espanhóis era escasso. (MARTINEZ-ALIER, 1974).

Sua tese de título “Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba. A Study of Racial Attitudes and Sexual Values in a Slave Society”, foi publicada originalmente em inglês em 1974, e sua tradução mais recente para o espanhol em 2017 teve uma mudança no título para “Racismo y sexualidad en la Cuba colonial. Intersecciones”. Tal mudança é explicada no

prólogo da edição, justificando que na época em que foi publicado, ainda não se utilizava tais termos como “intersecção” ou “interseccionalidades” na antropologia. O livro mostra como as práticas matrimoniais, as relações de classe, o racismo e os valores sexuais foram articulados na Cuba do século XIX, além de documentar a legitimação racial-sexual da pilhagem colonial hispano-americana tardia. Oferece assim um exemplo concreto daquilo que desde a década de oitenta passou a ser chamada de interseccionalidades entre classe, raça, sexo e gênero e sexualidade, tão em voga no atual debate teórico feminista (STOLCKE, 2017).

Stolcke utilizou o matrimônio como principal ponto focal para analisar a sociedade cubana do século XIX. Em vez de tomar o comportamento normal como base para a investigação, utilizou os desvios da norma documentados nos autos administrativos e judiciais dos casos em que os pais se opuseram a um determinado casamento, dos casos em que essa oposição é superada através de raptos e casos de casamento inter-racial. Apesar de tais variações não acontecerem sempre, seu argumento é que estas alterações do comportamento ideal iluminam os conflitos que ocorriam no sistema social e tornavam as suas normas ainda mais evidentes. O rapto revela que a honra feminina estava profundamente ligada à honra familiar, e ambas estavam vinculadas à hierarquia social, onde a virgindade e a castidade tinham grande importância. Ou seja, segundo Stolcke, esta hierarquia era preservada através do grande valor atribuído à virgindade e à castidade, que surgem assim como uma hipótese alternativa no que diz respeito aos conceitos de honra e vergonha estudados por alguns antropólogos da área mediterrânea.⁶ Além disso, esta interpretação também lançou alguma luz sobre a muito debatida questão das supostas formas particulares de organização familiar na região do Caribe, bem como sobre o casamento em geral.

1.1 – O livro

“Entonces este esa experiencia, la experiencia de haber... haberme encontrado en el Archivo Nacional de La Habana con esa colección de documentos históricos del siglo 19 que un archivero había clasificado, yo creo que, en los años 30, que estaban clasificados por temas, familia, etcétera. Claro, me encontré con toda esa documentación y no hacía falta ninguna lectura teórica previa porque esto era absoluto. Esas cartas ahí están en mi libro sobre Cuba.” (trecho de depoimento transcrito, Verena Stolcke, Barcelona, 2023)

⁶ Os principais estudos, aqueles citados pela autora, que contribuíram para o estudo da organização familiar em sociedades multirraciais, tanto da América do Sul como do Caribe, são: E. Franklin Frazier, *The Negro Family in the United States* (Chicago Univ. Press, 1937); R. T. Smith, *The Negro Family in British Guiana. Family Structure and Social Status in the Villages* (London, 1956); E. Clarke, *My Mother Who Fathered Me* (London, 1957); M. G. Smith, *West Indian Family Structure* (Univ. of Washington Press, 1962)

A obra está dividida em duas partes. A primeira de nome “Matrimonio Interracial” consiste em seis capítulos, e a segunda parte nomeada “Honor y classe”, possui dois capítulos. Farei aqui nessa subdivisão 1.1 um breve resumo da obra por capítulos para contextualizar ao leitor que ainda não teve contato com o conteúdo da pesquisa, assim como abordar como o livro foi recebido naquele momento.

No capítulo 1 “Matrimonio interracial y honor familiar” a antropóloga começa trazendo exemplos concretos de casos encontrados no arquivo para ilustrar e introduzir seu argumento. Ela apresenta um caso de 1791 em que a jovem em questão era branca, filha “sacrílega” de um sacerdote e queria se casar com um “pardo”. A irmã da jovem era contra o matrimônio porque eram de diferentes raças e isso traria consequências para a família. As autoridades cubanas aceitaram as razões de dissidência como justificadas. No entanto a jovem recorreu e o caso foi levado diante do rei; os conselheiros anularam a decisão inicial baseando-se no fato de que o casal já tinha filhos e que a origem ilegítima da jovem compensava a raça inferior de seu pretendente. Stolcke assinala que no documento dos processos havia uma observação que “a resolução da questão poderá servir de exemplo para outros casos” (STOLCKE, 2017, p.52). Até o ano de 1805 o controle sobre a escolha de esposos ou esposas era exercido pelos pais. As autoridades civis tinham a palavra apenas na medida em que as filhas ou filhos não acatavam com a decisão paterna.

Sobre a oposição paterna ao matrimônio desigual, Stolcke nos mostra que dentro dos casos de licenças de casamento inter-raciais recolhidas no Arquivo Nacional de Cuba, aproximadamente um quarto foi devido à dissidência paterna de um casamento misto. Em mais da metade dos casos eram o homem ou a mulher os que solicitavam diretamente a licença oficial, e o no resto de casos os clérigos que iam celebrar o casamento recusaram-se a fazê-lo até que lhes fosse apresentada uma licença oficial. Com o passar do tempo, os candidatos ao matrimônio foram os que mais solicitaram diretamente a licença oficial.

Stolcke argumenta que a hostilidade relativa aos casamentos mistos nas colônias, mesmo antes de 1805, demonstra que as leis do casamento inter-racial da Metrópole apenas forneciam um quadro jurídico para atitudes raciais já existentes. No entanto, com o crescente antagonismo racial que o *boom* do açúcar deu origem, a popularidade da licença de 1805 aumentou proporcionalmente e a sua interpretação pelas autoridades tornou-se cada vez mais restritiva. Quando os pais se opunham a um matrimônio é porque viam como uma ameaça à integridade da família e ao status em relação às outras famílias de seu grupo. Sem exceção, sempre é a família dos pretendentes brancos que abrem o processo de oposição ao casamento.

O sentimento geral era que um casamento que transgredisse as barreiras raciais degradaria para sempre a família do cônjuge branco. Repetidas vezes os pais argumentam mencionando a “desigualdade absoluta do casal”, a “notória pureza de sangue” que possuem, a “mancha notável e transcendental” que aconteceria em sua reputação, a “degradação da prole” e o “infortúnio e descontentamento” que o casamento traria para a família (STOLCKE, 2017, p. 55)

No capítulo 2, *Matrimonio interracial y política*, e no capítulo 3, *Matrimonio interracial y doctrina católica*, Stolcke descreve com detalhes a questão mencionada pelo viés da política e da Igreja. Um dos aspectos que eram investigados nas consultas solicitadas aos pretendentes é a existência ou não de parentes da família da pessoa branca que deseja se casar “que possam ficar constrangidos ou ofendidos”. Na política, existiam vários critérios de classificação social. Tal estatuto social de um indivíduo dependia em grande parte da sua filiação, mas também de seus ganhos econômicos. No contexto cubano, aqueles que tinham maior probabilidade de se casar eram precisamente os brancos de classe baixa e os pardos livres. Segundo Stolcke, a união mais frequente era entre um homem branco e uma mulher parda livre. Até 1850, o que determinava principalmente a atitude das autoridades em relação ao casamento interracial eram os interesses familiares, o comportamento individual de quem desejava realizá-lo e a sua compatibilidade do ponto de vista socioeconômico. A partir de 1851, uma nova dimensão foi acrescentada na lei: levar em conta não só as condições particulares da moralidade dos pretendentes, mas também “os inconvenientes políticos e morais que podem resultar do casamento”. Já sobre a Igreja, a autora menciona que as autoridades conheciam bem os preceitos da moral católica; os reconheciam, embora não se sentissem comprometidos com eles. Na verdade, manipulavam esses valores de acordo com as circunstâncias e, geralmente, os subordinavam aos interesses do Estado. Para eles, enquanto um determinado casamento parecia apoiar, ou pelo menos não ameaçava diretamente a ordem social estabelecida, a moralidade católica podia prevalecer. Porém, quando se pensava que a ordem social estava em jogo, a moralidade era relegada a segundo plano. A integridade e a continuidade da ordem social sempre prevaleciam sobre considerações religioso-morais.

No capítulo 4, “*La opinión del hombre blanco*”, a antropóloga se dedica a descrever o papel e as escolhas que homens brancos possuíam na sociedade cubana do século XIX. Como é demonstrado em todo o livro, o sentimento em relação ao casamento interracial era em grande parte hostil. Apesar disso, durante esse século, cerca de 250 brancos estavam ansiosos para casarem-se, ultrapassando as barreiras raciais ao solicitarem a licença governamental

necessária. Um fator relevante que afetava a probabilidade de uniões interracialis era a composição sexual da população. Segundo a autora em sua investigação, fatores demográficos podem explicar o porquê homens brancos escolhiam mulheres negras como parceiras, no entanto, não explicavam a maneira pela qual essas uniões aconteciam. Na documentação localizada no arquivo, Stolcke encontrou algumas razões que eram usadas para justificar os casamentos, dentre elas a gratidão, amor e honra, o abandono de uma vida de pecados e a praticidade de criar uma família. Um exemplo de gratidão foi um caso de um jovem branco estrangeiro que solicitou uma licença de casamento com uma mulher negra em agradecimento por seus cuidados:

“Un joven pobre, desvalido y solo, generalmente extranjero, encuentra cuidado y solaz con una mujer de color y siente que le debe pagar su generosidad de alguna manera. Pero, aun siendo pobre, este hombre seguía teniendo una importante ventaja sobre las personas de color por ser blanco. Un hombre blanco, solo y sin parientes, podría buscar también en una mujer de color a una persona compasiva que le cuidara en caso de emergencia y defendiera sus intereses con fidelidad y sin pretensiones. Era probable que entonces no funcionara el amancebamiento, dado que buscaba un vínculo menos débil que soportara las tensiones de los tiempos difíciles.” (STOLCKE, 2017, p. 133).

Para a autora, a maioria dos homens brancos parece ter se inspirado a dar esse passo por razões muito práticas, tais como conseguir uma companheira de cama fiel, uma cozinheira gratuita ou uma enfermeira dedicada. Apenas alguns foram inspirados por sentimentos tão socialmente subversivos como o amor ou o desejo de reparar a honra de uma mulher negra. Em relação ao amor, era uma razão que contornava qualquer imposição social, significava a afirmação da liberdade de escolha individual acima das convenções sociais. Portanto, constituía uma ameaça potencial à ordem social, cuja preservação dependia da restrição sistemática da escolha individual (STOLCKE, 2017).

Já nos dois últimos capítulos da primeira parte, o capítulo 5 “El color como símbolo de la condición social” e o 6 “Matrimonio intrarracial”, a autora discute outros diferentes casos de matrimônios ocorridos naquele século. De acordo com a legislação matrimonial de Cuba naquele momento, a sociedade encontrava-se dividida em dois grandes grupos, os de origem europeia e de origem africana, e o que servia de critério para diferenciação era a aparência física, uma classificação já muito complexa. Como ilustrado por ela e já de grande conhecimento histórico, aconteceu uma grande mestiçagem no encontro dessas populações o que deixou ainda mais borrado os limites visíveis entre os grupos sociais. Este processo foi em grande medida consequência da exploração sexual de mulheres negras pelo homem branco. Ou

seja, como encontrado nos documentos, havia a diferenciação entre a “cor legal” e “cor real” das pessoas pelo Estado, e a “cor legal” era uma forma alternativa de determinar a condição racial de uma pessoa quando a sua aparência física não era um indicador sem qualquer tipo de ambiguidade (STOLCKE, 2017, p. 148). Na Cuba do século XIX, ambos os fatores foram usados, a “cor real” e a “cor legal”. Se a aparência física fosse considerada um guia enganoso ou insatisfatório, recorria-se então ao livro batismal, que fornecia informações sobre a genealogia de uma pessoa e, portanto, a aparência física de seus antepassados. A aparência física e a linhagem familiar não eram a mesma coisa, mas sim meios de reconhecer a mesma condição social de um indivíduo. Ainda sobre a classificação legal pela aparência física, Stolcke nos mostra que a classificação social dos chineses ajuda a explicar a natureza do preconceito e da discriminação racial na Cuba do século XIX. A partir de 1850, e como consequência da crescente escassez de mão-de-obra, cerca de 100.000 chineses contratados de Cantão começaram a ser introduzidos em Cuba durante um período de cerca de vinte anos. O que deu origem a uma confusão aguda de classificação para o Estado, já que a cor da pele dos imigrantes chineses era mais clara que a de muitos espanhóis (STOLCKE, 2017, p. 150).

No capítulo 6 “Matrimonio intrarracial”, ela descreve casos em que os pais brancos não concordavam com o matrimônio entre brancos e recorriam às leis principalmente quando eram casos de classes sociais distintas. E novamente à questão da moral, que os jovens mesmo que brancos, deveriam ser de “boa conduta” (STOLCKE, 2017, p.160). Muitas famílias brancas inclusive recorriam à casamentos endogâmicos de classe para a preservação da preeminência socioeconômica. E para alguns ainda com a intenção de manter intactas a riqueza e a “pureza do sangue”, optavam pelo casamento entre parentes. Stolcke ainda nos mostra que todas as proibições ao casamento relativas à consanguinidade ou ao parentesco político poderiam ser superadas mediante solicitação de dispensa papal, com exceção da consanguinidade na linha direta, ou seja, entre pais e filhos, e do primeiro grau da linha colateral, ou seja, entre irmãos.

A segunda parte do livro nomeada “Honor y Clase”, consiste nos capítulos sete e oito, nos quais Stolcke discute sobre os raptos que aconteciam com a finalidade de matrimônios e depois faz uma comparação analítica entre o sistema de castas hindu. No capítulo 7 “Rapto y seducción”, Stolcke afirma que na sua pesquisa foi difícil avaliar a incidência exata dos raptos por casamento ocorridos em Cuba no século XIX. Ela afirma que há muitas evidências que indicam o seu grau de institucionalização. Em muitos casos como não se sabia onde a jovem estava, suspeitava-se de que ela possa ter fugido, e assim os pais concluíam imediatamente que ela fugiu com um pretendente registrando o rapto. Era também utilizado pelos jovens como

meio de superar a dissidência dos pais, fazia parte do sistema matrimonial a tal ponto que também se tornou um meio eficaz de sedução para certos homens. Aqui a autora discute muito sobre os valores morais e sociais ligados à virgindade feminina, que era algo inclusive que afetava a moral da família da jovem que foi “desvirtuada”, e o rapto também era usado como justificativa para efetivar um casamento de uma jovem para assim honrá-la.

No capítulo 8 “Conclusión: Algunas comparaciones analíticas”, Stolcke nos mostra que a preocupação marcante com a honra familiar e individual não se restringia à Cuba do século XIX. São valores que desempenharam um papel central não só na Espanha, mas também em outros países europeus antes do século XIX. Ela conta que só na época da escrita do livro alguns especialistas da área mediterrânica se dedicaram a procurar uma compreensão dos conceitos de honra e vergonha em termos da ordem social em que prevaleceram. Faz uma breve revisão bibliográfica de outros autores que pesquisaram o tema de honra no mediterrâneo, como John Campbell e Julian Pitt-Rivers.⁷ Argumenta que enquanto a ordem social de um lugar estiver rigidamente estratificada e a integridade do grupo for salvaguardada através das suas mulheres, aqueles que ocupam os cargos mais baixos pressionam-se constantemente para alcançar algum avanço social, ocorrendo assim esta marginalização das mulheres das classes mais baixas. Além disso, o estatuto social mais baixo do homem negro é também uma consequência deste tipo de ordem social (STOLCKE, 2017, p.234). Como última argumentação, Stolcke faz uma comparação ao sistema de hierarquia de raça e classe de Cuba no século XIX com o sistema de castas hindu. Ela quis mostrar que Cuba, apesar de hierárquica, tinha elementos igualitários importantes. Argumenta que um sistema social puramente igualitário ou um sistema social exclusivamente hierárquico constituem dois modelos alternativos de estruturação social, mas os princípios subjacentes da organização social são os mesmos. A posição social de um indivíduo não derivava de cada fator independente um do outro, mas era determinada pela combinação de todos eles. Para ela, a instituição do rapto para matrimônio revela de forma mais convincente a diferença ideológica fundamental entre os sistemas sociais cubano e indiano. Na Cuba do século XIX, a posição social de um indivíduo era determinada principalmente pela sua

⁷ John K. Campbell (1923-2009) é um antropólogo britânico conhecido por seu trabalho sobre a cultura árabe e islâmica, incluindo a questão da honra. Seu livro "Honour, Family, and Patronage: A Study of Institutions and Moral Values in a Greek Mountain Community" (1964) é uma análise detalhada das relações sociais e culturais em uma comunidade montanhosa grega. Campbell examina como a noção de honra é central para as dinâmicas sociais, políticas e econômicas nesse contexto específico. Já Julian Pitt-Rivers (1919-2001), antropólogo britânico, publica o livro "The People of the Sierra" (1963), uma obra que investiga as estruturas sociais e culturais das comunidades na Espanha rural. Pitt-Rivers abordou o conceito de honra em suas análises, examinando como a noção de honra moldava as relações sociais e as normas de comportamento nessas comunidades.

origem familiar, no entanto os casamentos podiam alterar o seu estatuto atribuído. Esta interdependência entre a estrutura social e o tipo de união conjugal significa que uma modificação na primeira daria origem a uma transformação correspondente na segunda. Stolcke como antropóloga coloca passagens no texto de suas experiências empíricas em Cuba quando chegou para realizar a pesquisa: “Durante mi estancia en una pequeña aldea en la Sierra Maestra, en 1968, las mujeres se me acercaban repetidas veces preguntándome si formaba parte de la campaña y cuándo llegaría ésta hasta allí.” (STOLCKE, 2017, p.251). Naquele momento era o que diferenciava seu trabalho do trabalho de um historiador, que apenas faria a pesquisa documental em arquivos sem relacionar com a experiência do presente.

Sua inovação ao usar o método histórico-antropológico foi reconhecida no período de publicação da obra. Em 1975 o sociólogo americano David Booth, da Hull University, publicou uma resenha sobre o livro. Para ele, o “acidente” que levou Stolcke a se debruçar por mais de um ano em documentos foi uma perda comparado à ideia inicial de pesquisa da antropóloga (sobre o impacto da revolução nas famílias cubanas). Porém, ele afirma que apesar disso, o uso de materiais históricos permitiu que ela “abordasse de uma maneira original e incisiva ao menos três questões de grande interesse para os estudantes das raízes da opressão sexual e racial no mundo moderno.”⁸ (BOOTH, 1975, p. 24). Comenta também sobre a forma que a autora escreve com compaixão e humor os pronunciamentos da Igreja sobre os casamentos “desiguais”. Consistiam em descrever as crenças e preocupações das partes envolvidas no processo relativo aos pedidos de casamento por fuga (ou rapto). Booth critica a parte do livro em que Stolcke faz uma comparação de Cuba com o sistema de castas hindu, sendo o aspecto mais fraco de seu estudo, já que alguns dados não foram acionados tão efetivamente como ele acredita que deveriam. Para ele, essa comparação “é em grande parte fora de questão e baseia-se num mal-entendido fundamental do significado da analogia de ‘casta’ no contexto do Novo Mundo.”⁹ (BOOTH, 1975, p.27) No entanto, para a autora, a escolha de comparar Cuba do século XIX com o sistema de castas hindu teve como finalidade elucidar a natureza do sistema de estratificação cubano através da comparação com um sistema social marcadamente diferente em termos estruturais. A sociedade cubana do século XIX, embora hierárquica, continha

⁸ Tradução minha. “On the other hand, the use of historical materials has permitted Martinez-Alier to address herself in an original and incisive fashion to no less than three issues of outstanding interest to students of the roots of sexual and racial oppression in the modern world.” (BOOTH, 1975, p.24)

⁹ Tradução minha. “To be precise, it seems to me that the section of the concluding analysis which deals with the differences between nineteenth-century Cuban social stratification and the Hindu caste system is largely beside the point and rests on a fundamental misunderstanding of the significance of the ‘caste’ analogy in the New World context.” (BOOTH, 1975, p.27)

importantes elementos igualitários. Ela se baseia no modelo de Louis Dumont¹⁰ sobre o sistema de castas hindu, no qual o status é inteiramente atributivo ao nascimento. Na Cuba do século XIX, a posição social de um indivíduo era determinada, em primeiro lugar, por sua origem familiar, mas ainda sim existiam chances durante sua vida de alterar seu status atributivo. O padrão de casamento em ambos os contextos era visto como um corolário da estrutura social que servia para regularizar a herança de status. Essa interdependência entre estrutura social e tipo de união conjugal – casamento ou concubinato – significa que uma modificação da primeira deve dar origem a uma transformação correspondente da segunda. (MARTINEZ-ALIER, 1974, P.139).

Mesmo com a crítica, Booth termina a resenha elogiando o trabalho e defende que é um livro que não pode faltar nas bibliotecas de todas as universidades, sendo ao mesmo tempo divertido e instrutivo. Isso é algo que comumente aparece em resenhas sobre trabalhos de Verena Stolcke, mencionando que são livros divertidos de serem lidos pela maneira que a autora escreve.¹¹

Ainda em 1975, outra resenha é publicada sobre seu livro, colocado em diálogo com outro de tema similar publicado no mesmo ano, de título “Política y Color en Cuba: La Guerrita de 1912” por Rafael Fermoselle. Na resenha de Jorge I. Dominguez, professor e pesquisador cubano da Universidade de Harvard, ele nos conta que livro de Fermoselle é uma narrativa histórica baseada em arquivos: relatórios da polícia secreta cubana e da Divisão Militar de Inteligência dos EUA, provenientes da correspondência EUA-Cuba durante a segunda ocupação americana na ilha (1906-1909). Fermoselle usa também correspondências diplomáticas e jornais da época. Sobre o livro de Stolcke, Dominguez defende que é uma visão inédita sobre raça e sexualidade em Cuba, e frisa que mesmo que o trabalho seja baseado no

¹⁰ DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus. The Caste System and its Implications*. London (1972); *Hierarchy and marriage alliance in South Indian kinship, Occasional Papers 12*, Royal Anthropological Institute (1957); 'Marriage in India. The present state of the question. Postscript to Part One', *Contributions to Indian Sociology*, vol. 7 (1964).

¹¹ Divertido no sentido do formato da escrita de Stolcke, como ela faz comentários que conversam com a leitora sobre as citações ao mesmo tempo que apresenta passagens dos documentos para ilustrar seu argumento: “Occasionally the parents object to an interracial marriage also on the grounds that the woman is disreputable. One mother adduces this as her sole objection: '[she] has surrendered herself to a life of disorderly lewdness to the extreme of prostitution'. And one brother feels he cannot agree to the match because she is a 'scandalous parda' who has lived in concubinage with his brother for seven years in the lifetime of her husband. He thinks this is reason enough to 'deny his consent for such an unequal monstrous marriage'. One wonders whether the accent here is on 'scandalous' or on 'parda'.” (MARTINEZ-ALIER, 1974, p.19). Nesse exemplo, traduzido como: “fica a dúvida se o destaque está em 'escandalosa' ou em 'parda'.”, ela mostra de maneira sutil que independente da dúvida, ambas palavras utilizadas têm origem misógina e racista, ou seja, saber o destaque não é relevante, e sim entender o quão absurda eram essas passagens para descrever negativamente uma mulher em um argumento contra um matrimônio interracial.

século XIX, as contribuições que ele pode suscitar são vastas. Para ele, Verena Martinez-Alier usa de evidência histórica para iluminar questões teóricas. Mas assim como Booth, o autor critica sua comparação com o sistema de castas hindu, contrastando a “ausência” de consenso em Cuba e a suposta presença dela na Índia em relação à estratificação social.

O caráter inovador da publicação deste livro é reconhecido até hoje. Alex Coello, historiador e antropólogo, ex-aluno e colega de Verena Stolcke que tem seu trabalho fortemente influenciado pelas pesquisas da antropóloga, mencionou:

“(…) fue muy novedoso y de hecho pues sí significó como una de las grandes innovadoras en ese sentido. No, no había estudios, digamos interdisciplinarios. La interdisciplinariedad, ya sabes, es algo que todo el mundo reclama pero que pocos practican, no? Y entonces cuando Verena hace eso, pues, realmente fue muy innovador, no? Muy innovador la aproximación. Su libro fue un libro muy, digamos, muy celebrado. Un libro que se publica en inglés pero que ya en el 1992 se traduce al castellano en aquella edición de Alianza América, donde se publicaron otros libros, aprovechando el, digamos, ¿el golpe de efecto de decir la inercia de los Juegos Olímpicos del 92 de Barcelona. Entonces se publican muchas cosas y una de ellas fue su traducción al libro en castellano. El libro que se publicó en inglés en Oxford. Entonces el libro ha tenido ya una reedición, ha tenido muchas reediciones en inglés y fue un libro que ha sido como decía, muy muy muy celebrado.”¹²

Discutirei com mais detalhes no capítulo 3 desta dissertação sua influência na antropologia espanhola e catalana. Porém, ainda sobre seu caráter inovativo em antropologia histórica, hoje Verena Stolcke é reconhecida como uma pioneira nos estudos interseccionais. Segundo Montserrat Ventura, antropóloga e professora no departamento de antropologia da UAB, Stolcke é: “Pionera. Su tesis doctoral sobre Cuba era una intersección entre raza, clase y género y no existía la palabra. Así fue como ella, cuando reeditó su libro, lo puso en el subtítulo. En el original no existía la palabra interseccional y ella lo puso porque realmente ya era un trabajo de interseccional.”¹³. Sua formação mais limitada em antropologia nos moldes clássicos da época fez ela desenvolver a pesquisa em arquivos e não ter a mente enviesada pelos marcos teóricos definidos naquele momento.

1.2 – Insuficiência antropológica

“Por razones puramente circunstanciales había hecho mi tesis sobre la Cuba colonial, trabajando con documentos de archivo. Cuando estuve en Cuba en 1967-68 resultó imposible hacer trabajo de campo y tuve la suerte de poder trabajar en el Archivo Nacional de la Habana. Pero en aquella época en Oxford era inusitada una tesis en antropología histórica. Fue gracias a Peter Rivière que pude acabarla. Pero me quedaba

¹² Trecho de entrevista com Alex Coello, 2023.

¹³ Trecho de entrevista com Montserrat Ventura, 2023.

el complejo de ser una antropóloga incompleta por no haber pasado por el rito de pasaje etnográfico.”¹⁴

Apesar de seu brilhante trabalho antropológico com os documentos no arquivo de Cuba, Verena Stolcke menciona em vários momentos ao longo de sua vida sobre a “insuficiência antropológica” que sentia antes de realizar seu trabalho de campo no Brasil. No livro “Direitos Reprodutivos” (1991), uma coletânea de conferências feitas em 1990¹⁵, há duas palestras de Stolcke que se tornaram publicações. Sua segunda apresentação no simpósio, que foi publicado como o último artigo do livro, é nomeada “La investigación con datos cualitativos”, na qual ela usa continuamente como exemplo sua pesquisa “Cafeicultura¹⁶” para ilustrar vários de seus argumentos. Aqui ela menciona seu sentimento de “insuficiência antropológica”, condicionado por sua formação em Oxford: somente quem fazia pesquisa de campo era considerado antropólogo ou antropóloga.

“La primera investigación que hice, por un accidente “político” acabó siendo con documentos históricos recogidos en el archivo nacional de la Habana. En los sesenta esto era muy poco usual en la antropología británica. (...) Como antropóloga, de ahí desarrollé un cierto complejo disciplinar pues en Inglaterra enseñaban que sólo se es una antropóloga de verdad si se ha pasado por el rito de pasaje del llamado “trabajo de campo”. Eso no quiere decir trabajar con una enxada la tierra, sino más bien espiar a los otros. Yo no había hecho esto; entonces cuando llegué al Brasil cargaba este complejo. Pero al final tuve la oportunidad de hacer un “trabajo de campo”, incluso un poco de trabajo real, cogiendo café, y a partir de esa experiencia – todo junto 10 años – realmente me planteé la enorme dificultad que implica intentar comprender a otras personas. No voy a hablar de esta investigación, pero quiero, de vez en cuando, utilizar alguna cita para mostraros o ilustrar estas dificultades y resaltar algunas dimensiones que creo que son muy importantes de tener en cuenta.” (AZEREDO & STOLCKE, 1991, p.153).

Nessa palestra, ela buscou distinguir os estudos qualitativos dos quantitativos, discutindo assim o grande problema de como lidar com a “bagunça” dos dados gerados e como ela afeta diretamente quem está pesquisando. Neste artigo é possível ver como a própria Stolcke

¹⁴ Trecho de entrevista, Verena Stolcke, 2023.

¹⁵ O evento que gerou a coletânea teve como objetivo compartilhar a experiência do concurso de pesquisa sobre direitos reprodutivos (PRODIR), um programa de treinamento e pesquisa na América Latina e Caribe, que começou em 1990, com sede na Fundação Carlos Chagas, Brasil, e financiamento da fundação MacArthur, Estados Unidos. O PRODIR, concurso de pesquisa sobre direitos reprodutivos, começou em janeiro de 1990, é financiado pelo programa de população da fundação MacArthur. Sua sede é a Fundação Carlos Chagas (FCC), São Paulo. Esta é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que desenvolve pesquisas na área de educação. Uma comissão composta por mulheres de diferentes áreas geográficas e de conhecimento planejou com Carmen Barroso a estrutura e execução do PRODIR. A comissão organizadora do programa foi composta por: Sandra Azeredo, psicóloga da Fundação Carlos Chagas (coordenadora do PRODIR); Elza Berquó, demógrafa, do CEBRAP e Núcleo de Estudos de População/Unicamp, São Paulo; Mabel Bianco, médica, da Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer, Buenos Aires; Teresita de Barbieri, socióloga, do Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México; e Verena Stolcke, antropóloga, da Universitat Autònoma de Barcelona.

¹⁶ Discutirei com mais detalhes essa pesquisa no capítulo 2 desta dissertação.

se colocava em campo e todas suas impressões e desafios encontrados a cada dia. Ao final da palestra, Stolcke respondeu a uma pergunta da platéia que concernia ao trabalho de campo; ela observou então que terminara a longa pesquisa (no caso, sobre a cafeicultura), “com um sentimento de que é praticamente impossível inteiramente entender o outro.” (AZEREDO & STOLCKE, 1991, p. 172).

A questão sobre o trabalho de campo “tradicional” na antropologia em relação ao trabalho no (e com) o arquivo, é parte recorrente e constante em sua trajetória. No entanto, apesar da sensação de insuficiência trazida de seu doutorado, hoje já se entende que as pesquisas documentais e em arquivos podem sim ser consideradas como trabalho de campo. Em uma recente publicação de 2015, a antropóloga conta sobre ser lida como historiadora e não como antropóloga devido ao caráter de suas pesquisas:

“Pero no recuerdo que mi estudio de archivo sobre el matrimonio, las sexualidades y el racismo en la Cuba colonial, aparte de lo laborioso que fue el seleccionar, leer y vaciar toda esta documentación, me pareciese poco antropológico. Fueron colegas académicos quienes años más tarde vacilaban entre definirme como antropóloga o historiadora. Aunque estas estrecheces disciplinarias también me hicieron desconfiar en general de las clasificaciones y fragmentaciones occidentales del conocimiento que nos son familiares.” (STOLCKE, 2015, p.2).

George Stocking Jr., considerado o pai da historiografia da antropologia, durante sua carreira manteve sua identidade como historiador e nunca como antropólogo pelo fato de nunca ter vivido o “rito de passagem” da pesquisa de campo: “the historians’ archive is not the ethnographers’ field.” (STOCKING, 1992). Suas publicações tiveram grande impacto para dar a devida importância à identificação dos contextos em que as obras foram produzidas. Stocking busca traçar caminhos em como as trajetórias pessoais e profissionais dos sujeitos que realizavam as pesquisas interferiam no trabalho de campo, de que maneira as teorias antropológicas se modificavam, e como as diferentes redes de atores, sejam antropólogos, cientistas, ou mesmo os interlocutores, se relacionavam no campo etnográfico. Sua pesquisa abrangeu temas como a história do pensamento antropológico, o desenvolvimento da disciplina, o impacto do evolucionismo social e as interações entre antropologia e outras disciplinas, como a biologia e a psicologia. Ao ser contratado pelo Departamento de Antropologia em vez do Departamento de História da Universidade de Chicago, Stocking pôde colaborar diretamente com outros antropólogos renomados e influentes na época, o que provavelmente facilitou o desenvolvimento de suas pesquisas e a troca de ideias com colegas de mesma área de estudo. Além disso, a natureza interdisciplinar da antropologia, que muitas vezes se relaciona com áreas

como história, sociologia, ciência política e linguística, permitiu a Stocking explorar diversas abordagens teóricas e metodológicas para investigar os fenômenos sociais e culturais.

Apesar de Stolcke ter publicado sua tese nos princípios dos anos 1970, a metodologia da chamada etnografia documental, ou pesquisa de campo em arquivos, surge a partir da virada epistemológica que aconteceu na antropologia norte-americana na década de 1980. A noção de “campo” da pesquisa antropológica passou a ser relativizada, o que permitiu diferentes experimentações metodológicas e mudou a forma pela qual os antropólogos utilizavam os arquivos, antes encarados como um lugar secundário e “contaminado” pelo contato com os ‘nativos’ a serem observados (CUNHA, 2004). Anteriormente, o “campo” era entendido como um local específico onde o antropólogo conduzia sua pesquisa, geralmente em uma sociedade não-ocidental. No entanto, a virada epistemológica desafiou essa concepção e questionou a ideia de um antropólogo como observador externo e imparcial que estuda “outros” povos e culturas. A relativização da noção de campo envolveu reconhecer que as relações de poder, assimetrias culturais e influências mútuas estão presentes não apenas nas sociedades estudadas, mas também na própria prática antropológica. Os antropólogos passaram a refletir sobre seu papel como agentes ativos no processo de pesquisa, considerando como sua presença e interações afetam os contextos em que trabalham. Tal mudança epistemológica resultou em uma maior sensibilidade para questões de poder, identidade, diferença e representação na prática antropológica. Os antropólogos passaram a adotar uma postura mais crítica em relação aos discursos dominantes e a considerar as múltiplas formas de conhecimento e experiência existentes em uma determinada cultura ou sociedade. Essa abordagem ‘relativizadora’ contribuiu para uma antropologia mais reflexiva, contextualizada e engajada com os desafios e dilemas contemporâneos.

No artigo publicado na coletânea *Anthropological Locations* (1997), Mary Des Chene discute como o trabalho de campo em arquivos oferece uma perspectiva diferente e complementar às tradicionais práticas de pesquisa antropológica em campo. Ela argumenta que os arquivos são mais do que meros depósitos de documentos históricos e que podem ser locais significativos de encontro, produção de conhecimento e interação entre antropólogos e fontes primárias. Dentre as implicações do trabalho de campo em arquivos, destaca que a interação com documentos e registros permite aos antropólogos acessarem narrativas históricas e entender as complexidades das dinâmicas sociais e culturais de determinado período. Ao trabalhar em arquivos, os antropólogos são desafiados a refletir sobre questões de poder, autoridade e representação, uma vez que os documentos selecionados e preservados no arquivo

são frutos de processos de exclusão e de seleção. Ela enfatiza a importância de considerar o contexto e a materialidade dos documentos, bem como a necessidade de uma reflexividade constante sobre a posição do antropólogo no processo de pesquisa, e enfatiza: “entre os lugares que os antropólogos têm ido quando vão para o campo, está o arquivo” (DES CHENE, 1997).

1.3 Viajar de volta para Cuba?

Voltando ao período de Stolcke em Cuba, recordo que ela viveu no país entre os anos 1967 e 1968, porém na década de 1970 aconteceu um fato político importante na história de Cuba: o poeta Herberto Padilla foi acusado de contrarrevolucionário pelo seu livro *Fuera del juego* (1968), e então detido pelo líder Fidel Castro. No país, a grande maioria da intelectualidade brindou a revolução e a ela foi fiel, sobretudo até o final dos anos de 1960. Esse período é denominado pelo escritor e jornalista Carlos Monsiváis como “años del consenso”. Na opinião do autor, nunca houve, na história, um feito político capaz de articular, em torno de si, tantos artistas e intelectuais (MARQUES, 2008). Contudo, a reação dos intelectuais latino-americanos à detenção, quase todos residentes em Paris, foi de assombro e denúncia. O incidente envolvendo o escritor cubano Heberto Padilla marcou um ponto crucial no relacionamento entre o governo cubano e a comunidade intelectual de esquerda internacional, simbolizando o declínio da abertura cultural em Cuba. Em 1971, Padilla foi detido por 28 dias e submetido a uma autocrítica forçada, na qual confessou ter conspirado contra a Revolução Cubana. Esse evento recebeu ampla atenção internacional, levando escritores de esquerda que anteriormente apoiavam a Revolução a expressar preocupações. Em uma carta publicada no jornal *Le Monde* em 9 de abril de 1971, esses escritores (dentre eles Sartre), questionaram a prisão de Padilla. Posteriormente, outra carta, dirigida a Fidel Castro, foi publicada em 21 de maio em jornais de Madrid e Paris, assinada por sessenta intelectuais que protestavam contra a confissão pública de Padilla, percebida como resultado de pressão e coerção política (MISKULIN, 2019). Fidel então declarou que não queria ter mais contato com os intelectuais latino-americanos, principalmente aqueles vivendo na Europa.

Devido a esse contexto, Stolcke e seu marido na época tiveram o visto negado para a volta. Porém, seu orientador Peter Rivère havia recebido um convite de uma universidade no Brasil que estava sendo formada naquele momento e precisava de professores para fundar o instituto de ciências humanas.

“Rivière era mi director de tesis pero como tampoco estaba interesado me preguntó a mi. Nosotros, es decir, mi marido Juan Martinez Alier y yo queríamos volver a Cuba pero resultó imposible obtener un visado de la Embajada de Cuba. Era justo después de la detención del poeta Padilla y la protesta de los intelectuales latinoamericanos en París por la falta de libertad de expresión en Cuba. Me lo pensé bastante y finalmente decidí aceptar la invitación para ir al Brasil aunque era evidentemente una alternativa radical: en lugar de volver a la Cuba revolucionaria, ir al Brasil con una dictadura militar. Pero pensé, que pasa si no va nadie... Hice las maletas, cogí a mis hijas - tenían un año y tres- y me trasladé a Campinas.” (trecho de entrevista não publicada, arquivo pessoal de Verena Stolcke).

Essa universidade era a Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp. No próximo capítulo, denominado “Brasil”, entrarei em detalhes sobre essa circulação de Stolcke de Cuba para Europa e depois para a América do Sul, e seu papel na formação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Como já citado anteriormente, sua pesquisa histórica a deixava com a sensação de uma “insuficiência antropológica”, e o PPGAS¹⁷ da Unicamp devido à influência britânica na formação, não só incentivava como valorizava muito os esforços dedicados ao trabalho de campo. Esse foi um dos motivos que a levou a realizar sua pesquisa na Fazenda Rio das Pedras com as trabalhadoras rurais, que se tornou a pesquisa “Cafeicultura” já citada neste trabalho. Foi também nessa época quando se começou a discutir os Estatutos dos Trabalhadores Rurais, e as pesquisas de humanas da área agrária eram praticamente todas conduzidas pelos economistas (RUBIM, 1996). Ademais, como comenta Peter Fry¹⁸, o recurso metodológico que eles tinham para confrontar os trabalhos demasiados teóricos dos economistas do Instituto era o trabalho de campo (CORRÊA, 1995). Sua ida ao Brasil foi uma oportunidade valiosa de começar a experiência docente, com a possibilidade de criar um curso de antropologia do zero e realizar o tão esperado trabalho de campo.

¹⁷ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp.

¹⁸ O antropólogo Peter Fry foi um dos fundadores do IFCH junto com Verena Stolcke e Antonio Augusto Arantes, discutirei essa história no capítulo 2.

Capítulo II – Brasil

“É também emocionalmente bonito por nos encontrarmos os três, Antônio Augusto Arantes, Peter Fry e eu, que efetivamente começamos em [19]70 de uma maneira muito ingênua: éramos muito novos e não tínhamos experiência de docência. De pesquisa sim, porque tínhamos feito as pesquisas para o doutorado, mas de docência, praticamente nenhuma. E então foi esse encontro entre os três, na embaixada brasileira em Londres – já que Fausto Castilho tinha pedido ao embaixador que organizasse esse encontro. Ele tinha se encarregado de procurar antropólogos porque ainda não havia antropólogos naquela época, na Unicamp, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. E eu lembro, [tenho] só uma lembrança daquele primeiro contato com o Antônio Augusto Arantes, que foi muito engraçado e que tem tudo a ver com a política. Convidaram-nos, desde a embaixada, a nos encontrarmos, Antonio Augusto, Peter e eu (que não nos conhecíamos) em Londres, em um bar bastante obscuro, e o ambiente era engraçadíssimo porque Antônio Augusto queria e devia descobrir qual era a nossa política. O Peter tinha estado, tinha feito a sua pesquisa em Zimbábue; eu tinha feito minha pesquisa de arquivo em Cuba, então esse pessoal, por onde respira, não, qual é a posição dela e dele? Então foi uma conversa muito esdrúxula, porque ninguém se atrevia muito porque, claro, era o Brasil dos militares. Quer dizer, todos estávamos de alguma maneira implicados em situações, em contextos políticos. É, então, acho que tomamos um café, falamos muito discretamente, depois fomos almoçar com um embaixador cujo nome não lembro. Esse foi o primeiro encontro. E o Antônio Augusto voltou antes, Peter veio depois e depois cheguei eu, com as minhas filhas de 1 e 3 anos, e a minha tese embaixo do braço (...)” (CESAR; LASSALI, 2017, p.169)

2.1 O contexto da chegada

O Brasil entre as décadas de 1960 e 1980 estava passando por intensas mudanças e crises políticas. Enquanto o país vivia um dos seus períodos políticos mais sombrios, o governo atingia êxitos na área econômica. Entre 1968 e 1969, o Brasil cresceu num ritmo impressionante, denominado na época de “milagre econômico”. Esse período estendeu-se até 1973, que combinava o crescimento econômico com taxa baixas de inflação. Porém, o fenômeno tinha uma explicação terrena e não poderia durar indefinidamente. (FAUSTO, 2013). O surto expansionista desencadeado após a reforma em 1968, tal período de apogeu do desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico cujos efeitos mais palpáveis apareceram no início dos anos 1970, foi também quando houve um aumento de 1400% em matrículas no ensino superior brasileiro no período de 1960 a 1980, segundo Sérgio Miceli. (MICELI, 1995). Campinas, no interior de São Paulo, teve como prefeitos eleitos a maioria do MDB e PMDB. E é nesse borbulhar político que a Universidade Estadual de Campinas foi criada, em 1962. Reflexo do golpe militar de 1964, o governo abriu o país ao capital estrangeiro na contramão do governo de João Goulart, e assim promoveram a Reforma do Ensino em 1968 nos moldes

norte-americanos através do acordo MEC-USAID.¹⁹ Segundo Christina de Rezende Rubim, a reforma promoveu diferentes mudanças no ensino superior brasileiro, e uma das principais foi a abolição do sistema de cátedras e a criação dos Institutos e Departamentos nas universidades (RUBIM, 1996). A Universidade de São Paulo era organizada pelo sistema de cátedras e vivenciou uma crise com a reforma, e o fato foi parcialmente responsável pela criação da Unicamp (CORRÊA, 1995). A Universidade Estadual de Campinas é a mais jovem e única localizada fora de uma capital, em comparação com as outras instituições de ensino superior criadas no Sudeste. Com a indicação de Zeferino Vaz²⁰ para a reitoria da nova universidade, teve início o processo de constituição de várias faculdades e institutos e a contratação de muitos professores, vários deles intelectuais perseguidos pelo regime militar, pesquisadores brasileiros com experiência fora do país, e estrangeiros para formar o corpo docente dos institutos. Foi também nesse contexto que foram criados os programas de pós-graduação mais antigos, sendo eles o de Antropologia Social do Museu Nacional em 1968 e o da Universidade de São Paulo (USP) e da Unicamp em 1971. O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas em 1968 era composto pelo Departamento de Economia e Planejamento Econômico e Social (DEPES), pelo Departamento de Ciências Sociais e pelo Departamento de Linguística. (RUBIM, p. 279, 1996).

Fausto Castilho, filósofo, além de se tornar diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, foi um dos encarregados por Zeferino Vaz para realizar as contratações de professores para o IFCH. Ele já havia enviado para a França vários cientistas sociais e linguistas brasileiros para se formarem e retornarem para iniciar os programas. Um deles foi Antonio Augusto Arantes, que foi para França e depois para Inglaterra, para escrever sua tese sobre literatura de cordel²¹ – onde trabalhou com Edmund Leach, um dos antropólogos ingleses mais influentes da época. Arantes era instrutor na USP, e foi o primeiro contratado na área de antropologia na Unicamp. No entanto, o então diretor do instituto tinha como primeira intenção trazer os antropólogos Claude Lévi-Strauss, para análises estruturalistas, e Edmund Leach, para análises pragmáticas e empíricas. Porém, Leach, então um antropólogo consagrado, bem situado em Cambridge, não estaria disposto a deixar essa posição para passar um tempo em um país intelectualmente periférico aos olhos europeus, situação similar à de Lévi-Strauss na

¹⁹ Comissão mista formada por profissionais de ambos os países com o objetivo de formular uma proposta de reforma do ensino brasileiro. Na mesma época, acordos parecidos foram firmados no México, Colômbia e outros países da América Latina. (SCHWARTZMAN, 1979).

²⁰ Zeferino Vaz fundou a Faculdade de Medicina Veterinária da USP em 1935, e em 1950 criou a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. (RUBIM, 1996).

²¹ ARANTES, Antonio Augusto. *Sociological Aspects of Folhetos Literature in Northeast of Brazil*, tese de doutorado, Cambridge, Kings College, 1978

França. Leach reuniu esforços para encontrar outras pessoas, e contatou Peter Rivière se lhe interessava. Apesar de sua experiência com pesquisa no Brasil, este tinha um projeto de carreira na antropologia inglesa, e por já estar muito bem instalado em Oxford, também declinou. Como sabemos, Rivière tinha Stolcke como aluna trabalhando em Cuba em sua pesquisa de doutorado, num tema “desconhecido”, e numa perspectiva histórica inusitada para a antropologia funcionalista inglesa, e lhe ofereceu a oportunidade de vir para o Brasil (CORRÊA, 2013).

A Universidade Estadual de Campinas era uma universidade pública fundada para a formação de “capital humano” nos programas de pós-graduação, como outras universidades na Europa. A Unicamp foi criada ao mesmo tempo que a Universitat Autònoma de Barcelona, a Universidad Autònoma de Madrid, a Universidade de Sussex, e de Essex na Inglaterra; as universidades de Bielefeld, de Bremen, na Alemanha: “era la época de la revuelto de los estudiantes en Paris en mayo de 1968, en México, en EEUU contra la guerra de Vietnam. Eran tiempos agitados. El clima era de cambio. Las nuevas universidades eran progresistas. Fue así como aterricé con mis hijas y el padre de mis hijas en Campinas, y empecé a dar clase.”²²

O contexto do Brasil na época da criação do IFCH era de intensa efervescência política e cultural. O país estava sob o regime militar que havia assumido o poder em 1964, impondo uma série de restrições às liberdades civis e políticas. No entanto, esse período também foi marcado por resistência e mobilização social, com movimentos estudantis, sindicais e políticos lutando pela democratização do país e por reformas sociais. Nesse contexto, a criação da UNICAMP e do IFCH representou um esforço para promover a educação e a pesquisa de alta qualidade, independentes e críticas, em meio a um cenário político conturbado. O instituto se tornou um espaço de resistência intelectual e de produção de conhecimento comprometido com os ideais de liberdade, justiça e democracia. O mestrado em Antropologia Social criado em 1971, segundo Antônio Arantes, sempre teve como lema “quem não pesquisa não tem direito à palavra”²³. Isso se deu ao fato da forte influência da Antropologia Social inglesa na formação, na qual a prioridade era sempre dada ao trabalho de campo. No início, o programa tinha três professores: Antônio Augusto Arantes, Peter Fry e Verena Stolcke, porém participaram também mais tarde Roberto Da Matta e Francisca Isabel Vieira Keller como professores-visitantes (RUBIM, 1996). Mariza Corrêa conta numa publicação o episódio citado por Stolcke (que uso no início deste capítulo), no qual os três se reuniram em uma situação em que cada um

²² (trecho de entrevista não publicada, arquivo pessoal de Verena Stolcke).

²³ Depoimento à Mariza Corrêa para o Projeto História da Antropologia no Brasil/PHAB em 26 de agosto de 1993, Unicamp.

procurava entender as tendências políticas dos outros, já que nesse momento o Brasil era mais conhecido no exterior pela ditadura do que pela criação de novas universidades (CORRÊA, 1995).

Quando questionada em uma entrevista de 2017 sobre como foi chegar num país de ditadura militar, Stolcke afirma que ela se lembra de o país ser uma sociedade de classes profundamente desigual. As mulheres do caminhão de turma, suas interlocutoras de pesquisa, apesar de não escreverem tinham uma lucidez de política e de vivência extraordinárias. Naquele momento, havia organizações políticas como o Partido Comunista e o PSDB, e ela estava em contato com um grupo político em São Paulo. Stolcke relata um episódio no qual ela e suas interlocutoras foram obrigadas a abandonar uma reunião devido à chegada da polícia. Na jovem Unicamp, ela e os professores davam suas aulas no térreo do instituto; enquanto falavam em aulas sobre a exploração de mão de obra nas plantações, na janela se via as mulheres cortando a grama. Ela conta que o que podiam fazer na universidade, a menos que fosse dentro de estruturas políticas organizadas, não tinha nenhum impacto direto. E conta:

“Yo pienso que ahí se combinan dos cosas. Por una parte, los gobiernos militares financian tan generosamente las universidades, las nuevas y las viejas. Es impresionante el crecimiento de las universidades en los años setenta, y uno piensa: “Los militares, ¿de qué van?” Para formar cuadros. Y de otro lado, también se financiaban las ciencias sociales, la antropología por ejemplo. Supongo que los militares no debían tener mucha conciencia de las implicaciones que este estímulo de la antropología podría tener para la cuestión indígena. Pero yo creo que no estábamos controlados, ¡qué va!” (NASCIMENTO; FRANCH, 2017, P.129)

Antonio Arantes descreve o ambiente acadêmico da USP como sendo de grande efervescência intelectual naquele período. Posteriormente, ele embarcou para Besançon, França, onde se juntou ao primeiro grupo de profissionais contratados pelo IFCH da Unicamp para realizar um curso de linguística. No entanto, a estadia em Besançon foi breve para todos os participantes do curso, pois em poucos meses cada um seguiu seus interesses individuais de pesquisa. No caso de Antonio Arantes, ele partiu para a Inglaterra e iniciou um trabalho com Edmund Leach, que o aceitou como aluno na Universidade de Cambridge. Os três professores iniciaram suas atividades de docência para a primeira turma de graduação em Ciências Sociais no ano de 1970. Já no ano subsequente, receberam a incumbência de Fausto Castilho para estabelecer o programa de pós-graduação. Dado o tamanho reduzido do grupo, os professores frequentemente contaram com o apoio de professores visitantes e docentes de outras áreas, o que proporcionou não apenas um intercâmbio com colegas de diferentes disciplinas, mas também expôs os alunos a uma variedade de abordagens teóricas trazidas por esses convidados.

A influência principal no programa, como mencionado, foi da Antropologia britânica introduzida por seus fundadores. Fry e Stolcke também destacam a importância de sua adaptação ao contexto brasileiro ao chegarem ao país, seja na reformulação dos programas de curso, que inicialmente perceberam como distantes dos interesses dos estudantes, seja na condução de suas próprias pesquisas. O trabalho de Peter Fry na África²⁴, orientado por Mary Douglas, despertou seu interesse pela umbanda, cujas conclusões o aproximaram mais das perspectivas de antropólogos brasileiros do que de sua própria formação anterior. Foi a partir de suas investigações sobre religiões que ele iniciou uma pesquisa pioneira sobre a homossexualidade e continuou a dialogar com colegas do Museu Nacional, para onde se transferiu em 1983.²⁵

O PPGAS da Unicamp desde sua formação, além da ênfase na pesquisa empírica, tinha uma relação com a história mais do que com a linguística, como era de se esperar no contexto da época. Stolcke com sua bagagem em pesquisa histórica de Cuba, também carregava o peso de ser formada em Oxford e não ter realizado trabalho de campo. E assim, ao se mudar para Campinas em 1970, uma cidade também em crescimento e rodeada por área rural, passava todos os dias pela fazenda Rio das Pedras. Sua visita a essa fazenda em 1973 foi o que a levou a formular seu projeto de pesquisa. A alemã se deparou com uma turma de volantes, praticamente composta de mulheres, com idades entre 40 e 50, com filhas e parentes mais novas, e alguns homens mais velhos também. Percebeu que a melhor forma de tentar entender a vida dessas trabalhadoras, através do processo histórico de proletarização da agricultura brasileira, era falar com elas. Então, durante a metade do ano, começou a ir das 7h da manhã até o meio-dia passar um tempo com as trabalhadoras e conversar com elas. No livro “Direitos reprodutivos”, que é uma coletânea de palestras feitas durante um seminário que aconteceu em São Paulo em 1990, Stolcke conta como foi sua entrada em campo:

“Como yo estudié mujeres trabajadoras, ellas estaban trabajando. Les acompañé en el local de trabajo durante bastante tiempo, y después también en el pueblo donde vivían. Lo que traté de hacer, también porque me hacía sentir mejor a mí misma, fue dentro de lo posible, trabajar con ellas. Eso fue posible hasta cierto punto porque se trataba de labores en el café. Durante la cosecha realizada a destajo, es decir, cuando se trabaja a destajo, siempre resulta útil tener una mano (o, mejor dicho, una media mano, con mi falta de práctica) adicional cogiendo el café, ya que la remuneración depende de la cantidad de café cogida. Además, el yo trabajar también me hizo sentir mejor porque

²⁴ FRY, Peter. *Zezuru Mediums: Spirit Possession and the articulation of consensus among the Zezuru of Southern Rhodesia*. Tese de doutorado, 1969.

²⁵ Retirado da página “História do PPGAS” acesso em 11/04/2024 <<https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/antropologia/historia>>

estar parada yo ahí en medio de los cafezales simplemente preguntando, oyendo, escuchando, resultaba una situación un tanto violenta. El trabajar, o tratar de trabajar, produce también una serie de situaciones irónicas que facilitan la aproximación. Por una parte, creo que ello legitimó mi presencia. Las mujeres lo tenían clarísimo que yo no era una trabajadora: yo les debía parecer una marciana, además con la cara que tengo. Hablaba además un portugués absolutamente fatal, y menos aún caipira. Perdía el aliento y me ponía rojísima del esfuerzo, lo que les permitía reírse de mí y superar su vergüenza. Pero así fuimos aprendiendo a entendernos gradualmente e, se estableció una relación de confianza. Ahora nos conocemos muy bien. Hicimos juntas confabulaciones sobre la administración y más tarde comentábamos esas primeras experiencias. Me parece que el trabajar significó también para ellas que yo realmente estaba tratando de entender, entender plenamente lo que significaba para ellas el trabajo que estaban haciendo. En una investigación hay que hacer preguntas. Se hacen preguntas. Y ahí voy a volver a otra dificultad que tenemos muchas veces. Qué tipo de preguntas? Tendemos a hacer preguntas excesivamente complicadas. A mí me interesaban muchísimo las actitudes políticas, las ideas políticas, posturas ideológicas, valores de las mujeres. Se trata de fenómenos extremadamente complejos, abstractos, de manera que no puedes, en medio de árboles de café, de repente preguntarles, preguntar a cualquier persona “y usted que piensa sobre el orden del mundo actual?” Me parece que esto no llevaría a ningún sitio. Entonces lo que empecé a hacer, que es fundamental también, fue recoger datos de forma muy minuciosa sobre cuestiones cotidianas.” (AZEREDO & STOLCKE, 1991: 155).

O trabalho de Stolcke com as mulheres das plantações de café foi decisivo para a implementação dessa influência (da perspectiva histórica): “À medida que eu ia recolhendo histórias de vida e trabalhando com documentos históricos para chegar a estabelecer uma continuidade entre os anos 1850 e os anos 70 em Campinas, fui percebendo do que se tratava realmente. É não só, em abstrato, tentar introduzir uma perspectiva histórica na antropologia – uma antropologia que era realmente a-histórica na época, funcionalista – nem tampouco acrescentar uma espécie de introdução histórica depois de fazer o típico estudo de caso, mas introduzir a dinâmica histórica através da análise dos sujeitos e das sujeitas que fizeram história.” (CORRÊA, p. 70, 1995). Discutirei o livro com mais detalhes na seção seguinte.

2.2 O segundo livro

No ano de 1986 foi publicado o livro *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*, resultado de dez anos de pesquisa de campo e bibliográfica. Muito do material produzido nesses dez anos de trabalho se encontram no acervo Fundo Verena Stolcke, no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) na Unicamp. Assim como na primeira parte desta dissertação, na qual descrevi sua pesquisa em Cuba, também apresentarei seu segundo livro nesta seção. Já o acervo do AEL será apresentado na próxima seção deste capítulo.

O livro é dividido em oito capítulos e se propõe a apresentar uma história antropológica do processo de substituição do colonato pelo trabalho assalariado. A proposta de Stolcke é descrever e explicar os conflitos de classes inerentes às relações de produção sob as quais se cultivava o café nas grandes fazendas cafeeiras de São Paulo, tal como elas mostram ter-se modificado ao longo de um período de 130 anos. A grande diferença de sua pesquisa em relação às outras produzidas na época está no fato de que seu foco sempre foram as pessoas, as relações sociais e os conflitos de classes presentes na agricultura. Seus colegas economistas faziam também pesquisas sobre a transição para o trabalho assalariado; porém, eles concentravam principalmente a atenção sobre as forças econômicas que haviam conseguido superar as relações de produção ‘não-capitalistas’. Existia um diálogo saudável e competitivo no Instituto: “Eles, os economistas, na época, marxistas, estavam ao mesmo tempo, também interessados na questão agrária. [...] Estavam discutindo, formulando modelos e interpretações e não tinham contato nenhum com o povo” (CORREA, 2013 p. 415). No entanto, pouca atenção era dedicada às condições políticas sob as quais funcionavam sistemas particulares de exploração do trabalho ou às formas como os trabalhadores resistiam à sua exploração. Stolcke conta em seu depoimento que a “complexidade e singularidade da existência de um grupo considerável de mulheres bóias-frias na região era ‘invisível’ aos economistas, muito preocupados com a teorização do capitalismo nas áreas rurais” (RUBIM, 1996, p. 282). Como ela apresenta no prefácio: “Cerca de metade da população do mundo é composta de pessoas que trabalham na agricultura, e mais da metade delas são mulheres. Este livro versa sobre as pessoas, homens e mulheres, que com seu trabalho, fizeram do Brasil o primeiro produtor de café do mercado mundial e forneceram a enorme riqueza que permitiu a industrialização do país” (STOLCKE, 1986 p. 10). Em uma entrevista publicada em 2017 na Revista de Antropologia da USP, ela detalha o contexto acadêmico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas:

“Havia o pioneiro do departamento de economia e todos os meus colegas eram marxistas. O debate sobre a questão agrária foi realizado em uma chave marxista, totalmente separada da realidade no campo, da realidade vivida pelo povo, pelos trabalhadores. Logo percebi que esses colegas economistas nunca haviam olhado ou falado de perto com um volante, com um trabalhador e muito menos com trabalhadores rurais. Naquela época, no início dos anos 70, em todos os lugares você via esses caminhões de turma. Todos os dias, o transporte dessa força de trabalho volante, devido à mudança, a uma transformação significativa da lei trabalhista que era estendida aos trabalhadores agrícolas. Eles nunca haviam conversado com essas pessoas, não haviam olhado nos olhos de ninguém. Bem, você tem que falar com as pessoas! Coletar informações sobre toda a trajetória, como se tornou volante, sendo membros de famílias de

colonos, residentes das plantações. Foi assim que comecei a discutir com eles.” (NASCIMENTO; FRANCH 2017).

Os primeiros cinco capítulos do livro são descrições detalhadas de uma pesquisa documental feita pela antropóloga para apresentar historicamente e cronologicamente, a questão da introdução ao trabalho livre e da exploração de mão-de-obra nas fazendas de café no Brasil, com foco no estado de São Paulo, voltado principalmente para o interior, onde havia maior concentração da produção cafeeira no fim do século XIX. Aqui, é perceptível reconhecer sua experiência com pesquisa documental histórica²⁶; em cada capítulo é possível observar seu empenho em descrever e desenvolver o argumento, com detalhes todos referenciados. Durante as pesquisas no acervo²⁷, pude também perceber o volume tanto material quanto imaterial do trabalho de pesquisa histórica realizado por ela. A maioria das pastas consistem em fichamentos, anotações, organização de notas e referências, e muitos textos e documentos fotocopiados, que imagino que seja parte da pesquisa bibliográfica.

No primeiro capítulo “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, 1850-1890”, a antropóloga nos mostra que, até 1850, as pessoas escravizadas compunham a grande maioria da força de trabalho necessária a uma agricultura de exportação de grande escala. A escravidão continuou de fato até 1888, mas foram precisamente o debate crescente sobre a questão do trabalho e a experiência dos fazendeiros paulistas que finalmente possibilitaram uma transição relativamente suave para o trabalho livre, recorrendo aos trabalhadores imigrantes. Stolcke nos conta que em 1879, a antiga lei de 1837 foi substituída por uma nova regulamentação que abordava tanto os contratos de locação de serviço quanto os de parceria. Esta nova legislação estabelecia penas de prisão não apenas para o abandono da fazenda sem justa causa, mas também para greves e incitamento de greve, incluindo ameaças e uso de violência. No entanto, a eficácia dessa lei foi questionada, uma vez que os imigrantes presos não estavam reembolsando os empréstimos nem colhendo o café, o que acabou por prejudicar a imagem na Europa sobre a colonização brasileira. Em 1886, o governo provincial encontrou uma forma eficaz de fornecer subsídio integral aos imigrantes, resultando em um aumento significativo no número de imigrantes assentados nos estabelecimentos agrícolas de São Paulo. Essa política de imigração, em grande parte inalterada, continuou até a Primeira

²⁶ Como descrito no capítulo I desta dissertação, o doutorado de Verena Stolcke de título *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba. A Study of Racial Attitudes and Sexual Values in a Slave Society* (1974) foi todo conduzido em arquivo, um tipo de pesquisa quase inédito para a antropologia da época.

²⁷ Discutirei o acervo de Verena Stolcke no Arquivo Edgard Leuenroth com mais profundidade na próxima seção 1.3 ainda neste capítulo, de nome “O acervo”.

Guerra Mundial. Durante o período de 1884 a 1914, aproximadamente 900.000 imigrantes chegaram a São Paulo, a maioria destinada a trabalhar como mão de obra barata nas fazendas de café. O número de pés de café plantados aumentou de 221 para 685 milhões entre 1888 e 1902. As outras duas fontes potenciais de mão de obra, os libertos e os trabalhadores nacionais, não foram utilizadas de forma substancial até a Primeira Guerra Mundial, quando a imigração europeia subsidiada se tornou impraticável. A imigração em massa subsidiada resultou em uma redução significativa nos custos iniciais de mão de obra (STOLCKE, 1986, p. 43).

No “Capítulo II – A simbiose entre o café e as culturas alimentares, 1890-1929”, ela se debruça sobre a implantação do colonato, método esse empregado pelos fazendeiros, nos quais as famílias de colonos moravam em vilas, e trabalhavam na fazenda colhendo e plantando café manualmente, em troca de um espaço para plantação de subsistência. Entre 1890 e 1907, a produção de café em São Paulo aumentou significativamente, quintuplicando nesse período. Isso fez com que o estado se tornasse o principal produtor de café do Brasil, e o país se destacasse como o principal fornecedor mundial de café, posição que manteve até os anos 50. O café representava em média metade da receita de divisas do Brasil nesse período. Esse domínio do café só começou a declinar nos anos 60. Stolcke escreve que o sistema de colonato, utilizado para substituir mão-de-obra escrava, não apenas fornecia mão de obra barata e disciplinada para as fazendas de café em expansão, mas também oferecia uma vantagem sobre o trabalho assalariado. O colonato permitia aos produtores de café uma certa flexibilidade diante das flutuações nos preços do café. Além disso, o cultivo do café era combinado com a produção de alimentos básicos. Isso permitia que os fazendeiros reduzissem os salários em dinheiro durante períodos de baixa nos preços do café, sem comprometer o suprimento de mão de obra, o que os ajudava a sobreviver às crises de superprodução. Ela nos mostra com diversos documentos históricos, tabelas e outras formas de imagem como no início do século XX, cerca de 80% da força de trabalho agrícola do estado de São Paulo estava envolvida na produção de café sob o sistema de colonato (STOLCKE, 1986, p.54).

No “Capítulo III – A crise de 1929”, ela detalha a crise de 1929 e como afetou os trabalhadores de café aqui no Brasil. Apesar da queda nos preços do café entre 1929 e 1932, que não foi mais acentuada do que a ocorrida no início do século, a produção cafeeira em São Paulo continuou a crescer durante os anos 30. Por cerca de 15 anos, os preços baixos e a Segunda Guerra Mundial não foram suficientes para reduzir a capacidade de produção cafeeira do Brasil ao nível da demanda. Somente na década de 1940, após o governo incinerar cerca de 70 milhões de sacas de café na tentativa de estabilizar os preços, é que a produção começou a

diminuir gradualmente até os anos 50, quando houve outro aumento repentino. Segundo a pesquisa de Stolcke, a alta na produção cafeeira se deveu principalmente ao grande número de pés de café plantados no final dos anos 20, que atingiram a maturidade por volta de 1932. Até 1935-1936, aproximadamente 3% dos pés de café eram abandonados anualmente. No entanto, em 1937, quando o imposto de importação foi removido para melhorar a posição do Brasil no mercado mundial, o índice de abandono dos cafezais aumentou para 6%. Em 1937, o governo federal introduziu o livre comércio de café, o que resultou em uma recuperação da participação do Brasil no mercado mundial, mas também levou a uma queda nos preços. Somente durante a Segunda Guerra Mundial, quando um acordo internacional do café foi estabelecido para regular a oferta, é que a queima do café cessou. Em 1944-1945, o governo abandonou a "quota de sacrifício" e expressou preocupação com a subprodução (STOLCKE, 1986).

O quarto capítulo “Planejamento econômico e desenvolvimento agrícola: o novo papel do café após a guerra” trata de uma análise das políticas governamentais adotadas nos anos 50 e início dos anos 60 no que concerne à agricultura, e em particular ao café, à luz do projeto de industrialização por substituição de importações que começava a se implementar na época. O planejamento econômico sistemático teve início nos primeiros anos da década de 1950, com base em um modelo de desenvolvimento de longo prazo. Esse modelo tinha como objetivo principal reduzir a dependência econômica do Brasil em relação aos países desenvolvidos, promovendo uma industrialização acelerada por meio da substituição de importações. A ideia era usar as receitas das exportações de café para financiar esse processo industrial. Esse modelo de desenvolvimento foi influenciado pelo projeto nacionalista de desenvolvimento do presidente Vargas, pelas propostas de duas missões econômicas dos Estados Unidos no Brasil no final dos anos 40 e, principalmente, pela estratégia de desenvolvimento elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) das Nações Unidas (STOLCKE, 1986, p. 132).

No quinto e último capítulo desse início historiográfico, “A transição dos anos 60: de colonos a trabalhadores assalariados eventuais” ela examina essa mudança que ocorreu do sistema de colonato para trabalhadores chamados “volantes”. Tais trabalhadores não moravam mais no campo como antes, são moradores da cidade, mas que vão e voltam para o campo todos os dias para trabalhar. Stolcke escreve que desde 1943, teoricamente, os trabalhadores rurais tinham direito ao salário-mínimo, férias anuais remuneradas e aviso prévio, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho. No entanto, os proprietários rurais não respeitavam esses direitos. Em 1963, um novo estatuto foi aprovado, adicionando alguns direitos importantes aos

trabalhadores rurais: pela primeira vez, eles ganharam estabilidade no emprego e indenização em caso de demissão sem justa causa. O Estatuto do Trabalhador Rural foi uma concessão moderada feita aos trabalhadores rurais por um congresso conservador, durante um período de intensificação das tensões políticas no campo. Ao passar dos anos, afirma-se que o setor cafeeiro apoiou a deposição do presidente Goulart pelas forças armadas em 1964, principalmente devido à sua insatisfação com a política oficial em relação ao café. No entanto, a antropóloga propõe que os produtores e exportadores de café realmente apoiaram o golpe militar, mas não por motivos econômicos imediatos. Meses antes do golpe, os cafeicultores haviam obtido uma grande vitória em seu confronto com o presidente Goulart sobre a política relacionada ao café. A iminente reforma agrária e a aprovação da legislação trabalhista para a agricultura geraram intensa hostilidade entre os grandes proprietários de terras, incluindo os cafeicultores, com o governo de Goulart. Como ela afirma neste capítulo, “Os trabalhadores eventuais, avulsos, volantes ou provisórios, não tinham direito nenhum aos benefícios dispostos pelo Estatuto, à exceção do salário-mínimo. Em 1973 o Estatuto foi substituído pela lei nº 5.889, que ao invés de eliminar as deficiências, a lei simplesmente excluía da proteção legal essa categoria crescente de trabalhadores de modo ainda mais eficaz.” (STOLCKE, 1986, p.233).

Essa primeira parte do livro é uma pesquisa histórica e contextual de fôlego, que apresenta toda a história da questão agrária e do trabalho no campo. Foi uma estratégia da autora para então nos três próximos e últimos capítulos, ela apresentar a rica pesquisa etnográfica com as trabalhadoras, descrevendo o trabalho dos volantes no tempo presente (década de 1970), e suas experiências, histórias e conhecimento sobre o passado do trabalho na agricultura. São nesses capítulos no qual o livro de Stolcke difere-se de um escrito por uma historiadora ou por uma economista; por meio de sua pesquisa empírica ela pôde conectar os dados apresentados nos cinco capítulos teóricos e a perspectiva do trabalhador rural e suas subjetividades. Em uma resenha publicada em 1991, mais uma vez é ressaltado esse diferencial do trabalho realizado por ela, dizendo que “a força do livro está no modo pelo qual ela renuncia uma introdução teórica, e ao invés disso, consegue abranger um grande terreno analítico ao integrar os vários debates ao longo de sua etnografia”²⁸ (SILVERMAN, 1991).

O “Capítulo VI – Novas formas de exploração do trabalho e novos conflitos”, a autora fala sobre o surgimento da figura do turmeiro. Seu argumento principal é que o turmeiro é um

²⁸ “A strength of the book lies in the way it forgoes a theoretical introduction and instead covers a great deal of analytical ground by integrating numerous debates into the on-going ethnography.” (SILVERMAN, 1991). Tradução minha.

instrumento do capital, que nasceu nesse contexto para agenciar mão-de-obra para as fazendas e servir como mediador entre os proprietários e os trabalhadores. Auxiliava os fazendeiros a burlarem suas obrigações legais para com seus trabalhadores, impostas pelas leis trabalhistas. O uso de mão de obra eventual recrutada através de turmeiros era um modo mais seguro e eficaz de se desobrigarem das suas responsabilidades contratuais. Os trabalhadores podiam ser demitidos sem qualquer ônus para o empregador, pois se alegava que eles não tinham patrão. Os turmeiros agenciam os trabalhadores, os transportam às fazendas de caminhão, muitas vezes coordenam e fiscalizam o trabalho e fazem o pagamento.

A turma a qual Stolcke trabalhou e estudou em profundidade era uma das 4 “firmes” (permanentes) na região de Jaguariúna e trabalhava na mesma fazenda por 7 anos. Oscilava entre 30 e 50 trabalhadoras e trabalhadores. Mais da metade da turma eram mulheres de meia-idade casadas ou mulheres jovens; o restante eram homens. Durante o primeiro ano da pesquisa, na segunda metade de 1973 e no primeiro semestre de 1974, passava a maior parte das manhãs com a turma no trabalho e visitava as trabalhadoras em suas casas nos finais de semana. Em certa ocasião, o turmeiro, juntamente com o administrador, tentaram expulsá-la da fazenda. No final de 1973, as trabalhadoras receberam um abono pela primeira e última vez. Atribuíram o fato à presença da antropóloga e ao desconforto da administração diante dela. Ela procurou persuadir a administração da importância acadêmica e do caráter inofensivo de sua pesquisa. Depois disso, o turmeiro viu-se na impossibilidade de a proibir de acompanhar a turma, o que certamente facilitou seu contato com as trabalhadoras que tinham aguardado o resultado do confronto com muita curiosidade. Até 1979 Stolcke continuou a realizar viagens a fazenda regularmente e fez contatos com turmas que trabalhavam em outras fazendas da região. Ela acredita que conseguiu estabelecer uma boa relação com as trabalhadoras; porém, em nenhum momento era deixada de lembrar de sua condição de classe radicalmente diferente. Sempre que tinham oportunidade remarcavam sua condição privilegiada. No livro cita uma conversa com Dona Antonia sobre seus respectivos salários. “(...)a senhora trabalha com a cabeça, a gente trabalha com as mãos; abanar café e ser professor tem muita diferença; a gente ensinar os outros é fogo; as vez tem algum que é meio duro de cabeça. Qual é o serviço mais importante? Se a gente não trabalhar, os rico não come, daí quem precisa de rico e pobre, se o pobre não vem, como fica? (...) Quanto mais rico, mais miserável é.” (STOLCKE, 1986, p.256).

Ainda neste capítulo a antropóloga faz uma extensa análise pela perspectiva de gênero no trabalho eventual. Quando estava em campo, questionou diferentes pessoas sobre a contratação de mulheres e tinha como resposta afirmações como: “A mulher se sujeita mais ao

serviço. A mulher trabalha mais porque tem brio, vergonha. Homem não tem isso; eles falam: ‘se ele (o turmeiro) chama à atenção, eu chamo também’, elas não têm voz pra responder” (STOLCKE, 1986, p.267). Para a autora, as razões para os padrões mais altos de trabalho das mulheres devem ser buscadas nos valores sociais que definem os papéis sexuais. Mesmo que naquele momento as mulheres também trabalhassem por salário, isso não modificou a divisão doméstica do trabalho, e tampouco alterou a definição do trabalho remunerado da mulher como subsidiário ao do homem, que geralmente continuava a ser visto como o sustento da família.

“Trabalhar na companhia de outras mulheres era mais divertido do que ficar em casa, ainda mais sendo que a vida doméstica na cidade significava um isolamento cada vez maior. Mas ao mesmo tempo, se ressentiam profundamente da dupla carga. (...) As mulheres, mesmo quando ficam em casa, não ficam sem trabalhar. (...) Sua subordinação no lar e na sociedade em geral simplesmente se estende também à situação de trabalho. (...) Não estou sugerindo que mulheres são invariavelmente mais submissas numa sociedade desigual. Estou sugerindo que, para se fazerem valer, mulheres têm de se livrar, não de uma, mas de duas formas de dominação, uma em casa e outra no trabalho. Visto que essas mulheres não têm voz em casa nem em casa nem na sociedade em geral, também é mais difícil serem ouvidas no trabalho.” (STOLCKE, 1985, p.273-275).

No “Capítulo VII – Memória e mito na construção da identidade dos trabalhadores”, a autora faz uma extensa descrição sobre a percepção e consciência de classe e a crença religiosa entre as trabalhadoras. Ela nos mostra que alguns trabalhadores atribuíam a existência de ricos e pobres à vontade de Deus. Como aponta Dona Cida, uma de suas interlocutoras: “eu acho que é Deus que fez; tem ricos e pobres”. (STOLCKE, 1986, p.291). Essa interpretação logo se revelou como resultado do sentimento individual de impotência dos trabalhadores, combinado com sua desconfiança inicial em relação a alguém que claramente não fazia parte de “nós, os pobres”. À medida que Stolcke passava a conhecer melhor essas pessoas, a ideia de que sua pobreza era apenas uma questão de destino deu lugar a uma interpretação que responsabilizava claramente o poder e o monopólio dos fazendeiros sobre a terra pela expropriação dos trabalhadores e pela consequente necessidade de trabalhar para eles. Depois de serem despossuídos da terra, os pobres não têm nada além de sua força de trabalho para vender e garantir sua subsistência. Em contraste, “eles os ricos não precisam trabalhar, não trabalham”. Dona Ditinha, outra interlocutora, achava que as mulheres eram mais religiosas que os homens “porque as mulheres sofrem mais... os homens não se importam, só pensam em seu trabalho em se divertir. Não todos, existem homens religiosos”. Uma mulher num acesso de raiva disse “os pobres podiam todos morrer ao nascer, assim os ricos também sofriam. Quem ia tratar das plantações para os ricos comprarem?” (STOLCKE, 1986, p.299).

A autora continua a argumentação através de sua etnografia, mostrando ao leitor que as mulheres mais confiantes pareciam ser mais céticas em relação à vida após a morte. Embora todos os trabalhadores reconhecessem que existiam visões diferentes sobre a existência e a natureza de um outro mundo, a maioria das mulheres e dos homens, apesar de compartilharem uma profunda crença em Deus, acreditavam que as recompensas e punições da vida estavam restritas a este mundo. A linguagem religiosa não expressava tanto conflitos de classes em termos religiosos, mas refletia experiências individuais. Um outro argumento trazido pela autora, que a meu ver repercute até hoje – tomadas as devidas diferenças – é sobre o aumento do consumo para as classes mais baixas como forma de ultrapassarem o sentimento de inadequação causado pela pobreza material:

“O chamado “efeito de demonstração dos padrões de consumo dos ricos” não explica a emergência de novos “desejos” entre os grupos de baixa renda. Ao contrário, a pobreza não só significa a opressão material, mas também produz um sentimento de desvirtuamento entre os pobres. Os encontros constantes com as pessoas em melhores condições materiais que olham os pobres com desprezo deram aos trabalhadores um sentimento de vergonha pelas marcas visíveis de sua subordinação, a má qualidade de suas roupas, a precariedade de suas casas, a inadequação de sua comida. Seu sentido de inadequação e impotência, pelo fato de serem trabalhadores nas roças “que fazem o trabalho mais sujo, mas também ganham o mínimo” é reforçado pela sua incapacidade de se desprenderem dos símbolos daquela condição. (...) Numa sociedade em que o poder social se assenta na propriedade e se expressa pelas posses, a luta por posses materiais é uma luta por significados sociais e reconhecimento social. No contexto urbano, a auto-estima e a aceitação social não mais pareciam depender de um trabalho esforçado, mas basicamente da posse de bens. Portanto, os trabalhadores eram impelidos a consumir por uma nova compulsão que, em vez de aliviar seus sentimentos de inadequação, apenas servia para aumentar sua submissão ao mercado.” (STOLCKE, 1986, p.319-323).

No último capítulo do livro, “A exploração da moralidade familiar”, a autora analisa os efeitos contraditórios da transição do trabalho familiar para o individual sobre a estrutura da unidade doméstica, a hierarquia entre homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho e a posição das mulheres. Argumenta que nenhuma transformação socioeconômica ocorre num vácuo ideológico, mas que a moralidade familiar e a hierarquia sexual desempenham um papel na transformação econômica, pois dão sentido às novas condições para aqueles que são afetados por essas mudanças. A subordinação é uma relação social e política que é historicamente determinada pelas circunstâncias dos homens em relação com as mulheres na sociedade. Não só os homens, mas mulheres e crianças a partir de 12 anos se tornaram trabalhadores assalariados eventuais, trabalhando em turmas. Para equilibrar o orçamento familiar, se faziam necessárias as contribuições de todos os membros capacitados da família.

Embora valorizasse a abordagem histórica, Stolcke era uma antropóloga formada pela tradição britânica, por isso nos leva também a conhecer as relações de parentesco destas pessoas. Não há uma razão imediata para que a pobreza econômica, por si só, gere conflitos em vez de fortalecer a solidariedade dentro da família. No entanto, a antropóloga nos mostra que as relações de parentesco e a estrutura de autoridade dentro da família são culturalmente carregadas de significados. Dona Maria, uma interlocutora, afirma que “é bom arrumar um homem que não deixa a gente trabalhar, mas trabalhando não adianta ter marido.” (STOLCKE, 1986, p.377). Quando os salários são baixos e o trabalho doméstico não é compartilhado, as mulheres que entram no mercado de trabalho assalariado não ganham mais autonomia pessoal do que tinham antes. Elas percebem claramente que estão em desvantagem em relação aos homens. Apesar disso, no livro podemos ver que as mulheres parecem lidar com sua dupla jornada com mais facilidade do que os homens enfrentam a perda de autoridade dentro da família e o controle sobre suas vidas. Embora isso implique sofrimento, a maior versatilidade das mulheres lhes proporciona recursos especiais para enfrentar a vida. Como muitas mulheres afirmam, elas têm mais "coragem" do que os homens. No entanto, sua maior flexibilidade também tem um custo, pois tendem a aceitar qualquer demanda feita a elas. Os homens lidam com sua desmoralização recorrendo ao álcool, o que é particularmente doloroso para as mulheres. Cerca de um terço das mulheres que conheceu em campo estavam vivendo sem a presença de um homem em casa. Os homens são vistos como os provedores, responsáveis pelo sustento "natural" da família, enquanto as mulheres são consideradas naturalmente dotadas de habilidades especiais para cuidar e educar os filhos. As mulheres que assumem o papel de verdadeiras chefes de família, no entanto, alcançam uma maior autonomia do que qualquer outra pessoa. No entanto, o preço que pagam em termos materiais e emocionais é tão alto nessas circunstâncias que dificilmente pode ser considerado uma opção desejável. Stolcke por fim argumenta com diversos exemplos que quando os homens sentem sua inadequação mais intensamente, tentam reafirmar sua autoridade por meio da violência física.

Na revista *American Ethnologist*, em 1989 (três anos após a publicação), William Roseberry escreve que a obra é impressionante e inovadora. Para ele, a análise feita sobre as consequências da exploração das famílias nas fazendas de café da América Latina ainda tinha sido pouco explorada, no entanto Stolcke não só “abriu novos caminhos, como tornou imperdoável a futura falta de atenção a tais questões”²⁹ (ROSEBERRY, 1989).

²⁹ “Here Stolcke not only breaks new ground; she also makes future inattention to such questions inexcusable.” (ROSEBERRY, p. 800, 1989). Tradução minha.

No Brasil, a publicação de sua obra teve como resposta uma crítica de José Graziano da Silva, agrônomo e parceiro de organização da coletânea que publicaram juntos³⁰. Graziano, através de sua lógica “tecnológica” do desenvolvimento da agricultura em São Paulo, não consegue compreender o objetivo principal do livro de Stolcke, que é o de relatar a história da transição do trabalho na agricultura pela perspectiva dos trabalhadores. É o que ela chama de “história antropológica das transformações das relações de produção nas fazendas de café em São Paulo” (STOLCKE, 1987), a qual se justifica pelo fato de que a história tem sido escrita como uma sucessão de eventos, sem povo; e a antropologia fala frequentemente sobre o povo, sem história. Ela defende que, somente com a junção de ambas as dimensões é possível dar conta da totalidade do problema. “A memória que os trabalhadores conservam sobre seu passado, informada por sua experiência como classe, não pode ser simplesmente deixada de lado como um mero reflexo da ideologia dominante” (STOLCKE, 1987). O livro suscitou outras resenhas publicadas em revistas internacionais também de maneira crítica, como a de Sandra Lauderdale Graham na *Journal of Latin American Studies* em 1989. A autora comenta que a pesquisa proposta por Stolcke, da “moral economy” (sic) (GRAHAM, 1989) dos trabalhadores de fazendas de café envolveu duas etapas. Primeiro como historiadora por reconstruir um passado de evidências incompletas, e como antropóloga ao detalhar seu estudo etnográfico com as trabalhadoras que conheceu e conviveu por tantos anos. Denomina a publicação como ambiciosa, por dialogar tanto com historiadores como antropólogos, e coloca isso como um ponto forte. Graham aponta ainda o fato de a antropóloga ter conseguido dialogar e dar voz sobre questões de gênero que surgiam no campo com as trabalhadoras também por ser uma mulher. Porém, aponta suas fraquezas: para ela, Stolcke não mostrou suficientemente as greves e resistências na análise histórica. E aponta o que para ela tem de mais fascinante no livro, as mulheres e suas biografias reconstruídas por Stolcke ao longo dos 10 anos. Mas lamenta que a antropóloga poderia ter descrito a etnografia em ordem cronológica com o passar do tempo e convivência com as pessoas, ter apresentado mais descrições de ações e acontecimentos, e não somente frases ditas pelas interlocutoras. Para Graham, isso a confinou nas “categorias ligeiramente frágeis e limitadoras de seu próprio argumento”³¹ (GRAHAM, 1989). Para a autora da crítica, Stolcke não fala o suficiente da história das greves dos trabalhadores; no entanto, no capítulo “Memória e mito na construção da identidade dos

³⁰ SILVA, José Graziano & STOLCKE, Verena, eds., A questão agrária, São Paulo, Brasiliense, 1981

³¹ “My regret tis that she does not show us those lives over time nor reveal precise actions at particular moments as well as their more self-conscious statements, instead limiting herself to the slightly brittle and confining categories of her own argument”. (GRAHAM, p. 605, 1989) Tradução minha.

durante minha iniciação científica³² que foi realizada entre 2020 e 2021. Parte dela foi feita totalmente à distância por conta do contexto pandêmico: de casa pude conhecer, ler, fichar e sistematizar todas as publicações de Stolcke, e outra parte feita no arquivo com dias e horários marcados, máscaras, luvas e muito álcool em gel, na qual pude ter contato com todos os documentos contidos no fundo. Ele foi previamente organizado por bolsistas do AEL com auxílio das arquivistas, mas ainda não estava disponível para consulta do público. Com o acesso através de minha pesquisa, pude contribuir com parte da catalogação, identificando o que estava em cada pasta, abrindo uma por uma, manuseando e conhecendo cada documento.

A maioria, se não todos os documentos que se encontram no Fundo Verena Stolcke são da época em que a antropóloga lecionava na Unicamp e quando realizou sua pesquisa de campo na fazenda Rio das Pedras. Uma das caixas arquivo denominada “Coleta de Dados” contém 49 cadernos de campo, que datam de 1973 a 1978. São 49 “caderninhos” de bolso, todos preenchidos de manuscritos completamente do começo ao fim, alguns com anotações dentro da capa e contracapa. Essa foi a primeira caixa que escolhi abrir no meu primeiro dia de campo no arquivo, no dia 5 de outubro de 2021. Os documentos foram uma doação da própria Verena Stolcke por intermédio da professora Maria Filomena Gregori, do Departamento de Antropologia do IFCH/Unicamp, em 23 de março de 2015.³³

³² A iniciação teve como título “Os papéis de Verena Stolcke: os primeiros anos da história do Departamento de Antropologia da Unicamp” e é possível encontrar os resultados dela nos Anais do XXIX Congresso de Iniciação Científica da Unicamp: <<https://proceedings.science/unicamp-pibic/pibic-2021/trabalhos/os-papeis-de-verena-stolcke-os-primeiros-anos-da-historia-do-departamento-de-ant?lang=pt-br>>

³³ Repositório Digital de Documentos Arquivísticos Permanentes e Sistema Informatizado de Acervos Permanentes da Unicamp: FUNDO VS - VERENA STOLCKE. Acesso em 22/03/2023: <<https://redisap.unicamp.br/index.php/br-spacl-vs#wrapper>>



Imagem 1: Foto dos cadernos de campo do Fundo Verena Stolcke no Arquivo Edgard Leuenroth. Arquivo pessoal.

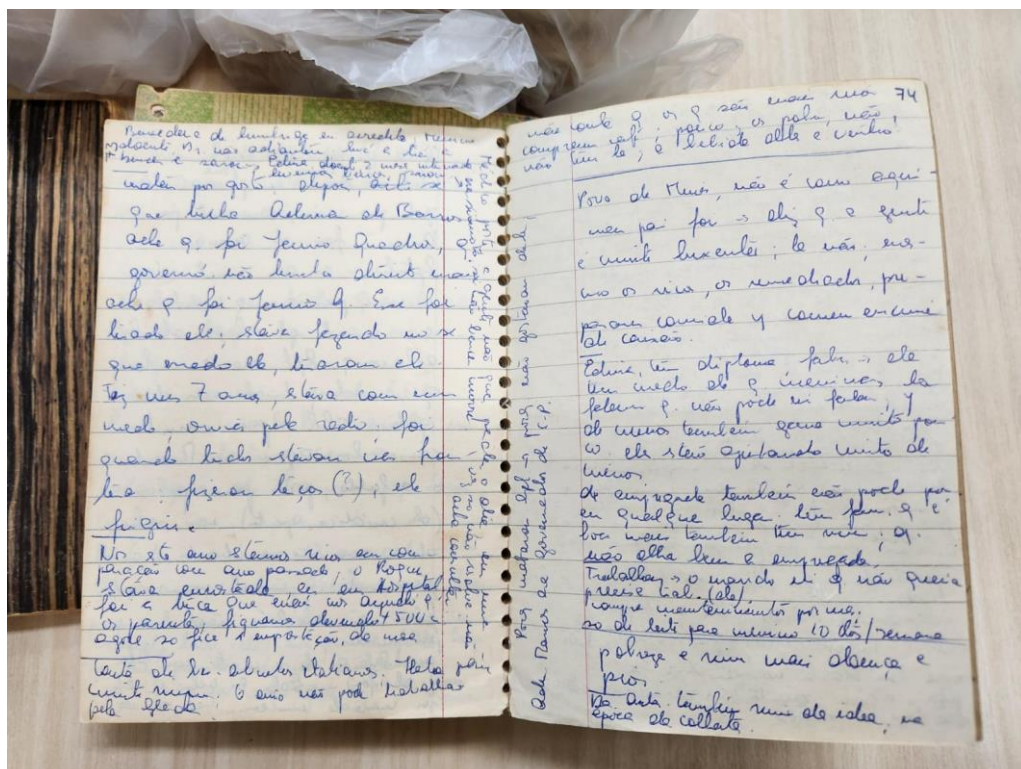


Imagem 2: Foto de um dos cadernos de campo aberto, que mostra a caligrafia da antropóloga. Arquivo pessoal.

Em geral, os cadernos de campo constituem uma caligrafia apressada, de quem provavelmente escrevia tudo o que conseguia nos intervalos da colheita ou mesmo nas rodas de conversa com as trabalhadoras, e todos eles majoritariamente em espanhol, com algumas palavras e expressões em português. Coloca a localização no início de cada registro: Jaguariúna, Fazenda Rio das Pedras, e/ou os nomes dos interlocutores: Sr. José, D. Alzira, D. Yandira, D. Cida, D. Amélia, Elsa. Em alguns diários constam a lista de compras de algum dos interlocutores, ou de uma semana de consumo ou de um mês; acredito que essas perguntas apareciam para que ela pudesse ter como referência o gasto dos trabalhadores em relação ao que recebiam nas fazendas. Devido à parte de minha iniciação científica em que realizei pesquisa bibliográfica, tive a oportunidade de ler e fichar a obra antes de propriamente conhecer o arquivo. Acredito que isso foi um diferencial para poder prestar atenção em alguns detalhes presentes em cada documento, como os nomes das interlocutoras de Stolcke, e essa atenção que ela dava em anotar a lista com os valores dos alimentos, que serviu para dar corpo à argumentação do capítulo “VI- Novas formas de exploração do trabalho e novos conflitos”. Conforme afirma Tambascia, o uso de documentos de arquivos permite reconstruir alguns episódios significativos que podem iluminar alguns processos e nos chamar atenção para as minúcias do mesmo (TAMBASCIA, 2010). Os documentos do acervo no AEL me permitiram reconstruir o processo de pesquisa e escrita do livro publicado pela antropóloga.

Na seção de agradecimentos do livro, Stolcke cita a contribuição de Michael Hall (1941-), “cujo conhecimento da história inicial do trabalho e do café no estado permitiu dar ao livro sua profundidade histórica”. (STOLCKE, 1986). Entendi a relação estabelecida por eles quando acessei a pasta “Correspondências” do Fundo Verena Stolcke, localizada no Grupo 2 – Relacionamentos pessoais e convívio familiar. As cartas de maior quantidade e destaque do acervo são as trocadas, e majoritariamente, enviadas por Hall. Ele é um historiador estadunidense que desde 1975 atua como professor titular do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Boa parte do seu trabalho concentra-se na história do trabalho e da imigração no Brasil.

O acervo está organizado por pacotes de plástico e folhas sulfites descrevendo o conteúdo deles. Na maioria das cartas, Michael Hall assina como Mike, mostrando a relação de intimidade e amizade entre os pesquisadores. Há um pacote que contém duas cartas, a primeira de 12 de janeiro de 1983 e a segunda de 3 de outubro de 1983. Na carta assinada por ele, é interessante notar como se dava a pesquisa na década de oitenta, quando ele diz “I will try to put in a request with FAPESP for money to translate the colono letters.” Hall comenta sobre as

burocracias de visto, e sobre a trajetória de circulação de Stolcke: “I have been busy with despachantes, etc., and haven’t seen many people yet. However, in December everyone was hoping very much that you would be able to teach a semester or two at the Unicamp. The atmosphere wasn’t too bad, and you would certainly be appreciated. Can’t you go back to Barcelona for a semester, and then get another leave?” Mais interessante ainda é a forma como ele assina a carta dizendo “What a boring letter. However, I want to get it in the mail today, before I get further distracted, so this will have to do. I’ll try to write a better one, with fofocas etc., When I have seen people at the Unicamp. Beijocas, Mike”, e pode-se pensar tal carta como “chata” devido ao seu conteúdo ser todo focado em sugestões de bibliografias, opiniões sobre o trabalho e a pesquisa de Stolcke, sem a parte das “fofocas” e outros conteúdos pessoais. Talvez ainda existam tais cartas escritas por Hall com o referido conteúdo, mas elas não constituem o acervo no AEL. Um fato que é importante mencionar é sobre as constantes viagens de Stolcke de Campinas à Barcelona, que realizava por semestres no final de sua carreira na Unicamp. Hall inclusive sugere que ela fizesse essa viagem em 1983 com o argumento que sua presença seria muito apreciada no Brasil.

A carta de resposta para ele demorou cerca de 9 meses, e seu conteúdo é também todo sobre trabalho e referências. Stolcke comenta sobre o atraso de Reinhardt Wagner³⁴ para retornar suas cartas, e conta no que tem trabalhado ultimamente. Não responde sobre a questão de lecionar ou não na Unicamp, mas quando redigiu a carta ela provavelmente estava viajando, fazendo parte de sua pesquisa em Londres: “It has occurred to me some time ago to consider recurring to a friend I have here in London at the German Historical Institute who does, in fact, know how to read these mysterious writings [...]” Assina a carta dizendo “It is Sunday and we will go to a pub forthwith. Thus I leave you for today. Hope you keep well in the Brazilian turbulence. Um abraço again, Verena.” Há também no acervo um conjunto de outras quatro cartas de Michael Hall enviadas à Stolcke, de 23 de setembro de 1978, 25 de setembro de 1978, 20 de outubro de 1982 e 14 de dezembro de 1982. É interessante notar a passagem do tempo nas cartas, as quais mostram os acontecimentos dos contextos e a forma pela qual ele a ajudava em sua pesquisa e sistematização de informações. Ao que parece, ele coletava dados pelos arquivos europeus e os enviava por carta para ela. Na carta do dia 23 de setembro de 1978, ele pergunta “Could you please tell me who has my copy of Foster? I’m going to need it back fairly soon, and neither Manuela nor Marisa could think of who you might have lent it to”, sobre uma

³⁴ Não pude descobrir quem foi Reinhardt Wagner e perguntei a Stolcke se ela se lembrava. Mostrei-lhe as cartas em busca de alguma pista em sua memória, mas sem sucesso. Sua resposta foi que, provavelmente, foi uma pessoa indicada por Michael Hall para auxiliar na bibliografia de sua pesquisa.

cópia de um livro, que não consegui decifrar qual. Vale notar aqui a rede de relações já existentes na antropologia brasileira com Manuela Carneiro da Cunha, aluna de Stolcke na primeira turma de mestrado do PPGAS-Unicamp e Mariza Corrêa. Ele assina dizendo “I’ll try to write a decent letter soon, but I want to get this in the mail today to at least you know that I haven’t forgotten about our article(s)”. A “carta decente” que ele escreveu provavelmente é a carta de 25 de setembro de 1978 que está muito mais detalhada em conteúdo e sobre o que ele encontrou em suas pesquisas. Nesta segunda carta, ele assina dizendo “Well, another boring letter. I’ll send gossip in the next one. How was England?” fazendo menção ao conteúdo da carta com nenhum tipo de informação pessoal ou sobre outras pessoas. Em 1979 Stolcke e Hall publicaram juntos no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) um curto artigo de título “Greve de colonos na primeira república”, um dos prováveis resultados desta pesquisa histórica conjunta via correspondência que encontrei no AEL.

Outra carta, de 20 de outubro de 1982 também contém mais informações históricas sobre imigração descobertas por Hall. Nesta, há também uma espécie de desabafo sobre as burocracias enfrentadas por ele em relação ao visto brasileiro e a organização da Unicamp perante isso: “The total and unmitigated incompetence of Andre, plus the stupidity and ill-will of the rectory led to this totally grotesque situation. If I could be sure of finding another job I don’t think I would bother.” Ele também faz sugestões para a próxima visita de Stolcke ao Museu Britânico, e assina de forma carinhosa, incluindo as filhas de Verena: “Beijocas (extensivas às monstrixas, who of course no longer merit such a title)”.

A última carta deste arranjo é de 14 de dezembro de 1982; diferente das outras que foram datilografadas, está manuscrita. Aparentemente foi enviada após o embrolho citado por Hall na carta de outubro, e nesta ele detalha sua experiência no Brasil. “I went to Brazil for 10 days – a strange experience to say the least. My visa has been approved, but I’ll probably have to go back in January to finish the bureaucracy (which must be done within 90 days). The hostility between PMDB vs PT intellectuals is fairly great – though most of our PT friends weren’t really too discouraged by the election results. The economy is falling apart – though for those who exchange dollars on the black market (400 cruzeiros per dollar) Brazil has become a very cheap country. I’ll try to write a fuller account one of these days”. Identifica-se o contexto do país nos anos 80, especificamente no ano de 1982 quando ocorreram eleições de deputados federais e estaduais, senadores e governadores. Neste ano, o Partido dos Trabalhadores (PT) não teve nenhum governador ou senador eleito, apenas 8 deputados federais e 13 estaduais, e por isso

Hall cita sobre os amigos “petistas” não ficarem tão desencorajados com o resultado das eleições.

Verena Stolcke passou cerca de um ano em Oxford, de 1981 a 1982, financiada pela Wenner-Gren Foundation³⁵. No período dessa viagem, pôde se dedicar integralmente à pesquisa e à escrita do livro. Antes disso não conseguia se ater à sua pesquisa devido ao grande volume e acúmulo de informações, tanto bibliográficas quanto de anotações de campo, assim como seu constante deslocamento transnacional entre Campinas e Barcelona, preparação de aulas no novo emprego e o próprio tempo de dar as aulas, a correção de trabalhos das diferentes disciplinas, o grande número de alunos, enfim. Em uma das cartas que constituem outro acervo do AEL, o Fundo Mariza Corrêa, ela compartilha: “Creo que te expliqué que estoy con 150 alumnos en introducción y me doy cuenta que no sirvo para artista de circo, es decir que me aplastan y no me siento muy bien, pero poco a poco vamos avanzando y creo que están aprendiendo algo.”³⁶



Imagem 3: Verena Stolcke escrevendo o livro sobre a cafeicultura durante seu período em St. Antony's College, Oxford University (financiada por Wenner Gren-Foundation of Anthropological Research, Nova York, EEUU), 1983. “Àlbum fotogràfic”, <<https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/26712/stolcke/fotos.asp>>

³⁵ A Wenner-Gren Foundation é uma fundação de capital privado dedicada em promover e liderar apoio à antropólogos e à pesquisa antropológica ao redor do mundo. Fundada em 1941 por Axel Wenner-Gren, criador da Electro-Lux Corporation (e um dos homens mais ricos do mundo), inicialmente se chamava Viking Fund e sua missão original era promover avanços na ciência, caridade, literatura, educação e religião. Em 1951, foi rebatizada a Wenner-Gren Foundation. Paul Fejos, um cineasta de vanguarda húngaro, convenceu Wenner-Gren a usar o fundo para apoiar o trabalho antropológico. Desde então, a fundação se tornou um ator chave para financiamentos de pesquisa da disciplina. Acesso em 25/05/2023: <<https://wennergren.org/about-us/>>

³⁶ Trecho de carta enviada de Verena Stolcke à Mariza Corrêa em 12 de dezembro de 1980. Arquivo Edgard Leuenroth/AEL-Unicamp.

Sem essa bolsa e esse tempo, muito provavelmente ela não priorizaria a escrita do livro por precisar se dedicar ao trabalho remunerado de docência. Em uma carta enviada de Oxford para Corrêa, Stolcke detalha esse processo:

“La intención y obligación es acabar de escribir de una vez el libro sobre las mujeres y su historia en Sao Paulo. Por el momento me siento bastante inspirada y pienso que es cuestión de trabajar regularmente, aunque claro que de repente puedo encontrarme con algún problema teórico y de datos insuperable... ya veremos. De todas formas y esto seguro que lo pueden entender, es una delicia increíble el poder trabajar sólo en una cosa, es decir, el poder perseguir pistas, ideas por una vez sin presión excesiva de tiempo. Y el no tener que dar clases por un año es un alivio extraordinario.”³⁷

Na seção de agradecimentos, ela cita a “tranquilidade necessária” encontrada neste período no St. Antony’s College, em Oxford, que também deu auxílio adicional à Fundação Wenner-Gren junto ao Gasparian Fund.

Antes da publicação de seu livro em 1986, Stolcke publicou na edição de 1975 da revista *Debate e Crítica* um artigo que falava sobre sua pesquisa. O artigo é a primeira apresentação publicada sobre sua pesquisa etnográfica em andamento. Porém, seu enfoque se dá ao caminhão de turma³⁸, meio de transporte utilizado para deslocamento das pessoas até as fazendas que trabalham. O caminhão-de-turma e o “turmeiro” aparecem em 11 fotos do Fundo Verena Stolcke no AEL. “Toda manhã, um pouco antes das sete, chega um grande caminhão trazendo

³⁷ Trecho de carta enviada de Verena Stolcke à Mariza Corrêa em 5 de outubro de 1982. Arquivo Edgard Leuenroth/AEL-Unicamp.

³⁸ Carlos Rodrigues Brandão em seu livro *Diário de Campo: a antropologia com alegoria* (1982), dedica um de seus poemas à Verena Stolcke, referindo-se às mulheres do caminhão de turma. Transcrevo parte dele a seguir:

“No corte bruto da cana queimada de antevéspera
as mulheres-do-caminhão-de-turma se cobrem de tal modo
de sapato de homem, chapéu, calça, camisa e saia grossa,
que da pessoa visível da mulher trabalhadora
fica de fora apenas a frágil força-de-trabalho. Em fila,
na longa linha viva da pequena multidão de gente igual
ali, sem nome e cara avançando como em uma guerra
a golpes certos de facão canavial adentro.
(...)
O território de corpo de mulher prisioneiro da roupa
não tem sobras de sonho, nem encantos e nem ternuras
(nada há ali que sugira um edito de revista “de mulheres”).
Quem senão um outro bóia-fria igualmente armado
e áspero na vida e na cama desejaria amar essas guerreiras
de mãos maciças e ancas endurecidas à custa do trabalho?
A mulher-volante é toda ela uma força útil entre o olho e a mão,
de todo o corpo, a parte que escapa da prisão da roupa
e assiste à luta sem fim da pessoa com a planta:
da mulher amarga contra a cana tenra e doce.” (BRANDÃO, p. 23, 1982)

cerca de 40 a 45 trabalhadores, sentados em bancos de madeira montados na carroceria. Cerca de 30 destes são mulheres, divididas igualmente entre moças e mulheres casadas de meia-idade. Trabalham em turma nos campos.” (MARTINEZ-ALIER, 1975). Apresenta ao leitor algumas das principais perguntas que pretende responder durante sua pesquisa: em que medida as opções de trabalho dessas mulheres e seu desempenho podem ser entendidos em termos puramente econômicos; e em que medida variáveis culturais historicamente determinadas, relacionadas com a definição de papéis sexuais e organização familiar, devem ser levadas em conta por implicarem em certas restrições sobre a proletarianização dessas mulheres. “De modo geral deixarei que as mulheres falem por si mesmas” (MARTINEZ-ALIER, 1975, p. 60).



Imagem 4: Foto tirada por Stolcke em campo, Seu Luis, o ‘turmeiro’ do caminhão de turma e as trabalhadoras. Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp.

Anteriormente, no colonato, as mulheres participavam da produção de sua subsistência como uma extensão de suas tarefas domésticas. Agora isso não é mais possível, já que precisam vender seu trabalho por um salário a fim de comprar o que é necessário para sua subsistência; “tem mulher que trabalha que nem homem” (MARTINEZ-ALIER, 1975). O fato importante destacado por ela, que vimos aparecer no livro com detalhes, é que a integração das mulheres na produção social ainda não levou a uma redistribuição do trabalho doméstico. Os homens só trabalham na roça e as mulheres trabalham na roça e em casa. Como dito por uma de suas interlocutoras: “na outra encarnação a gente vai ser homem, então nós judia deles” (MARTINEZ-ALIER, 1975). Conclui no artigo que é uma combinação de fatores, tanto econômicos quanto sociais, que dá conta de explicar as diferenças quanto ao trabalho, as atitudes e o desempenho de homens e mulheres.

Essa diferença de gênero lida e interpretada pela antropóloga é uma constante em suas descrições sobre os temas discutidos no capítulo etnográfico. Por exemplo, sobre greves e organizações sociais, Stolcke aponta que “embora os homens relutassem tanto quanto as mulheres em se envolverem numa ação coletiva, eram em geral melhor informados quanto ao que acarretava uma greve.” (STOLCKE, 1986, p. 345). A autora aponta ainda que isso acontecia porque as mulheres dependiam de seus maridos para se informar politicamente, e tal dependência era estimulada por eles porque não podiam conceber uma ação política independente organizada por suas esposas. Em sua pesquisa de campo, como já citado na seção passada, Stolcke perguntava também sobre a visão das pessoas sobre fé, crenças e religião. Dedica um subcapítulo à discussão sobre vida após a morte e é interessantíssimo como ela constrói a escrita, intercalando com as falas, fazendo a leitora acompanhar a linha de raciocínio que provavelmente ela teve numa conversa informal na qual ia perguntando conforme as pessoas iam respondendo. Mais uma vez, a divisão de gênero para marcar as diferenças nas respostas: “As mulheres tendem a se inclinar mais que os homens à crença em alguma espécie de outro mundo onde se pode encontrar salvação e onde os pecadores são castigados pelos seus erros. (...) É significativo que pareciam ser precisamente as mulheres mais submissas nas suas relações familiares e as mais esforçadas no trabalho as que também tendiam a acreditar em Deus e na sua salvação em um outro mundo.” (STOLCKE, 1986, p. 299). Dona Ditinha, uma das interlocutoras de Stolcke, acreditava que as mulheres eram mais religiosas que os homens porque para ela as mulheres sofrem mais. Os homens, na visão dela, só pensam no trabalho e em se divertir, não se importam com a fé. Ainda sobre as diferenciações de gênero apresentadas por Stolcke, é importante frisar também como ela aponta as diferenças dentro da categoria

“mulher”. Na discussão sobre religião, como já citado, ela explica que as mulheres mais seguras de si próprias eram muito mais céticas quanto à vida após a morte, comparada com as mulheres mais inseguras, com históricos de traição e violência. Ademais, aponta as semelhanças nas visões de homens e mulheres pobres sobre a morte: ambos a enxergam como um momento de descanso, menos que um caminho para a salvação. (STOLCKE, 1986, p.300.).



Imagem 6: Verena Stolcke em campo. Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp

2.4 O PPGAS e a circulação

Sua pesquisa foi inovadora naquele contexto por muitos aspectos. Foi uma das primeiras etnografias com os trabalhadores “bóia-frias”, se tornando um registro histórico das condições de vida e trabalho dessas pessoas na década de 70. Além de alinhar a pesquisa histórica sobre a transição do colonato para o trabalho assalariado, Stolcke também marca as percepções sobre classe social e principalmente sobre gênero, uma análise praticamente inédita para a antropologia brasileira daquele momento. Os temas de pesquisa de Verena Stolcke, de Peter Fry e de Antônio Augusto Arantes criaram um alicerce no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp que aparece nas linhas de pesquisa até hoje. Os três vinham de uma formação anglo-saxônica, da teoria social-inglesa, e isso distinguiu o programa de Campinas em relação aos da Universidade de São Paulo (USP) e do Museu Nacional, ambos também em formação no eixo sudeste na época. O primeiro, enquanto antropologia, ainda tinha pouca bagagem devido à saída de muitas pessoas como Ruth Cardoso e Eunice Durham; já o

segundo, tinha no início uma forte influência francesa levistraussiana com Roberto DaMatta, estruturalista, e predominavam a etnologia e os estudos camponeses. Segundo a antropóloga, em uma entrevista concedida em 1990, “as individualidades que iam fazendo coisinhas [em cada universidade]” (CORRÊA, 2013).

Uma figura chave na contínua formação do PPGAS da Unicamp e no legado da pesquisa historiográfica foi Mariza Corrêa (1945-2016). Ela idealizou e desenvolveu na Unicamp o primeiro estudo específico e sistemático da história da antropologia no Brasil, o “Projeto História da Antropologia no Brasil (1930-1960): Testemunhos”, a partir dos anos 1980. O PHAB tinha como objetivo inicial colher depoimentos de antropólogos das primeiras gerações da disciplina no país. As gravações em vídeos das entrevistas, o recebimento de acervos doados e o aumento de auxílios financeiros, foram ampliando o projeto, que, em 1995, contava com 22 depoimentos gravados em vídeo e 25 áudios. Esse material também possibilitou a publicação dos livros *História da Antropologia no Brasil: 1936-1960* (1987) e *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia* (2013), ambos produzidos pelos esforços de Corrêa. Ela fez da história da antropologia “uma espécie de laboratório crítico para a conjugação de seus principais interesses analíticos e seus efeitos na construção do conhecimento antropológico” (TAMBASCIA; ROSSI, 2018).



Imagem 7: Mariza Corrêa, Peter Fry, Antonio Augusto Arantes, Verena Stolcke, no quintal da casa de Stolcke em Campinas, 1976. “Àlbum fotogràfic”, <<https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/26712/stolcke/fotos.asp>> .³⁹

³⁹ Essa foto está num arquivo online criado por seus colegas da UAB em 2008, em homenagem à aposentadoria de Verena Stolcke. Em um dos dias que fui à seu apartamento para a pesquisa, passamos o dia todo vendo as fotos

Mariza Corrêa foi uma das orientandas de Stolcke. Em 1975 defendeu sua dissertação de título “Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais”. Mas não foi a única: José Luis dos Santos, Maria Suely Kofes, Lucia Helena Fernandes de Saboia e José Carlos de Saboia também foram seus orientandos no final da década de 1970. Importante destacar aqui que todas as publicações com o nome da antropóloga até 1978 aparecem com o sobrenome de casada, Verena Martinez-Alier. Essa é uma questão que pude perguntar pessoalmente a ela durante minhas visitas a seu apartamento em Barcelona. Ela não soube me especificar a data, mas confirmou minha hipótese que a mudança estava relacionada ao crescente entendimento sobre questões patriarcais e sua relação com os movimentos feministas da década. Ela decidiu fazer o movimento inverso daquilo que é feito em casamentos, adotando o nome de solteira Stolcke como seu sobrenome principal. Há um baú de madeira belíssimo em seu escritório com o nome “VERENA MARTINEZ-ALIER” escrito em letras garrafais com tinta branca, usado agora como apoio para livros. Perguntei para ela sobre a história do baú, e ela me disse que era usado em viagens, para transporte de mudanças em navios. O escrito era para a identificação da carga, e ela conta que aquele não era seu nome, escreveram o nome da família de seu ex-marido. Mariza Corrêa aborda essa questão de nome e “renome” no livro *Antropólogas & Antropologia* (2013), a qual chama de “notoriedade retrospectiva” o modo como o renome adquirido a partir de dado momento pode remeter à vida inteira de um personagem. Ou seja, a escolha pelo sobrenome de solteira de Stolcke remete à sua individualidade e não ao seu ex-marido, que além de economista era também pesquisador e professor. Sofreu constrangimentos de gênero nos primeiros anos dando aulas na UAB, como ela compartilha com Corrêa:

“Pues con lo complicada que fue mi entrada aquí y siendo además mujer y ya sabes lo que esto implica – hay que hacer todo, o al menos creemos que tiene que ser así, mejor que varios hombres – de alguna forma me volqué totalmente a ese montón de clases. Ya que circulabas el rumor de que había entrado gracias a mis relaciones conyugales quise hacer las clases realmente muy bien.”⁴⁰

Segundo Eric Ketelaar, “os arquivos não falam por si mesmos: refletem os interesses, as esperanças e os receios do usuário” (KETELAAR, 2018). Ao ler as cartas do acervo pude deduzir que a escolha pelo nome de solteira foi uma forma de empoderar-se no ambiente

juntas, e ela comentando uma a uma. Sobre essa, disse: “Y esto es justamente delante de la casita donde vivía yo. (...) ¡Bueno, nos encontrábamos... imagínate! Había una casa aquí un poco más adelante, donde vivía Antonio Arantes. Entonces hicieron una especie de... núcleo antropológico, ¿no?”

⁴⁰ Trecho de carta enviada por Verena Stolcke à Mariza Corrêa em 14 de agosto de 1981. Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp.

majoritariamente masculino, além de ter o reconhecimento pela sua própria dedicação e trabalho, e não pelo sobrenome de casada.

Apesar de Corrêa não ter sido a única orientanda de Stolcke, ela foi talvez uma das únicas com a qual desenvolveu fortes laços afetivos e de certa forma familiares além da academia, os quais foram mantidos ao longo de décadas através de correspondências e visitas esporádicas. Ambas compartilhavam interesses de pesquisa similares, e mesmo quando diferiam, podiam contar com o apoio da outra para leitura e correção de textos, ou mesmo para conversar sobre novas ideias de artigos. Verena Stolcke deixou oficialmente a Unicamp em 1979, não sem as dores de ser uma pessoa que circula, que constrói relações, mas também deixa laços por onde passa.

“Leer tus líneas me da muchísima saudade, aunque no siento haberme decidido de una vez a quedarme aquí. Como hace tanto tiempo, continuo un tanto dividida pero es seguramente preferible a ser una sóla, sólida y sin dudas y preguntas y añoranzas. Lo que aumenta mis saudades es que desde hace dos semanas, habiendo finalmente acabado los cursos y dado todas las notas, es decir haber corregido pilas de trabajos, he retomado los cuadernos de campo de Jag. para acabar de una vez de ficharlos y escribir. Siento que todo está madurísimo, que hay muchísimo material – entre otras cosas sobre la micro-dinámica de la familia obrera y su articulación macro (que jerga horrible, no) y que quiero escribir.”⁴¹

⁴¹ Trecho de carta de Verena Stolcke à Mariza Corrêa, em 1 de julho de 1980. Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp.

Capítulo III – Espanha

“Los antropólogos somos cuatro, un filosófico un poco parado pero interesante y dos otros bastante provincianos. Comulgo más con los historiadores, con los que estamos, seguramente también por mis atavismos históricos desde hace siempre.”⁴²

Verena Stolcke finalmente deixa Campinas em 1979 e é contratada como professora na Universitat Autònoma de Barcelona, para onde se mudou com suas filhas e reside no país até hoje. Inicialmente, vivia em Cerdanyolla del Valles, uma pequena cidade que é onde se localiza a universidade, cerca de trinta minutos de carro ou uma hora em trem saindo de Barcelona. O apartamento onde vive atualmente comprou junto com duas amigas nos anos 90 incentivada por sua filha arquiteta Nuria, que planejou e renovou todo o andar, que foi dividido em três apartamentos independentes.

O ano de 1979 marca o início das greves organizadas no Brasil. Cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve, houve 27 paralisações de metalúrgicos que abrangeram 958 mil operários, ao mesmo tempo em que ocorreram vinte greve de professores que reuniram 766 mil assalariados (FAUSTO, 2013, p. 425) – dentre eles os docentes e funcionários da ADUNICAMP.⁴³ Como sabemos, este também foi o ano em que Verena Stolcke deixou o IFCH e decidiu ficar na UAB. Tendo vivido e presenciado esse histórico de movimentos sociais e participação política em defesa da democracia, Stolcke estranhou o comportamento dos estudantes e docentes da Espanha. Havia um clima de desilusão devido ao governo autoritário do que ficou conhecido como Transição Espanhola⁴⁴, e para ela, os alunos eram como “ovelhas”

⁴² Trecho de carta de Verena Stolcke enviada à Mariza Corrêa em 1 de julho de 1980. Arquivo Edgard Leuenroth/AEL – Unicamp. Através de minhas entrevistas, posso presumir que as pessoas citadas pela antropóloga são Ramón Valdés (“filosófico pouco parado”) e outros são Aurora González, e Joan Frigolé.

⁴³ O Brasil do final da década de 1970 vivenciado por Stolcke e de sua despedida, segundo Antonio Motta, marca um contexto privilegiado no qual o mundo acadêmico, em particular o das ciências sociais, clamava-se contra o legado nefasto da ditadura militar (MOTTA, 2017). O “Jornal do Calouro” de 1978, produzido pelos estudantes da Unicamp para os recém-chegados, conta uma retrospectiva de como foi o ano anterior no país, como 1977 sendo um “marco fundamental para a história recente do povo brasileiro: “Após 13 anos de muitas perseguições políticas, prisões ilegais, torturas, exílios, cassações e um desmedido arrocho salarial contra os trabalhadores, esta triste situação começa a dar mostrar de querer modificar-se” (JORNAL DO CALOURO, 1978 - Fundo AC/Siarq.) Em 1977 foi também o ano de fundação da Adunicamp, a Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas, acompanhando o movimento da sociedade brasileira pela democratização do país. Foi após a criação da associação, e principalmente na greve de 1979 que os docentes e funcionários da Unicamp passaram a se conhecer e se entenderem como um coletivo e a lutar contra os Estatutos criados no auge da ditadura militar (ADUNICAMP, 1991).

⁴⁴ Segundo Patrícia de Carvalho, mestra em história pela PUCRS, a periodização da transição democrática espanhola varia conforme o autor e a corrente defendida, pode iniciar em novembro de 1975 com a morte do ditador Francisco Franco, ou com a nomeação de Juan Carlos I, e ter o seu término em 1978, com a promulgação da Constituição ou com a vitória do partido socialista PSOE em 1982. Entretanto, as variações de início e término da transição variam entre 1975-1982, época em que Stolcke passou a lecionar na UAB (CARVALHO, 2011).

que obedeciam aos professores, também autoritários, como conta em uma carta enviada à Corrêa em 1980:

“Ahora, en contraste con el clima que me describes de allí, aquí lo que reina es una fuerte desilusión, escepticismo, y es bastante difícil mover a la gente, aunque los alumnos, si ven que estás dispuesto a hablar, debatir, vienen. El Estado Español es extremadamente autoritario, jerárquico, mucho más que allí y aun no entiendo bien porque, lo que hace que las relaciones entre los estamentos sean de considerable dominación y subordinación. Los alumnos parecen con raras excepciones unas ovejas, obedientes, calladitos, etc. Y muchos de los profesores, aun los jóvenes, extremadamente autoritarios. Y como sabes bien, no es fácil quebrar esos padrones. Pero de todas formas, estoy animada y veremos como continua. Lo que si me falta y mucho es el diálogo con colegas...” (Trecho de carta enviada por Verena Stolcke à Mariza Corrêa em 1 de julho de 1980. Arquivo Edgard Leuenroth/AEL – Unicamp.)

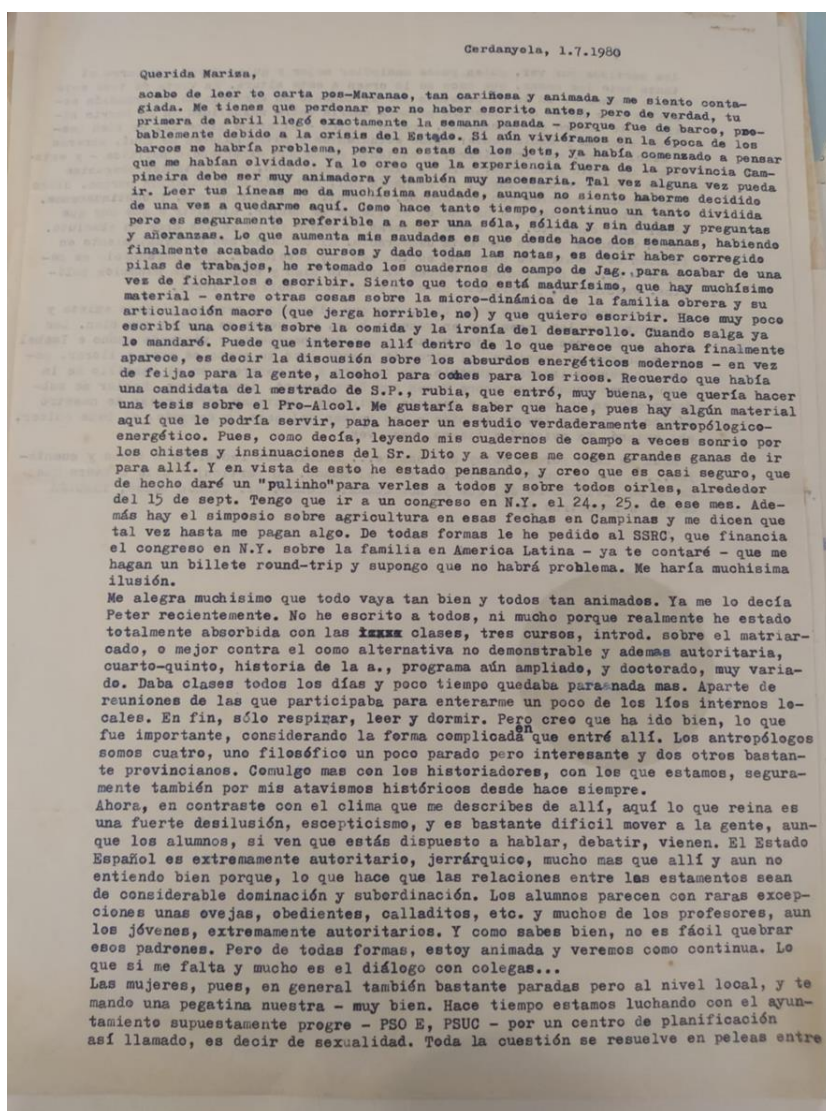


Imagem 8: Carta de Verena Stolcke a Mariza Corrêa – 1 de julho de 1980.⁴⁵

⁴⁵ Arquivo Edgard Leuenroth - Fundo Mariza Corrêa, pasta “Correspondências”.

nacionais existentes e das relações internacionais para o desenvolvimento. Isso gerou diferentes capacidades de expansão da esfera pública que possibilitava permitir a redução das desigualdades sociais e regionais (FLEURY, 2006).

A Espanha estava passando pela recente morte do ditador General Franco, que depois de 36 anos de ditadura militar (1939-1975), morreu em 1975 em Madrid após longo processo contra uma doença. Como este não foi derrotado em guerra, combate ou mesmo derrubado pela população, o final de seu governo foi simbolicamente marcado com sua morte. Assim, o rei Juan Carlos I assume enquanto moderador dos acordos entre grupos sociais, principalmente após os traumas da população pela Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Segundo o historiador espanhol Álvaro Soto, a princípio a coroa não desempenhou o papel de árbitro para a transição democrática porque no momento da morte de Franco, o objetivo central do rei era a consolidação da monarquia na Espanha. Porém, passado o primeiro semestre de 1976, o rei passa a se vincular ao projeto reformista. As dificuldades da sociedade espanhola para desenvolver e consolidar estruturas e hábitos democráticos têm sido atribuídas a uma ampla gama de fatores que não tratarei neste trabalho, mas pincelarei pelo tema para tentar recriar o contexto vivenciado por Verena Stolcke em sua chegada. A relação do país com o restante dos países democráticos europeus foi um dos motivos influenciados pelo contexto externo da chamada transição, já que a Espanha só poderia integrar a Comunidade Econômica Europeia caso completasse sua democratização (CARVALHO, 2011). Segundo o historiador Charles Powell, o relativamente escasso desenvolvimento econômico espanhol vivenciado ao longo do século XIX também deu origem a uma estrutura social desfavorável ao desenvolvimento de instituições liberais e democráticas. O impacto da existência de diferenças sociais profundas é muitas vezes relacionado ao grande número de pessoas vivendo em áreas rurais, assim como a ausência de significativas classes médias, cujo surgimento costuma estar ligado ao processo de desenvolvimento democrático. Ou seja, para ele a fragilidade desses setores intermediários da sociedade espanhola, cuja presença não seria fortemente sentida até meados do século XX, costuma também estar associada à escassa força das entidades que compõem a chamada 'sociedade civil'. (POWELL, 2006: 6).

Apesar do seu persistente intervencionismo econômico, durante o século XIX e boa parte do século XX o Estado espanhol sofria de notável escassez de capital e recursos, o que limitava seriamente sua margem de ação. Na opinião de alguns autores, isso também explicaria em parte o surgimento de nacionalismos periféricos nas últimas décadas do século XIX, principalmente na Catalunha e no País Basco, que, longe de ser uma reação contra a pressão

avassaladora exercida por um estado centralista onnipresente, refletiria na verdade seu escasso domínio e influência. Assim, para Powell poderia haver uma relação direta entre o subdesenvolvimento econômico na Espanha e a existência das fortes tensões centro-periferia, que também não facilitaram propriamente o desenvolvimento democrático do país (POWELL, 2006). Porém, segundo Peter McDonough et al. a existência das tensões é um paradoxo à luz da teoria democrática. “Talvez o traço decisivo da democratização espanhola seja o quão pouco dramático o processo se tornou. Velhas ferocidades transformaram-se em moderação. A despolarização - virtual extinção da ideologia - instalou-se. Essa situação foi acompanhada, entretanto, de uma fraca participação organizada da sociedade civil em organizações. A exiguidade da vida organizacional (militância) opõe-se às prescrições habituais para uma democracia saudável. A surpresa pela visível timidez de associativismo em instituições intermediárias conflui ao interesse pelo apego dos espanhóis às formas de socialização e hierarquia representadas pelos grupos primários tradicionais, como família e vizinhança.” (MCDONOUGH, et. al, 1992).

Depois de quarenta e um anos os espanhóis puderam exercer livremente o direito de voto no dia 15 de junho de 1977, com a celebração das eleições gerais. No dia 29 de dezembro de 1978 foi publicado no Boletín Oficial del Estado a constituição espanhola. Neste dia também procedeu a publicação do decreto de dissolução das Cortes. O problema mais difícil enfrentado na elaboração da constituição foi romper com a estrutura unitária do Estado e estabelecer uma estrutura composta, dando voz às comunidades como Catalunha e ao País Basco. A decisão adotada trazia uma certa ambiguidade, porque junto ao reconhecimento da “unidade indissolúvel da nação espanhola”, se estabeleceu o direito à autonomia das “nacionalidades e regiões que a integram”, sem especificar quais nacionalidades e quais regiões (SOTO, 1998, p. 79). Tal questão sobre nacionalidades e nacionalismos foi objeto de Stolcke em algumas de suas publicações. Em 1997 ela publica o artigo "The 'Nature' of Nationality".⁴⁷ Neste artigo Stolcke introduz sua argumentação indicando que os direitos de cidadania passaram a ser privilégios exclusivo daqueles que eram reconhecidos como nacionais de um país determinado, excluindo todos os outros nacionais de qualquer outro Estado-nação. Para isso, existem os três elementos constitutivos do Estado moderno: um território, um governo e um povo, e para Lichter (1995), circunscrever um “povo” demonstrou ser a questão mais problemática. Um território sem povo carece de sentido, o mesmo que um governo carente de pessoas para

⁴⁷ Originalmente publicado em inglês no livro *Citizenship and Exclusion* (1997), organizado por Veit Bader, e depois republicado em espanhol na revista “Desarrollo Económico Vol. 40, No. 157”, no ano 2000.

governar. Assim, determinar as condições para ser membro de um estado adquiriu uma lógica própria como dilema político constitutivo e fundamental no período formativo dos Estados modernos. Stolcke analisa também como foi conceitualizada a noção de nacionalidade, entendida como a posse de certas qualidades estipuladas legalmente que estabelecem quem pertence a um Estado nacional, que assim condicionam seu caráter de cidadão. Cidadania e nacionalidade ficaram unidas em uma única categoria, considerado como sendo inerente ao indivíduo e não adquiridas, e para ela, mesmo que tais termos estejam vinculados histórica e ideologicamente, não são sinônimos e nem podem ser confundidos. Ao invés de abordar “cidadania” e “nacionalismo”, a antropóloga escolhe abordar a “nacionalidade”, a versão mais escurecida de ambos termos, tão fundamental para as concepções de pertencimento e de identidade que se converteu praticamente em uma segunda natureza, que frequentemente mal se têm consciência. Ao invés de analisar as inegáveis imperfeições na prática democrática de nacionalidade e cidadania, ela se centra nas condições e consequentes restrições à liberdade individual inerentes às origens de ambas e que ademais determinarão sua evolução: “uma das funções principais do Estado moderno foi e segue sendo a regulação do movimento de pessoas através das fronteiras.” (STOLCKE, 2000, p. 26). Ela argumenta que as leis de nacionalidades cumpriram uma função de definição de pertencimento a um grupo sociopolítico não muito diferente das leis dos princípios de parentesco das chamadas sociedades “tribais”. Ambos os conjuntos de regras desempenharam o papel estrutural de determinar as fronteiras, sendo uma “tribo” ou um Estado nacional moderno. Têm em comum que evocam uma ideia de estabilidade em tais grupos ao supor que estão constituídos por laços de “sangue”. Além de excluir os estrangeiros da comunidade nacional, as leis de nacionalidade introduziram também desigualdades formais entre os nacionais, que afetaram particularmente as mulheres.

A Universitat Autònoma de Barcelona foi criada durante o reformismo franquista em 1968. A intenção da reforma era criar universidades isoladas dos grandes centros urbanos para dar conta do crescimento da população universitária, e afastar, controlar e isolar a agitação estudantil. Ao mesmo tempo, utilizar o princípio de “autônoma”, não só no nome, mas também no funcionamento, plano de estudo e formas de contratação, que fariam delas uma alternativa às tradicionais universidades históricas. As universidades autônomas de Barcelona, Madrid e Bilbao (agora Universidad del País Vasco) foram criadas através do decreto publicado no boletim oficial em 6 de junho de 1968. Quando o regime percebeu como essa nova universidade havia surgido, com contratações de professores com carreira internacional, durante o governo de Arias Navarro surgiu a ideia de fechá-la. Tal autonomia entrava em contradição com os

princípios autoritários do regime. A UAB também teve o primeiro reitor eleito democraticamente, Josep Laporte, que apostou na pesquisa, e dela nasceu, em 1975, o Manifesto de Bellaterra, uma carta para uma futura universidade pública na democracia.⁴⁸

A questão política nacionalista da Espanha aparece inclusive em cartas trocadas entre Stolcke e Corrêa. Em 1980, Stolcke escreve contando sobre seu trabalho na UAB e a questão política em Barcelona:

“He empezado a dar clases aunque por suerte por el momento estamos para variar de huelga por reivindicaciones salariales. Digo suerte, porque me da un poco de tiempo. Imagínate, en introducción tengo yo sola 120 alumnos, el doble del año pasado, y no se como los voy a organizar en grupos. Pero parecen interesados por el momento y vienen con gran acididad. Políticamente la situación está muy fea, por una parte bastante desaliento, pero por otra ataques muy claros de la derecha, fascistas mismo, que se pasean por las Ramblas amenazando a los transeúntes con revolver para cantar el Cara al Sol, himno franquista. Hubo bastantes heridos el otro día. Y da miedo. Nuria estaba muy aflicta, con toda razón.”⁴⁹

Outra publicação de Stolcke sobre a questão de nacionalidade e racismos no continente europeu é o artigo “Talking Culture: New Boundaries, New Rhetorics of Exclusion in Europe” (1995). Nele a antropóloga defende que a antropologia não deve apenas explorar como a globalização afeta os principais assuntos da disciplina, mas também deve prestar mais atenção nas novas formas em que as diferenças culturais são conceitualizadas nas fontes que as defendem. Argumenta que a história pode explicar as origens das diferentes tradições políticas em voga, mas não é a causa de sua continuidade, cada período interpreta e entende a história de acordo com suas necessidades contemporâneas. Debruça-se e tenta desmembrar o que ela chama de nova retórica de exclusão, esta que defende que as pessoas “por natureza” preferem viver junto aos “do seu tipo”, ao invés de uma sociedade multicultural, sendo esta atitude uma “reação natural instintiva” em relação à presença de pessoas com diferentes culturas e origens, aspas da autora. Sua intenção no artigo é argumentar que é enganoso enxergar as retóricas anti-imigrantista da direita como uma nova forma de racismo, ou como racismo disfarçado, sendo essa discussão mais do que um jogo de palavras. Para ela, é importante saber de fato a origem desta retórica para poder de fato “combat the beast”. (STOLCKE, 1995, pág. 4) O que então diferencia o racismo convencional deste fundamentalismo cultural é a forma pela qual aqueles

⁴⁸ “El 1968 de Bellaterra - La UAB celebra su 50 aniversario con la publicación de un libro que recoge la historia de una universidad nacida en tiempos convulsos” <<https://www.elperiodico.com/es/barcelona/20180605/autonomia-uab-50-anos-historia-6859323>> Acesso em: 03/05/2024.

⁴⁹ Trecho de carta de Verena Stolcke à Mariza Corrêa, 28 de outubro de 1980. Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp.

que supostamente ameaçam a paz social da nação são percebidos. Tal fundamentalismo cultural contemporâneo é baseado em duas premissas: a primeira sustenta que culturas diferentes são incomensuráveis, a segunda, que as relações entre culturas são ‘naturalmente’ hostis porque os seres humanos são inerentemente etnocêntricos. Outra diferença mostrada por ela, também, é que ao invés de organizar as diferentes culturas hierarquicamente, o fundamentalismo cultural as segrega espacialmente, cada uma no seu lugar, e ignora-se simplesmente o fato de que os estados-nações não são de forma alguma culturalmente uniformes. A entrada de imigrantes na Europa coloca novamente em xeque o fundamento do estado-nação e os pré-requisitos do acesso à nacionalidade como pré-condição para a cidadania plena. Ela conclui que não é a diversidade cultural *per se* que deveria interessar aos antropólogos, mas sim os significados políticos que endossam as diferenças culturais e seus contextos específicos e as relações ali presentes.

3.1 A antropología catalã

“(...) El simposio me pareció muy interesante. Ya me contarás en detalle como fue. Yo cuando veo estas cosas siento muchas saudades, pues aquí el mundo antropológico es lamentable. Está dominado – y eso que es pequeñito – por tres señores feudales, cada cual más lamentable – y además hay una corte de gente mas o menos interesada, pero que encuentran poco apoyo. La temática es casi toda folclórica y eso que hay motones de problemas que investigar, entre otros por ejemplo la cuestión nacional, identidad, etc. Pero la mayor parte de los trabajos y eso que no son muchos se reducen a pequeñas etnografías sin relación con el contexto. No hay con quien hablar. Por suerte el depto. de historia en que está la antropo. en este univ. está bastante bien y con esta gente sí que tengo diálogo. Pero en el contexto actual, cuanto mas pequeño el país mas provincianos son. Recuerdo con mucha nostalgia la substancia de los esfuerzos en Campinas y Brasil como un todo.” (Trecho de carta de Verena Stolcke enviada à Mariza Corrêa em 14 de agosto de 1981. Arquivo Edgard Leuenroth/AEL – Unicamp).

Barcelona, 14 de agosto de 1981

Querida Mariza,

realmente en primerísimo lugar pido sinceramente mil disculpas por mi/nuestro silencio tan prolongado. Disculpas tal vez no hay, pero razones. Sólo ahora, ya entrado mas de un mes de vacaciones consigo respirar. Y hoy, Dina mediante como dicen aquí, nos iremos a Berlin, pero no antes de haberte escrito en largo de una vez. No es si te comenté alguna vez, pero en mi vida he dado tantos cursos como este año, además de que Juan no estuvo cinco meses del año. Tal vez te cueste creerlo pero a comienzo de año estaba hasta flaca. No es que me sintiera mal, pero realmente casi no tenía tiempo para dormir ni comer. Tal vez te acuerdas de tu primer año en el IFCH después de todas las tribulaciones. Pues con lo complicada que fue mi entrada aquí y siendo además mujer y ya sabes lo que esto implica - hay que hacer todo, o al menos creemos que tiene que ser así, mejor que varios hombres - de alguna forma me volqué totalmente a ese montón de clases. Ya que circulaba el rumor de que había entrado gracias a mis relaciones conyugales quise hacer las clases realmente bien. Aprendí un montón y creo que al final no fue mal, sobre todo con el segundo grupo, pero con esto el mundo xx alrededor mas a menos desapareció y Campinas quedaba lejísimo. En el último mes estuve escribiendo un paper que creo que no ha quedado mal sobre la familia de los volantes - te lo mandaré en septiembre cuando lo pueda hacer por las Univ. - y con esto recuperé mi pasado. Sólo un detalle, te acuerdas que tu me comentabas sobre aquella noticia que había escrito sobre la div. sexual del trabajo, que las mujeres aparecían tan vencidas. Pues, teniendo en cuenta tu comentario de que esto no era real pues son personas muy fuertes, he revisado el material, y ya verás lo que ha salido. Esto es para una conferencia en Mexico en Septiembre y veremos como irá el debate. Iré también Ruth que te podré contar. Si quieren publicarlo allí - tiene casi 50 pag. - ya me gustaría. Sólo tendrías que substituir las citas en portugués. Pues, con todo esto poco tiempo quedó para mantener la correspondencia con el mundo afuera.

No todo lo que dices que han mandado ha llegado. Carta de Peter no he tenido, pero es verdad que cosas se pierden. Tampoco unos libros que Mauro había anunciado. Pero las fotos de Guigo si y Isabel las ha colgado en su pared, que parece un album de fotos. Tanto ella como Nuria continúan con unas saudades tremendas de Campinas. Es comprensible, pues aquí vivimos en un mar de piedra y la gente es mucho menos abierta hacia los niños. Ya lo verán, pues realmente esperamos que Uds. vengan. El Mulherio también llegó y me gusta mucho, y también el Caderno de Carlos Chagas. Muchísimas gracias por todo y espero que ante mi silencio no abandones estos envíos. Lo del dinero de Cebrap está perfecto. El resto guárdalo y usalo para lo que te parezca. El simposio me pareció muy interesante. Ya me contarás en detalle como fue. Ya cuando veo estas cosas siento muchas saudades, pues aquí el mundo antropológico es lamentable. Está dominado - y eso que es pequeñito - por tres señores feudales, cada cual mas lamentable - y además hay una corte de gente mas o menos interesada, pero que encuentran poco apoyo. La temática es casi toda folclórica y eso que hay montones de problemas que investigar, xx entre otros por ejemplo la cuestión nacional, identidad, etc. Pero la mayor parte de los trabajos y eso que no son muchos se reducen a pequeñas etnografías sin relación con el contexto. No hay con quien hablar. Por suerte el depto. de historia en que está la antropo. en este univ. está bastante bien y con esta gente si que tengo diálogo. Pero en el contexto actual, cuanto mas pequeño el país mas provincianos son. Recuerdo con mucha nostalgia la substancia de los esfuerzos en Campinas y Brasil como un todo. Pero existe la posibilidad de que en el 82/83 vayamos un año al Stanford of all places. Richard Fagen, que Evelina conoce bien, está tramitando una visiting professorship para el Latin American Centre. Allí podríamos recuperarnos y yo tendría al final el tiempo y la tranquilidad necesaria para acabar de escribir el libro sobre los volantes, etc. Después de haber trabajado otra vez con el material estoy bien animada pues hay cosas muy interesantes y de alguna manera

Imagem 10: Carta de Verena Stolcke a Mariza Corrêa – 14 de agosto de 1981.⁵⁰

⁵⁰ Arquivo Edgard Leuenroth - Fundo Mariza Corrêa, pasta “Correspondências”.

P.S. Mariza, por favor, olvide recordar a Mariñé y Constanza August y Chile, que me lo llegaron desde Chile.

siento que los temas, la problemática está finalmente madurando y que veo el trabajo en su totalidad. En Berlín estaremos con Michael que tiene contacto continuo con el Brasil ya nos podrá contar mas de lo que pasa. Adjunto te mando un recorte del diario local que escribió un amigo sobre la dimisión de Golbery. Crees que la interpretación es correcta? Le hemos dado al libro de Eliezer y le expliqué algunas cosas. Es muy curioso que mientras Brasil primero miraba a España como modelo de redemocratización, ahora se ha invertido el proceso, España está mirando hacia al Brasil para adaptar la política de seguridad nacional. La situación aquí está muy deprimente y les mandaré un número de una revista sobre los que mandan que saldrá a principios de ~~xxxxxxxxxxxx~~ septiembre. Se podrán hacer una idea de la situación. Ahora, la introducción a tu libro... siento que tarda todavía, pero por otra parte me permite cumplir mi compromiso con retraso. Tengo la tesis aquí en la mesa y ~~xx~~ escribiré una nota en septiembre si todavía está a tiempo. Simplemente no tuve tiempo antes. Te prometo que me gustaría muchísimo hacerlo y ya sabes que comparto totalmente tus tesis y creo que es un trabajo fascinante. Dime si todavía hay tiempo. Me decías que crees que tu artículo para la colección de Magdalena, Colombia, haya llegado tarde. Pues no y me dice que les ha gustado mucho. Piensan ahora considerando la cantidad de material publicar tres volúmenes. Incluirán mi artículo que salió en Estudios Cebrep. Sólo hay que arreglar la versión en castellano lo que también haré en septiembre.

El número de Dones en Lluita que te mandé es el primer número de la nueva serie aumentada y pienso que está muy bien, aunque todavía le falta material sobre la situación concreta de las mujeres en el Estado Español. Pueden incluirse también cosas de otros países de manera que si tienes algo -sería interesante material sobre violencia - estaría muy bien. No ha de ser muy académico. El problema de siempre es que la gente no escribe lo que es lamentable.

Bueno, Mariza, ahora creo que si he respondido si no a todas las cuestiones a una parte de ellas. De resto estamos muy bien, aunque con un cierto desaliento ante la situación que también afecta lógicamente la universidad, donde el clima es una mezcla de desencanto total y apatía. Es muy difícil ahora enseñar pues no hay por donde agarrarse para mover a los alumnos. Es curioso pero hay una búsqueda creciente por la filosofía clásica... los marxismos ya no funcionan... en fin. Supongo que de alguna manera esto también ocurre allí. Tenemos muchas ganas de salir un poco y Berlín es una ciudad fascinante en todo sentido. Muy abierta, culturalmente y políticamente muy viva, un poco al centro de Europa. Nos encontraremos allí con Nuria que viene de haber pasado dos meses casi en Cambridge con amigos y haciendo un curso de Inglés. Este fin de semana está en Londres con una amiga feminista - también para esto sirve el feminismo, cursisero no, ahora que los hijos de las feministas crecen es posible hacer intercambios dentro de la ~~xxxxx~~ red de contactos. Ya viaja sola y se lo arregla muy bien. Cuando la veas verás como ha crecido en todo sentido. En el colegio le va muy bien. Como dice Juan lógicamente, es tan intelectual como él... ~~xxx~~ pero además, digo yo, sabe lavar platos, etc. Isabel está en ~~xxxxxx~~ Munich con mi madre y es la vieja de siempre, con mucho humor, alegría. Hace un año hace jockey en patines aquí en Cardanyola y pertenece al primer equipo femenino. Lo hace muy bien y es divertidísimo verles. En el colegio se destaca en artes, gimnasia, catalán mientras que las materias llamadas serias son secundarias. Ya ves, es de su estilo. Pero ya les verán a fin de año. No dejen de venir pues sería una tristeza para todos muy grande.

Mariza, dale por favor recuerdos a todo el mundo, Susaly - le he mandado hace tiempo un artículo - a todos, Evelina, Peter, al Conjunto, Mauro y Manuela cuando viene a Inglaterra. Con Jose Luiz he tenido un contacto indirecto através de una alumna de aquí que le mandé. Parece que está muy bien. Pero tampoco he tenido tiempo para mas. Parece que se queda medio año mas, no. Tendré que escribirle una nota.

Y aquí te dejo por hoy. Me voy volando al correo. Con muchísimos ~~xxx~~ abrazos a todos y en especial para ti, Guigo y Plinio y besos

Verne

Imagem 11: continuação de carta de Verena Stolcke a Mariza Corrêa – 14 de agosto de 1981.⁵¹

Nessa carta escrita por Stolcke enviada para Mariza Corrêa, a antropóloga desabafa sobre o contexto antropológico de trabalho na UAB. No meu período de intercâmbio na UAB pude ter um primeiro contato com a história da antropologia espanhola. Na disciplina “Antropologia dels pobles d'Espanya” ministrada pela professora e minha supervisora na Espanha, Maria Montserrat Clua i Fainé, pude ter um melhor entendimento desse contexto encontrado por Stolcke nos anos 1980. Aprendi sobre história espanhola, seus diferentes povos e a ditadura, e como tudo isso também influenciou sua própria antropologia. As características gerais da antropologia espanhola são marcadas por desenvolvimentos diferenciados por regiões; a institucionalização tardia; a “antropologia at home” (feita por espanhóis sobre

⁵¹ Arquivo Edgard Leuenroth - Fundo Mariza Corrêa, pasta “Correspondências”.

espanhóis); bem como uma antropologia periférica ou do Sul. Houve diferentes momentos, desde o folclore no estudo do patrimônio cultural; organização social, gênero e estruturas de parentesco; organização política e formas de autoridade e poder; crenças, religião e ritual e identidades, grupos e relações interétnicas.

Quando ela chegou, havia um ambiente pouco institucionalizado, pequeno e fechado ao exterior, enquanto Stolcke permanecia muito conectada com o mundo, por meio de seus contatos internacionais, expandindo a antropologia catalã também por ter se tornado diretora-presidente do Instituto Catalán de Antropología⁵². Segundo Clua i Fainé, Stolcke foi fundamental para a internacionalização do programa:

“Fundamental. Fundamental, porque en general en la antropología española, durante la mayor parte de su tiempo, ha sido una antropología muy realizada por antropólogos españoles dedicados a estudiar el pueblo español. Lo que llamaban “antropología at home”. Nos estudiamos nosotros mismos y luego en los años 50 vinieron estos antropólogos extranjeros que venían aquí, hacían el trabajo de campo, como el que se va a África o la Trobriand, se volvían para Oxford o para Chicago, hacían sus tesis sobre estos nativos, que éramos los vascos y los andaluces, etcétera. Pero la mayoría de la antropología española se hacía en el territorio. Entonces, había muy poco, y después de la guerra civil y el franquismo, había muy poco contacto internacional, muy poca antropología, muy poco contacto. Y claro, cuando llega Verena aquí en los años 70, en este departamento, que básicamente estaba Ramón Valdez, que sus contactos eran otros profesores de España. Los discípulos que vinieron con Ramón desde Oviedo, que eran jóvenes estudiantes que conocían a España. Y nadie más. Viene Verena con unos contactos con Brasil, contactos con Oxford, hablando en inglés, que nadie más hablaba en inglés en ese momento, hablando portugués. Y creo que ella ya estaba en contacto desde el principio, cuando se creó la EASA, la Asociación Europea de Antropología.” (trecho de entrevista com Montserrat Clua i Fainé, 2023)

Foi através dos contatos de Stolcke que muitos alunos da UAB puderam fazer períodos de intercâmbio no exterior. O departamento de antropologia da UAB foi o primeiro a implementar o programa Erasmus, tudo graças ao esforço de Stolcke. Nos anos de 1989-1990, ela estabeleceu os convênios entre as universidades devido aos seus contatos e seu conhecimento de idiomas. Ela foi uma figura essencial para o desenvolvimento da antropologia catalã. Outros nomes igualmente importantes para a antropologia catalã que surgiram em minha pesquisa e nas entrevistas são Ramón Valdés, Joan Frigolé, Dolores Juliano e Aurora González.

“Yo creo que más la catalana que la española. Por eso, porque la antropología en España es global, evidentemente, pero desde el principio se ha construido muy por zonas. Lo que ahora llamamos cuidadas autónomas y que en realidad son regiones. Entonces, por Cataluña funcionamos de una manera, el País Vasco de otra manera, en Madrid de otra manera. Entonces, ella tenía sus propios contactos, sus propias cosas. Pero en Cataluña no había nadie más que tuviera estos contactos. Es más, yo diría incluso que cuando llegó aquí que todavía estaba casada con Martínez-Alier, los dos tenían muchos

⁵² “Institut Català d'Antropologia” <<https://www.antropologia.cat/>> Acesso em: 03/05/2024.

contactos. Entre antropólogos y economistas tenían muchos contactos. Y los que no venían por un lado de Verena, venían por otro. Y al revés también, yo creo que venía mucha gente también, porque estaba Verena aquí. Y esto también facilitó la llegada de gente que venía a contactos y pedir convenios con nuestro departamento, que yo creo que esto en la UB no lo tuvieron como en la UAB.” (trecho de entrevista com Montserrat Clua i Fainé, 2023)

Mais um relato de seus contatos internacionais na antropologia:

“Sí, conociendo gente de la Triple A, de la América del Sur, porque esto yo me acuerdo estar también en 2008, en mi primer congreso europeo. Mi primer congreso, no había ido nunca todavía, que fue en Lubliana, en Eslovenia. Y Verena estaba, evidentemente, y Montse Ventura también estaba ahí, y estás hablando con Verena: ‘Ay, espera, que te voy a presentar.’ Y te presenta Virginia Domínguez, que es la presidenta de la Triple A, de la American Anthropological Association. Pero como amigas, o sea, ellas se saludaban, no ahí te presentan, sino: ‘Ay, Virginia, ¿cómo se va? No sé qué, cuántos?’ Y con todo esto lo hacía Verena muy bien. Con toda naturalidad, te presentaba alguien que la conocía como un amigo o amiga, y resulta que era la presidenta de la Triple A o era el presidente de no sé qué, o era no sé quién de Stanford, pero que los conocía. Y esto sí, siempre parecía esto, que los conocía a todo el mundo como quien conoce a su vecino, una cosa fantástica.” (trecho de entrevista com Montserrat Clua i Fainé, 2023)

Uma contribuição muito relevante da influência de Stolcke na UAB foi a introdução da abordagem histórica na antropologia. Segundo Clua i Fainé, “la mirada de Verena es siempre muy antropológica de preguntarse incluso qué concepto estamos usando, qué significados históricos tienen, cuál es la raíz cultural o histórica que hay detrás. ¿Entonces, cuando se planteaba qué historia de la antropología? Se preguntó. Bueno, para hacer una historia de la antropología tengo que saber qué es la antropología.”⁵³ Também na entrevista com a professora e pesquisadora Montserrat Ventura: “A su enfoque de la antropología histórica es precisamente que no se puede entender el presente sin entender el pasado. Esto es una obviedad también para los historiadores, pero hay que intentar. Hay que intentar mirar el pasado con perspectiva antropológica”.⁵⁴

Como sabemos pelo capítulo I desta dissertação, sua tese de doutorado feita em Cuba foi toda com documentos históricos em arquivos, e nas entrevistas realizadas com ex-alunos e colegas pesquisadores, é uma tese mencionada e celebrada como inovadora até hoje: “Pionera. Su tesis doctoral sobre Cuba era una intersección entre raza, clase y género y no existía la palabra. Así fue como ella, cuando reeditó su libro, lo puso en el subtítulo. En el original no existía la palabra interseccional y ella lo puso porque realmente ya era un trabajo de interseccional.”⁵⁵

⁵³ Trecho de entrevista com Montserrat Clua i Fainé, 2023.

⁵⁴ Trecho de entrevista com Montserrat Ventura, 2023.

⁵⁵ Trecho de entrevista com Montserrat Ventura, 2023.

Um fato que aprendi sobre sua trajetória foi que realizou pesquisa de campo em Andalucia junto a seu marido na época, Juan Martinez-Alier. Essa informação não constava em nenhuma fonte que eu tinha acesso até conversar com os professores da UAB sobre o histórico de Stolcke. A viagem foi feita antes da antropóloga ir à Cuba, ela foi como “acompanhante” de seu marido, mas ao mesmo tempo foi ali que aprendeu a conversar com as pessoas e fazer perguntas. Segundo Ventura: “No sé si te han hablado de Andalucía. Ella estaba con las cuadrillas de jornaleros. No era su propia investigación, pero acompañando Martinez-Alier y también estaba un poco metida en este tipo de antropología marxista que se hacía en la época, no? E intentar entender la situación de las clases más desfavorecidas. Y esto no tenía nada que ver con la antropología que se hacían en Cataluña y tampoco con la antropología que se hacía en el Estado español.”.⁵⁶ Ou seja, ela já participava de uma nova abordagem da antropologia que estava em desenvolvimento naquele momento.

Essa abordagem influenciou diretamente os departamentos de antropologia por onde passou, no Brasil e na Espanha, onde foi uma das fundadoras do ACHISP (Antropologia i Història de la Construcció de les Identitats Socials i Polítiques). Este é o grupo de estudos da UAB no qual participei como pesquisadora visitante. Na universidade é possível ver que muitos dos pesquisadores absorveram a perspectiva histórica, como também o pioneirismo da visão de gênero e feminista. Josep Lluís Mateo Dieste, um dos meus entrevistados, seu ex-aluno e orientado, realizou uma pesquisa sobre cartas trocadas entre Marrocos e Espanha que se tornou o livro: “A mi querido Abdelaziz... de tu Conchita. Cartas entre españolas y marroquíes durante el Marruecos colonial” (2020). Mateo Dieste analisa e apresenta materiais inéditos sobre o pós-guerra espanhol no Protetorado de Marrocos, entre 1936 e 1956. São cartas escritas por mulheres espanholas e homens marroquinos (muçulmanos e judeus), protagonistas de uma situação que transcende as interpretações habituais não apenas do pós-guerra espanhol, mas também das relações entre mulheres e homens, comunidades e religiões em situações coloniais. As cartas revelam relações íntimas muito diversas que despertaram a atenção da administração colonial, que iniciou uma censura e perseguição a elas, porque questionavam as barreiras entre colonizadores e colonizados.

Alexandre Coello de la Rosa e Josep Lluís Mateo Dieste são ex-alunos que foram diretamente influenciados pela abordagem histórica de Verena Stolcke. Coello é doutor em história pela State University of New York at Stony Brook (SUNY, EUA). Ele publicou

⁵⁶ Trecho de entrevista com Montserrat Ventura, 2023.

diversos trabalhos em livros e revistas especializadas sobre crônicas, história colonial do Caribe e história institucional e eclesiástica do Peru dos séculos XVI e XVII. Mateo Dieste tem formação interdisciplinar, é licenciado em Sociologia (UAB, 1991), Mestre em Antropologia (UAB, 1996) e em 2002 obteve seu doutorado em História no European University Institute (Itália). Eu pude entrevistar ambos, e ambos reconhecem a importância e influência de Stolcke em sua formação profissional. Na entrevista com Alex Coello:

“Yo creo que Verena siempre ha sido muy viajera, como tú bien dices. Pero además esa experiencia la supo plasmar en una suerte de cosmopolitismo que de alguna forma definió sus trabajos. Ella, pues, inculcó siempre a sus estudiantes, entre los que me incluyo, el hecho de que tuviéramos que marchar fuera, que no podíamos quedarnos en la Universidad española porque también fue esa una opción política. Es decir, luchar contra la endogamia universitaria y el hecho de luchar contra esa endogamia implicaba viajar, irse a otras universidades, a otros centros educativos. Josep Lluís y yo nos fuimos. Es decir, él estuvo en la Universidad de Florencia, y yo me fui a Nueva York. Entonces muchos de nosotros nos fuimos o nos nacionalizamos, por decirlo así. Yo creo que ese es un poco el sello de Verena. En mi caso no me considero un alumno de Verena, pero sí que me considero un intelectual que ha bebido mucho de esa fuente, no?”.⁵⁷

O artigo “¿Antropología vs. Historia? Una incómoda pareja de baile ” (2015) de Alexandre Coello de la Rosa e Josep Lluís Mateo Dieste foi resultado da Jornada Internacional “Elogi de l’antropologia històrica. Reflexions i perspectives”, realizada em 20 de março de 2014 na Universitat Autònoma de Barcelona. O objetivo desse encontro foi gerar uma reflexão sobre a relação entre antropologia e história, a partir de seus numerosos debates e propostas. Eles apresentam de forma resumida a relação entre ambas as disciplinas e seus principais autores pioneiros que trabalharam com essa relação, incluindo Verena Stolcke. A ideia central de muitos desses autores era que a inserção da história era parte obrigatória do próprio objeto de estudo e de toda teoria social que se prezasse: os trabalhos pioneiros de Verena Stolcke (1974), Sidney Mintz (1985) ou Ann Stoler (1985) no campo do colonialismo, ao trabalhar com documentos de arquivo e aplicar questões antropológicas-chave sobre a construção de desigualdades através da essencialização ou invenção de diferenças. Stolcke desenvolveu particularmente o que anos mais tarde seria chamado de teorias de interseção ao cruzar os fatores de classe, raça e sexo (STOLCKE, 2010).

“La idea de una antropología histórica no consiste en pensar que la antropología adopte una perspectiva histórica y viceversa, como parece plantear Dube (2007: 301). No es simplemente que el historiador tenga que leer el material de archivo con un “filtro antropológico”, o que el antropólogo acepte la dimensión histórica del trabajo de campo. Más bien se trata de reconocer que la separación resulta imposible, puesto que toda teoría de la sociedad debería comprender una teoría de la historia (Comaroff & Comaroff 1992: 13). Pero sí podemos decir que la aproximación de historiadores como

⁵⁷ Trecho de entrevista com Alex Coello, 2023.

Ginzburg o Thompson hacia grupos humanos de otras épocas fue similar a la que adoptaron los antropólogos para comprender culturas “exóticas”: esto es, que compartían el problema de aprehender el “native point of view” de otro lugar y de otro tiempo. Ello también implicaba estudiar a los grupos no hegemónicos infrarrepresentados por la historia oficial. Por ello no se trata tan sólo de “darle voz al otro”, sino de situarlo en contextos sociales y de poder para analizar los silencios, las exclusiones o las sobre-representaciones.” (COELLO & DIESTE, 2015, p.12).

Sobre o ICA, o Instituto Catalão de Antropologia, Verena Stolcke teve um papel fundamental na história da instituição. Fundado em 1978, o primeiro presidente da junta foi o historiador e etnólogo catalão Josep Maria Batista i Roca, seguido por Joan Frigolé que esteve no cargo de 1978 a 1990; de 1990 a 2001 foi Joan Bestard e por fim de 2001 a 2015 foi Verena Stolcke. Continuou no quadro de voluntários da instituição de 2015 a 2018 como “vocal”⁵⁸. No meu estágio em Barcelona, visitei o ICA e conheci a secretária Montse Martos, que pude entrevistá-la e perguntar sobre o papel de Stolcke para a instituição. Martos foi contratada no mesmo ano em que Stolcke se tornou presidenta, então pôde acompanhar de perto o trabalho da antropóloga para a instituição catalã. Nas nossas conversas, ela me disse que Verena Stolcke foi fundamental para a institucionalização da antropologia na Catalunha. Foi Stolcke quem escreveu para a EASA (European Association of Social Anthropologists) para que o ICA se tornasse parte da associação.

“Y luego ya le pusieron el Institut Català al ladito. Cuando era presidenta estaba viviendo al lado. Sí. Y cuando estuvo? Cuando estuvo presidenta también estuvo muy bien, porque además el Institut Català Antropologia. Claro, todo es voluntario, o sea, hay unas cuotas que pagamos los socios. Pero claro, las cuotas sirven para pagar el local, la secretaria, el papel y poca cosa más. Nadie cobra nada excepto la secretaria, que es una profesional, no? Y claro, lo tienes que hacer en tus horas libres, ser presidenta, ser secretaria, estar en la Junta, o sea, organizarlo, organizar las cosas. Luego los socios hacen, pero hay una junta que organiza cosas. Y no todo el mundo tiene tiempo para hacer esto. Y entonces lo haces jubilado o lo haces a alguien que ya es catedrático o alguien que tenga ganas de dedicarse a esto. Y normalmente los presidentes han estado poco tiempo, lo hacen unos años y luego se dedican a otra cosa. Y Verena Yo creo que esto te lo confirmará Montse Martos, pero creo que es de las que ha estado más tiempo que cuando lo cogió.”⁵⁹

Na entrevista com Josep Lluís Mateo Dieste, ele também mencionou o papel de internacionalização desempenhado por Stolcke, não apenas por meio de contatos, mas também recebendo outros pesquisadores e antropólogos em sua própria casa em Cerdanyola del Vallès, como um local de encontro:

⁵⁸ Segundo Montse Martos, a secretária do ICA, quando a questioneei sobre o que fazia a categoria “vocal” no instituto, me respondeu que as juntas das associações são formadas por presidente, secretário/a, tesoureiro/a, que são os cargos obrigatórios; os/as “vocales” são o restante das pessoas que fazem parte da junta, que também têm voz e voto em todas as decisões que correspondem a ela.

⁵⁹ Trecho de entrevista com Montserrat Clua i Fainé, 2023.

“De encuentro quiero decir. Pues yo que sé que venía alguien y como a lo mejor venía un antropólogo que conocía de América, le decía ‘bueno pues ven a mi casa’. O sea, en su casa pasaba bastante gente. Y sí. Y claro, ella estuvo muchos años viviendo en Cerdanyola antes de irse al piso que está actualmente.” (...) una persona que fue a muchos congresos y tal y tenía una red social muy importante. ¿Capital social, pero de antropología no? De aquellos años.”.⁶⁰

Entre as principais atividades realizadas por Stolcke durante seu período no ICA, destacam-se: IX Congresso de Antropologia: Cultura & Política Organizado pelo Instituto Catalão de Antropologia (ICA) e pela Federação de Associações de Antropologia do Estado Espanhol (FAAEE - atualmente Associação de Antropologia do Estado Espanhol ASAAE) em 4, 5, 6 e 7 de setembro de 2002; homenagem a Claude Lévi-Strauss por ocasião do XVII Prêmio Internacional Catalunha "A propósito de Lévi-Strauss", em 30 de maio de 2005; homenagem ao antropólogo John V. Murra, em 20 de fevereiro de 2007; Simpósio Internacional “¿Naturaleza o cultura? Un debate necesario” em 25, 26 e 27 de junho de 2009; homenagem a Josep R. Llobera, em 17 de fevereiro de 2011; inauguração do ICA "Em memória de Ramón Valdés", em 24 de novembro de 2011; jornada “La Antropología social en la educación secundaria. Más allá de la inmigración”, em 22 de novembro de 2013; e mesa redonda "Cuerpos y memorias exhumadas: el papel de la antropología ", em 23 de janeiro de 2015.

O interessante é que são tantas conexões e trabalhos realizados por Stolcke que, quando eu lhe perguntava sobre alguns deles, como este da EASA, ela dizia que não se lembrava. Sua vida era seu trabalho, tudo estava interconectado e cruzado, e ademais, ao pensar no tempo de trabalho no ICA por tantos anos é praticamente impossível que ela se lembre de tudo que fez para o Instituto. Foi também ela quem incorporou a instituição em 2005 no World Council of Anthropological Associations. Integrado por associações de antropologia de todo o mundo, o principal objetivo do WCAA é a divulgação da antropologia. A inclusão do ICA trouxe uma maior visibilidade para a instituição catalã a nível internacional.

Uma passagem que apareceu em uma das entrevistas foi a metáfora criada espontaneamente por Clua i Fainé, que Stolcke era como uma abelha, que circulava e distribuía o “pólen” por onde passava, de um lugar a outro: “Entonces esto era una cosa que en todo el departamento nadie más lo hacía. Era la que buscaba dar vueltas. No paraba, no paraba, no paraba. Y esto no dejaba de ser algo que nos llevaba cada vez que era como. Sabes? Como la abejita que hay una abeja que va cogiendo polen y luego va cogiendo polen de todas las flores.

⁶⁰ Trecho de entrevista com Josep Lluís Mateo Dieste, 2023.

Luego lo lleva para hacer la miel, no? Pues en realidad lo que hacía era estaba polinizar. Lo que pasa es que al moverse yo creo que poliniza aquí, allí y acá. O sea, con sus aleteos.”⁶¹ O papel da internacionalização da antropologia catalã deveu-se ao caráter circulante de Stolcke, que polinizava os lugares em que passava e trabalhava, deixando suas influências e contribuições extremamente relevantes.

3.2 Investigações feministas e uma vida ativista

Ainda sobre a influência de Stolcke na antropologia espanhola e catalã, é importante destacar seu papel nas pesquisas de gênero e feministas. "La vieja guardia de la antropología feminista" (2023) de Joan Prat Carós é um livro do antropólogo catalão sobre as antropólogas feministas que inauguraram a pesquisa em perspectiva de gênero na Espanha. São elas Teresa del Valle, Dolores Juliano, Verena Stolcke e Virginia Maquieira. "Comparten una tarea común: poner en el mapa la perspectiva académica feminista. Son precursoras, mentoras y nuestras antecesoras directas." (PRAT, 2023, p. 7). Segundo Prat, elas são pioneiras nos estudos de gênero com perspectiva feminista na Espanha; introduziram a antropologia feminista no país a partir das universidades em que trabalhavam. Uma coisa significativa é que as quatro antropólogas eram estrangeiras. Dolores Juliano e Virginia Maquieira são argentinas, Verena Stolcke é de origem alemã e Teresa del Valle retorna ao País Basco após uma longa estadia em Guam e a apresentação de sua tese de doutorado no Havaí.

Joan Prat faz uma contextualização da antropologia espanhola na época em que as quatro pesquisadoras desenvolviam suas pesquisas para dar maior significado ao seu trabalho e às contribuições aprendidas em países estrangeiros. Segundo o autor, no início da década de 1980, o panorama da antropologia na Espanha era desolador. Havia disciplinas de antropologia em várias universidades espanholas, mas não existia um curso de graduação e apenas as associações criadas por jovens pesquisadores/as ofereciam a possibilidade de trabalhar como profissionais. A ditadura franquista havia eliminado das universidades espanholas disciplinas humanísticas ou sociais que incomodavam e submetido a um rígido controle ideológico aquelas que serviam para legitimar seu poder, como história ou geografia, por exemplo. A Espanha tornou-se um campo de trabalho para profissionais da antropologia britânica ou americana, enquanto intelectuais de prestígio, como Julio Caro Baroja, buscavam refúgio em seus próprios escritos e pesquisas fora da universidade. Para Prat, "Ante esta situación, las aportaciones de las cuatro antropólogas feministas representaban una novedad y un fuerte impulso, asentado en

⁶¹ Trecho de entrevista com Montserrat Clua i Fainé, 2023.

una formación sólida, que bebía de las corrientes internacionales." (PRAT, 2023). Algo destacado pelo autor é que tanto Stolcke quanto dell Valle, que dominavam perfeitamente o inglês, se envolveram não apenas em sua própria universidade, mas também estabeleceram vínculos internacionais que contribuíram para sua projeção acadêmica, como já mencionado no capítulo desta dissertação. Sua participação ativa na EASA é um exemplo disso, fato que ouvi nas entrevistas, sobre seu importante papel na internacionalização também pelo seu conhecimento de idiomas. Esses esforços deixaram uma marca institucional profunda e contribuíram para dar relevância, na Espanha, à perspectiva feminista na antropologia.

Em 1987 Verena Stolcke realizou uma apresentação no encontro “A mulher e o discurso científico”, realizado na Universitat de Valencia, que se tornou a publicação: “Que revolución feminista en la enseñanza?”. Nesta apresentação, Stolcke propõe argumentos para transformar a educação através de uma perspectiva feminista. Discute primeiramente que a ciência e o conhecimento científico não são neutros, refletem os valores e interesses daqueles que os produzem. No entanto, mostra que para chegar à superação do androcentrismo e do machismo no saber dos acadêmicos ocidentais, é preciso compreender e ultrapassar as relações e lutas por poder. “As diferentes formas de subordinação das mulheres são sempre produto de uma relação sociopolítica historicamente determinada pelo poder que os homens exercem sobre as mulheres numa determinada sociedade.” (STOLCKE, 1987, p. 37). Defende que sua “utopia” vai mais além de reivindicar uma mera igualdade de direitos; luta para transformar radicalmente as relações entre homens e mulheres, de tal forma que possamos ser independentes, mas sem por isso abdicar da solidariedade, da lealdade e o afeto que somos capazes na nossa condição de seres humanos inerentemente sociais. Faz uma crítica aos “programas de estudos da mulher”, oferecidos em muitas universidades, porque tendem a limitar a estudar a mulher como categoria social por si só – sendo que ela só existe como mulher a partir da sua relação com o outro. Stolcke mostra o papel da antropologia social que permitiu desmistificar muitos dos valores ocidentais que nos foram impostos como universais, supostamente por serem naturais, e cita Marilyn Strathern para exemplificar como a antropologia converteu a análise feminista numa peça dentro do contínuo processo de fragmentação do saber. No artigo, é relatado um intercâmbio da autora com o público dizendo que muitas mulheres, como ela mesma, chegaram ao feminismo a partir de nossas próprias vivências como mulheres. Entretanto, para ela, deveríamos ter compreendido também que é muito diversa a experiência de ser mulher. Por isso, não deveria ser seguido o slogan dos anos 70 de que “o pessoal é político”: para ela, é cair

na armadilha de tomar nossas vivências particulares como a medida de todas as coisas, sem reconhecer e tratar de entender essa diversidade.

“No me cabe ninguna duda de que las preguntas que me planteo en mis trabajos de investigación y mis intuiciones explicativas tienen mucho que ver con mi historia personal. (...) Ello es así porque no puedo desvincular mi investigación de mi deseo por transformar nuestra realidad. De esta combinación de vivencias personales y del esfuerzo de ir más allá ha resultado un interés especial por lo que suelo llamar ‘procesos de naturalización de formas de desigualdad social’, donde veo una vinculación fundamental entre desigualdad social, sexual y racial. Siempre cuando, por razones sociopolíticas que pueden variar históricamente, se “naturalizan” ideológicamente las relaciones sociales, una consecuencia es el control y la dominación ejercida sobre las mujeres.” (STOLCKE, 1987, p. 39-40).

O ponto de partida de sua crítica à essa teoria antropológica, resultado de suas investigações sobre a sociedade escravagista cubana no século XIX, sobre a construção social dos papéis sexuais, dos conceitos de maternidade e paternidade e sobre as novas tecnologias reprodutivas, é tornar evidente esta tendência tão característica de nossa sociedade de classes a naturalizar a desigualdade. E, o ponto de partida dessa naturalização são as relações de poder e sua legitimação ideológica.

A trajetória antropológica de Stolcke foi palco para discussões de natureza e cultura. Um artigo citado em diferentes entrevistas, considerado já um clássico usado nas aulas de graduação em antropologia na UAB, é o “¿Es el sexo para el género como la raza para la etnicidad?” (1992). Neste artigo, Stolcke se propõe a problematizar a perspectiva dualista de como a sociedade de classes tende a legitimar e consolidar as desigualdades sociais, conceitualizando-as como se estivessem baseadas em diferenças naturais imutáveis. O senso comum ocidental moderno distingue a natureza da cultura como se tratasse de dois aspectos da experiência humana claramente distintos. Ela analisa tal noção naturalista da função das mulheres na cultura ocidental e procura entender como a “raça” está relacionada à tal noção. Com isso, elabora uma interpretação da desigualdade na sociedade de classes que dê conta de como ambas conceitualizações se constituem reciprocamente. Argumenta que “mulher” não é uma definição universal, existem diferenças entre as mulheres, e para compreendê-las, é preciso compreender como as chamadas intersecções entre classe, raça e gênero produzem experiências comuns e diferentes. E, ademais, porque o gênero, a classe e a raça são constitutivas da desigualdade social. Neste artigo ela retoma a uma de suas principais hipóteses ao longo de sua carreira, que é o fenômeno crucial da tendência de “naturalizar” ideologicamente as desigualdades sociais.

“La desigualdad de género en la sociedad de clases resulta de una tendencia histórica a “naturalizar” ideológicamente las desigualdades socioeconómicas que imperan. Esta “naturalización” es un subterfugio ideológico que tiene como fin reconciliar lo irreconciliable, la ilusión de que todos los seres humanos, libres e iguales por nacimiento, gozan de igualdad de oportunidades, con la desigualdad socio-económica realmente existente, en interés de los que se benefician de esta última” (STOLCKE, 1992, pág. 89).

Em outras palavras, trata de mostrar como e por que o gênero, a classe e a raça têm um papel crucial e interrelacionado na constituição e perpetuação da sociedade de classes – esta que é profundamente desigual e contraditória. O racismo, ou seja, a “naturalização” (aspas da autora) da desigualdade social, é uma doutrina ideológica que pretende reconciliar a ilusão da igualdade de oportunidades com a desigualdade que realmente existe.

A antropóloga é conhecida não somente por suas publicações e investigações feministas na academia, como também por seu ativismo fora da universidade. Em Cerdanyola del Valles participou ativamente do grupo de feministas da cidade, e ao se mudar para Barcelona, manteve contato com algumas mulheres que se tornaram amigas e faziam encontros esporádicos em sua casa. Quando estava em Campinas fundou o primeiro coletivo feminista da Unicamp e organizou o primeiro encontro de mulheres da universidade. Conheceu seu ex-marido numa manifestação pró-Cuba em Stanford. Quando eu estava em seu apartamento em um dia de minha pesquisa, me convidou para acompanhá-la numa manifestação em favor da Palestina, caminhando com auxílio de um andador e com vitalidade.



Imagem 12: Stolcke na manifestação de mulheres contra o bombardeio da OTAN a Belgrad. Barcelona, 1999.



Imagem 13: Manifestação de mulheres contra o bombardeio da OTAN a Belgrad. Barcelona, 1999.



Imagem 14: Verena Stolcke numa manifestação pró-Palestina, 11 de outubro de 2023, Barcelona. Arquivo pessoal.

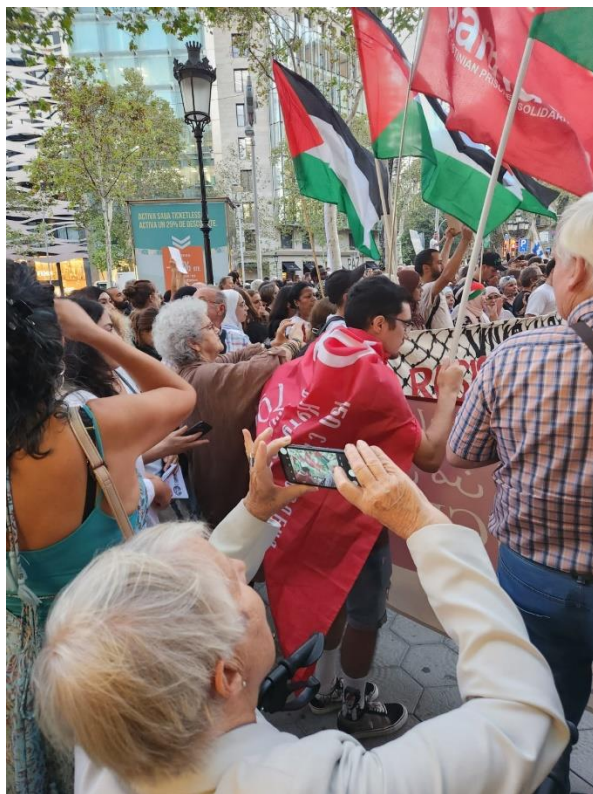


Imagem 15: Verena Stolcke tirando fotos na mesma manifestação pró-Palestina, 11 de outubro de 2023, Barcelona. Arquivo pessoal.

3.3 Natureza e cultura na ontologia ocidental

O artigo “Es el sexo para el genero lo que la raza para la etnicidad... y la naturaleza para la sociedad” (2000) é uma releitura do que publicou dez anos antes, de título “¿Es el sexo para el género como la raza para la etnicidad?” (1992) citado anteriormente. Como pesquisadora mostra sua revisão de argumentos, dizendo que o conhecimento não é um processo linear nem acumulativo, e sim, acidentado e circunstancial. No artigo de 1992, argumenta que há uma homologia entre etnicidade e raça, e gênero e sexo, analisando o conteúdo histórico de tais categorias. Ali ela coloca que as diferenças sociais foram naturalizadas com a finalidade de dominação política e econômica, e que na sociedade burguesa há uma relação estreita entre o racismo e o sexismo.

Stolcke analisa a noção biologistica e naturalista da função das mulheres na cultura ocidental, e procura mostrar o que tem a ver a “raça” com isso. Sua intenção é de elaborar uma interpretação da desigualdade na sociedade de classes que dê conta de como ambas as concepções se constituem reciprocamente. A autora apresenta as diferentes concepções de “gênero” publicadas nos anos 80, e conversa com o leitor ou a leitora no texto, dizendo que

após apresentar tantas explicações, nós estaríamos com uma sensação de “vazio factual”. Assim, ela explica que para não nos prendermos numa espécie de espiral construtivista infinita que jamais poderá oferecer uma explicação do porquê certos “fatos” naturais se conceitualizam de maneiras culturalmente específicas, é preciso examinar o contexto histórico que deram lugar às ideias de natureza e biologia determinadas, e que só assim pode explicar por que determinadas relações sociais são representadas em termos naturais. A autora mostra como desenvolveu sua argumentação a partir dos pré-conceitos, lançando luz nos pressupostos culturais que inspiraram as conceitualizações da essência biogenética e da herança e as construções de gênero na sociedade de classes; sendo este um passo primordial para poder descobrir como, por que e quando se estruturaram as relações de gênero, de classe, “raça” e “sexo”, e como se interrelacionam e se constituem reciprocamente. Stolcke, em resumo, pretende sugerir neste artigo que o racismo e o sexismo são doutrinas vinculadas e constitutivas da própria desigualdade de classes da sociedade burguesa. É um artigo denso, que contém muitas referências e informações, e exatamente por este motivo mostra a dedicação da antropóloga em contribuir com o debate de natureza e cultura através das questões de gênero e “sexo”, mostrando sua vinculação com o conceito de “etnia” em contraposição ao de “raça” (aspas usadas pela autora).

Em 2003 publica “La mujer es puro cuento: La cultura del género” (2003). Neste artigo, a autora se propõe a recapitular brevemente as contribuições feministas na história da construção do “gênero”, em suas palavras: “um bom momento para recapitular a história de um conceito é quando este entra em crise”. (STOLCKE, 2003). A crise do gênero mencionada pela antropóloga está relacionada à crise atual das teorias sociais clássicas, particularmente as noções de cultura, natureza e sociedade. Ela defende que as relações de gênero são fenômenos socioculturais que estruturam a perpetuação da vida humana na sociedade de modo tão fundamental e enigmático como os sistemas de parentesco. Cita Marcell Mauss, que em 1938 mostrou que a concepção de pessoa é um artefato de uma grande e diversa história social. A fronteira entre material e cultural se quebra analiticamente a partir de Mauss e Lévi-Strauss, que insistem na ideia de que a diversidade cultural é parte da condição humana. Mauss se inspirou em Durkheim e antecipou o que hoje se entende por desconstrução de categorias sociais básicas como indivíduo e o sexo. Stolcke mostra que, na história da antropologia, os antropólogos centraram suas análises na pessoa, no indivíduo como categorias socioculturais universais, enquanto as mulheres – se apareciam nessas análises - eram pessoas destinadas a serem esposas, parentes trocadas por homens, como visto nos estudos de parentesco. São as

militantes feministas com suas denúncias de opressão e discriminação das mulheres perante as produções históricas, etnográficas e teóricas nas seguintes quatro décadas que se encarregaram de mostrar que não apenas o homem é essa invenção da cultura, mas também a mulher. Desse modo, Stolcke traça uma história da relação da trajetória feminista: por um lado, estava em estreito contato com o movimento social e político de emancipação pessoal coletiva; por outro, construía um trabalho teórico inspirado pela ânsia em identificar as raízes da opressão. Elenca algumas autoras como Betty Friedan, Ann Oakley, Gayle Rubin, bell hooks, Donna Haraway e Judith Butler. Por volta dos anos 1970 saem à luz dois volumes pioneiros coordenados por antropólogas: “*Toward an Anthropology of Women*” (1975) e “*Women, Culture & Society*” (1974). As feministas socialistas anglo-saxônicas que estabeleceram o conceito contemporâneo de gênero desafiaram os determinismos “biosexuais” que justificavam a dominação masculina, trazendo as relações de poder para o campo político. Anteriormente, as teóricas feministas acabavam de alguma forma recorrendo aos fatores biológicos da reprodução para justificar as opressões. Já nos anos 1980, se sofisticaram as análises feministas quando as relações de gênero passaram a ser analisadas em seus contextos históricos e culturais completos. Ao longo da argumentação, cita também sua tese de doutorado em Cuba sobre as relações raciais e de gênero. Conclui seu artigo com uma “inconclusão”, dizendo que as investigações feministas percorrem ainda um longo caminho político e teórico pela frente desde seu início nos anos de 1960.

Nos anos 2000 suas publicações continuaram nadando no tema clássico da antropologia de natureza e cultura, através da perspectiva feminista, mas como novidade estavam voltadas para a questão das novas tecnologias reprodutivas. No artigo “*A propósito del sexo*” (2009) a autora se dispõe a analisar os dois âmbitos da vida humana colocados por ela como o começo e o fim: o sexo e a morte, respectivamente. Âmbitos estes que são permeados pelo argumento da existência de uma natureza humana intrínseca e inevitável. Para isso, constrói seu argumento a partir da análise das clonações. Mostra como e por que as extraordinárias e incessantes inovações na biologia molecular, na embriologia e biotecnologia são interessantes para repensar algumas das certezas presentes no senso comum científico, como também no campo das ciências sociais. Ela descreve também que a biotecnologia é um fenômeno fascinante por representar a cosmologia ocidental moderna:

“Por un lado está el modo literal como, a medida que se transfiguran en el laboratorio los hechos de la vida, la biotecnología ensambla los dos ámbitos de la experiencia humana, el ámbito de la biología, es decir, de todo aquello en la experiencia humana que consideramos inscrito y predeterminado por la naturaleza, y el de la cultura entendida como el dominio de la creatividad humana en sociedad, que la cosmología

occidental ha separado conceptualmente al menos desde Descartes como si se tratara de dos dimensiones evidentemente distintas y disociadas de la condición humana.” (STOLCKE, 2009, p. 46).

A autora ressalta ainda que o corpo humano moldado e inscrito por relações sociopolíticas não pode ser interpretado somente por um fenômeno puramente material e biológico; porém, não se pode ignorar a sua materialidade, já que ela constitui a “arena” na qual se desenvolve as experimentações biotecnológicas que a transforma.

Um ano depois, publica “¿Qué tiene que ver el género con el parentesco?” (2010), o qual inicia dizendo que não se surpreende pelo fato de que ainda seja necessário demonstrar a relevância epistemológica, teórica e política que tem o feminismo, ou a antropologia de gênero, para a antropologia de parentesco. Faz um apanhado histórico das críticas feministas ao androcentrismo na antropologia, dando destaque ao volume “Gender and Kinship. Essays. Toward a unified analysis” editado por Collier e Yanagisako em 1987. A publicação teve o objetivo de examinar as contribuições da teoria feminista na antropologia de parentesco, dissociaram de modo mais radical do que suas antecessoras feministas o sexo e a sexualidade como fatos biológicos do gênero enquanto concepção sociocultural. Para C. e Y. o gênero e o parentesco, ao invés de serem domínios fenomenológicos separados, constituíam em nossa sociedade um só domínio. Stolcke discorre também sobre as questões que permeiam os conceitos de interrelação, intersecção e interseccionalidades, se voltando sobre este último. Cita seu artigo de 1993 “Is sex to gender as race is to ethnicity?” e coloca que se induziu a escrever o atual exatamente por conta da aliteração cada vez mais frequente em debates teóricos feministas de raça, classe e gênero do qual a noção de interseccionalidade acabou surgindo. Na época em que escreveu não estava ciente de tais desenvolvimentos conceituais, dizendo que sua análise teve como base sua pesquisa histórico-antropológica ainda mais antiga sobre racismo e sexualidade na Cuba colonial. O interessante do presente artigo é poder acompanhar com a própria antropóloga sua revisão e uma nova interpretação de seus trabalhos antigos, aplicando o conceito de interseccionalidade que apresenta. Argumenta utilizando sua tese para ilustrar que o racismo científico colonial é uma versão histórica concreta do naturalismo ocidental moderno que contrapõe natureza e cultura, sociedade de biologia, como se fossem âmbitos dissociados da experiência humana. Esta argumentação clássica está presente na maioria de suas publicações, sendo possível perceber sua preocupação em revisitar sua própria bibliografia, como também, como ela busca sempre assinalar o dualismo de nossa ontologia ocidental, desde seus artigos sobre clones, até nestes sobre teorias feministas e sistemas de parentesco.

“En efecto, la cosmología dualista nos dota de las herramientas conceptuales— la oposición entre naturaleza y cultura— para legitimar ideológicamente las reales desigualdades características de la sociedad burguesa moderna. Sin este dualismo sería inconcebible cualquier ideología naturalista que sirviese para justificar situaciones socioculturales desiguales atribuyéndolas a deficiencias innatas individuales, ni que éstas pudiesen ser desafiadas por ser tenidas como injustas. Al atribuir los méritos o fracasos de las personas en última instancia a sus virtudes o deficiencias innatas en lugar de las circunstancias socioculturales a las que están sometid@s, no hacemos más que alimentar nuestra forma biológica y genealógica del parentesco.” (STOLCKE, 2010, p. 187)

Em 2011 realizou uma apresentação em simpósio internacional que gerou o artigo “¿Naturaleza o cultura? Un debate necesario” (2011). Stolcke discorre sobre o uso de “corações híbridos” para resolver a escassez de órgãos de transplante, segundo divulgado na revista *New Scientist* em 2009. Cita Phillippe Descola, que em 2005 denominou de naturalismo a visão dualista do mundo no qual se classificam os seres vivos segundo governados pelas leis da natureza ou pelas convenções sociais. A antropologia que tanto estudou a experiência humana em relação à sua diversidade no espaço e tempo, compartilhou desde seu início no Renascimento europeu, juntamente com as ciências naturais, a ideia que existia uma clara linha dividindo o mundo da criatividade humana com o resto de seres vivos. A oposição entre natureza e cultura, chamado de dualismo cartesiano, tornou-se um pressuposto inquestionável da antropologia cultural. A noção chave de cultura, se desenvolveu na luta inacabada das ciências sociais contra a ânsia das ciências naturais em reduzir o comportamento humano e sua variedade cultural a fatores biológicos, ou seja, naturais e hereditários. Através de sua argumentação, Stolcke mostra que o exemplo do “coração híbrido”, os feitos da vida humana na biologia molecular, biogenética e genômica mediante complexos procedimentos, estão redefinindo a relação entre natureza e cultura. Ela demonstra que a antropologia, para impulsionar uma reflexão sobre certezas ontológicas, usou das pesquisas etnográficas comparativas para mostrar o contraste entre natureza e cultura, sendo também algo relativo, já que a concepção da natureza em relação à cultura diverge entre as culturas. Os sistemas cosmológicos ameríndios não distinguem o mundo dos humanos com os não-humanos, concepção esta que difere do dualismo cartesiano ocidental. Ela conclui demonstrando que a dimensão político-ideológica do naturalismo moderno ocorre pelas doutrinas naturalizadoras que desempenharam um papel em justificar discriminações, exclusões e desigualdades sociais (econômicas, sexuais ou raciais), e só puderam ser idealizadas e postas em prática graças ao dualismo cartesiano que admite e atribui tais desigualdades sociais e políticas às diferenças naturais ou inventadas.

Mais adiante na questão das tecnologias reprodutivas, Stolcke publica “Homo clonicus” (2012). A antropóloga argumenta que a tensão entre a singularidade individualista e a imersão social de um indivíduo em sociedade, passa pela biotecnologia e pela clonagem em mais de um sentido. Cita o exemplo da ovelha Dolly para ilustrar que a ciência e tecnologia estão inevitavelmente enquadradas nas relações sociais e influenciadas por valores culturais sem isso interferir nas suas implicações materiais. Ela afirma que é espetacular como isso afeta a dimensão simbólica da mudança do “enredo”, dos fatos tradicionais da vida dos mamíferos. Ela cita também a revolução da descoberta dos potenciais presentes nas células tronco; além de poderem se tornar qualquer tipo de tecido humano, individualizou a noção de doença, pela perspectiva da “doença genética”, negligenciando assim a possibilidade de causas pelo ambiente. Através de sua argumentação mostra que no pensamento ocidental moderno os conceitos de natureza e cultura na maioria das vezes foram considerados como forças em conflito, com a natureza existindo à serviço dos humanos ou as leis da natureza determinando seu destino (STOLCKE, 2012, p. 31). A clonagem é um exemplo privilegiado das intersecções negligenciadas entre a natureza e a cultura. É a realização de suposições genéticas deterministas trazidas à realidade material nos laboratórios criados pela inteligência humana. A natureza se tornou um objeto de experimentos e conhecimentos, possuindo ao mesmo tempo uma realidade material que é irremediavelmente construída pela cultura. Stolcke conclui seu argumento que a tecnologia de clonagem é uma manifestação da nossa sociedade moderna intensamente competitiva, mas profundamente desigual, na qual as conquistas individuais são paradoxalmente atribuídas às capacidades ou falhas inatas (STOLCKE, 2012, p. 37).

Estes são alguns exemplos do extenso trabalho da antropóloga na Espanha. Depois de 38 anos dedicados à antropologia, tanto na pesquisa quanto no ensino, e 28 anos de vínculo com a UAB, a catedrática Verena Stolcke se aposenta ao término do ano letivo de 2007-2008. O Departamento de Antropologia organiza e publica um site junto à Biblioteca d'Humanitats que se tornou um pequeno arquivo online da

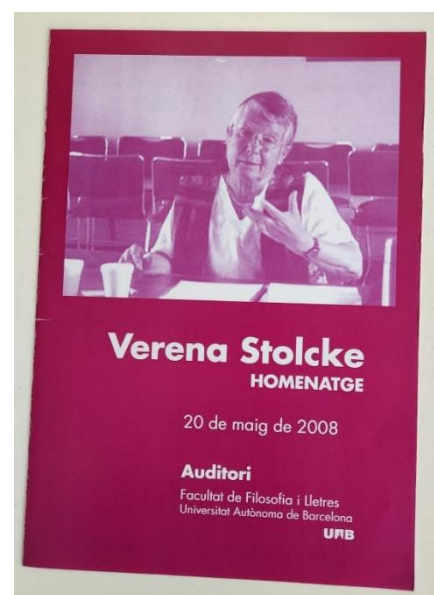


Imagem 16: Foto do panfleto de divulgação da homenagem feita à Verena Stolcke para sua aposentadoria, 2008. Arquivo pessoal.

trajetória de Stolcke.⁶² Também realizaram uma homenagem na própria universidade que contou com a presença dos antropólogos Manuela Carneiro da Cunha, Peter Fry, Olivia Harris, Dolores Juliano, Manuel Delgado, Aurora González e outros ex-alunos e colegas como Montserrat Ventura.

⁶² Usei algumas fotos nesta dissertação desse arquivo online. Pode ser acessado em: <<https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2008/26712/stolcke/portada.asp>>

Considerações finais

História de uma antropologia viajante

Como visto na introdução deste trabalho, a história da antropologia reflete a estrutura particular da disciplina, segundo Henrika Kuklick em “History of Anthropology” (2014). De acordo com a autora, isso é evidente quando se trata da tradição oral dos antropólogos, pois a percepção que temos dos antropólogos do passado é amplamente transmitida por meio de histórias orais. Essas histórias, no entanto, não se baseiam em um estudo aprofundado desses personagens, mas sim em anedotas e episódios. A história de Verena Stolcke contada nas entrevistas com ex-alunos e colegas, e em depoimentos por ela mesma é um exemplo disso. Kuklick indica que biografias, coletâneas de cartas, reconstruções de debates específicos e outras bibliografias historiográficas não são incluídas nos cursos de antropologia, que privilegiam a produção teórica dos antropólogos sem dar muita atenção às condições históricas particulares nas quais tal produção foi realizada. Sem o conhecimento destas [as condições históricas], não é possível entender plenamente aquela [a teoria]. Através da reconstrução dos contextos históricos da circulação de Verena Stolcke, tentei realizar um estudo aprofundado sobre sua produção antropológica feita nesses deslocamentos.

Um exemplo do estudo da historiografia por meio do contexto, é de Lygia Sigaud na apresentação de *Sistemas Políticos da Alta Birmânia* de Edmund Leach (2014), no qual argumenta que as escolhas feitas em uma determinada carreira são pautadas não somente nas escolhas profissionais ou por tradições nacionais, mas sobretudo, na trajetória pessoal. Ela nos mostra que a história da antropologia não é óbvia ou evidente, a historiografia questiona a uniformidade de uma única história. O livro coloca o problema central da mudança dentro do campo da antropologia, e Sigaud argumenta que através dessa etnografia Leach rompe com a ideia de unidade estável porque sempre teve um perfil contra os *establishments* de sua vida como família, universidade e mesmo dentro da própria antropologia. Ou seja, para compreendermos a relevância da obra de Leach, é necessário entendermos os lugares de produção e recepção do conhecimento, bem como as relações e mediações envolvidas neste processo. Como afirma Kuklick (2008), é necessário descrever os episódios que fizeram parte do desenvolvimento das ciências humanas porque isso servirá também para revelar aspectos gerais da ordem social na qual ocorreram.

Assim como aponta Sigaud, em minha investigação pude concluir que as escolhas feitas na carreira de Stolcke não se pautaram apenas nas tradições nacionais da disciplina – pelo

contrário – foram baseadas na trajetória pessoal da antropóloga. Seu doutorado em Cuba foi realizado em um momento em que intelectuais europeus de esquerda estavam interessados nos efeitos da revolução no país, assim como seu marido na época, e foram juntos até lá para pesquisar. Apesar de sua formação em Oxford, que frisava que o método tradicional na antropologia era o trabalho de campo, Stolcke inovou com seu trabalho histórico em arquivo, realizado devido às circunstâncias de seu contexto de chegada em Cuba. Por meio das mediações de seu orientador Peter Rivière, viajou ao Brasil com sua tese debaixo do braço e duas filhas, com a missão de fundar o curso de antropologia na Unicamp. Ao chegar, observou o contexto desse país tão desigual, que durante a ditadura militar estava construindo uma universidade de ponta ao lado de fazendas com trabalhadores rurais explorados. Decidiu conhecer essas pessoas, estudar esse contexto e realizar seu primeiro trabalho de campo, que resultou numa pesquisa histórica sobre as fazendas de café no estado de São Paulo, sendo uma importante referência até hoje.

Pelas lentes de Peixoto (2015), pude entender as viagens de Stolcke: pequena imigrada para a Argentina, viagens de estudo, trabalho e pessoais, mudanças de continente feitas de navio e visitas de avião; todas elas como forma de acesso à produção do conhecimento. Viagens que não se definiram apenas como conexões entre lugares, mas uma forma de ser e estar no mundo (PEIXOTO, p. 249, 2015).

Há muitas histórias da antropologia por serem escritas de muitas maneiras e elas são absolutamente pertinentes para a disciplina e a produção da teoria antropológica porque questionam justamente a ideia que fazemos do que é a antropologia. Como afirma Mariza Peirano, “não há uma história da antropologia. Devemos deixar espaço para que nossos antecessores possam nos falar sobre sua experiência, possam nos informar sobre os problemas (teóricos ou existenciais) que enfrentaram, possam, enfim, nos fazer refletir a partir do que fizeram [...]. O resultado é que nossa história será sempre espiralada, nunca evolutiva nem unidirecional.” (PEIRANO, 2014). Dessa maneira, o problema não consiste somente em escrever a história da antropologia, mas de pensar sobre como e por qual motivo redigir tal história, daí a ênfase na historiografia da antropologia. Ela permite que o espiral passe por diferentes abordagens e olhares de pesquisa, e neste presente projeto, pela viagem transnacional de Verena Stolcke: sua circulação por diferentes continentes, desenvolvendo o conhecimento antropológico em movimento, transcendendo as definições nacionais.

Por fim, acredito que a presente dissertação alcançou seus objetivos ao investigar a questão da circulação na trajetória da antropóloga Verena Stolcke. Através da análise detalhada

de fontes arquivísticas, da realização de entrevistas, do intercâmbio na Espanha e de sua produção bibliográfica, foi possível evidenciar que a circulação transatlântica foi chave para pensar sua produção de conhecimento. Os resultados obtidos não apenas corroboram com a literatura existente no tema da circulação, que contesta as tradições nacionais; mas também oferecem novas perspectivas sobre personagens circulantes e suas produções na história da antropologia. Portanto, segundo a própria Verena Stolcke: “(...) supongo que soy... ‘la viajante de la antropología’.” (CLUA et. al, 2008). Uma das muitas viajantes que compõem o espiral da história da disciplina.

Referências bibliográficas

Arquivos consultados

Fundo Verena Stolcke – Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp) – Campinas (SP).

Fundo Mariza Corrêa – Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp) – Campinas (SP).

Entrevistas

CLUA FAINÉ, Montserrat. Entrevista concedida a Luísa Registro Fonseca. Barcelona, 27 de novembro de 2023.

COELLO, Alex. Entrevista concedida a Luísa Registro Fonseca. Barcelona, 4 de dezembro de 2023.

MARTOS, Montse. Entrevista concedida a Luísa Registro Fonseca. Barcelona, 12 de dezembro de 2023.

MATEO, Josep Lluís. Entrevista concedida a Luísa Registro Fonseca. Barcelona, 30 de novembro de 2023.

STOLCKE, Verena. Entrevistas concedidas a Luísa Registro Fonseca. Barcelona, diversas datas, 2023 e 2024.

VENTURA, Montserrat. Entrevista concedida a Luísa Registro Fonseca. Barcelona, 28 de novembro de 2023.

Entrevistas realizadas por terceiros

AZEREDO, Sandra & STOLCKE, Verena, eds., *Direitos reprodutivos*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas / PRO-DIR, 1991.

CLUA, Montserrat; TAMARIT, Laura; RIBAS, Fina; BLASCO, Roser. “En toda teoría hay algo de biografía” Entrevista a Verena Stolcke. *Revista de recerca i investigacio en antropologia*, n.9, 2008.

CESAR, Rafael do Nascimento; LASSALI, Thais Farias. “‘Imagina as coisas que se podia imaginar’: jovens antropólogos e uma tese embaixo do braço. Entrevista com Verena Stolcke.” *Proa – Revista de Antropologia e Arte*, n. 7 v. 1, p.167-179. Campinas, 2017.

HOLGADO, Isabel. “Entrevista a Verena Stolcke”. *Revista de Estudios Sociales* no. 49, p. 210-215. Bogotá, 2014.

NASCIMENTO, S., & FRANCH, M. (2017). Sensibilidades feministas e inquietudes antropológicas - Entrevista com Verena Stolcke. *Revista De Antropologia*, 60(1), 117-139. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.132070>

VENTURA, Monstserrat. “Un diálogo con Verena Stolcke. ‘La naturaleza y la cultura no son los extremos de un continuum’.” *Íconos, Revista de Ciencias Sociales* num. 40, 2011.

Livros e Artigos

ADUNICAMP: em defesa da universidade. Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas. Editora da UNICAMP, 1991.

AZEREDO, Sandra & STOLCKE, Verena (Coord.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.

BOOTH, David. “Race and sexuality in the Cuban past.” *Bulletin of the Society for Latin American Studies*, No. 23 (April 1975), pp. 23-29

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Diário de Campo: a antropologia com alegoria*. Editora Brasiliense, 1982.

CAPONE, Stefania & PEIXOTO, Fernanda Arêas. “Antropologias no Brasil: uma breve introdução histórica”, in BEROSE - International Encyclopaedia of the Histories of Anthropology, Paris, 2020.

CARVALHO, Patrícia Dyonisio de. “A transição democrática espanhola sob duas perspectivas historiográficas: a da transição finalizada e a da democracia incompleta”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

COELLO, Alexandre & DIESTE, Josep Lluís Mateo. “¿Antropología vs. Historia? Una incómoda pareja de baile” Quaderns-e, Vol. 20, Nº. 2, 2015.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 2ª ed. rev. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

—. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

—. *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

—. “A Antropologia no Brasil (1960-1980)”. In: *História das Ciências Sociais no Brasil Volume 2*. MICELI, Sérgio (org.). Editora Sumaré, 1995.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo.” *Mana. Estudos de Antropologia Social*, vol. 10, nº 2, 2004, pp. 287-322.

—. “Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias de/nos arquivos”. *Estudos Históricos*, nº 36, 2005, pp. 7-32.

DES CHENE, Mary. “Locating the past”. In: GUPTA, A; e FERGUSON, J. (org.), *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press. pp. 66-85. 1997.

DOMINGUEZ, Jorge I. [Untitled]. *The Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 6, No. 2, The History of the Family, III (Autumn, 1975), pp. 303-307.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Colaboração de Sérgio Fausto. Edusp, 2013.

FLEURY, Sonia. (org.) *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2006.

FONSECA, Luísa; SOBRAL, Luís Felipe. Os papéis de Verena Stolcke: os primeiros anos da história do Departamento de Antropologia da Unicamp. In: XXIX Congresso de Iniciação

Científica da Unicamp, 2021, Campinas. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <<https://proceedings.science/unicamp-pibic/pibic-2021/trabalhos/os-papeis-de-verena-stolcke-os-primeiros-anos-da-historia-do-departamento-de-ant?lang=pt-br>>. Acesso em: 18 Maio. 2023.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Olanda: Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*. 2009. 296 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha. Quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

GLEJESES, Piero. *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976 (Envisioning Cuba)*. The University of North Carolina Press, 2002.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Review of Coffee Planters, Workers and Wives: Class Conflict and Gender Relations on São Paulo Plantations, 1850-1980, by V. Stolcke. *Journal of Latin American Studies*, 21(3), 603–605, 1989. <<http://www.jstor.org/stable/156968>>

HADDON, Alfred C., & A. Hingston Quiggin, *History of Anthropology*, Nova York e Londres, G. P. Putnam's Sons, 1910.

HEYMANN, Luciana; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle (org.) *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

HOBBS, Catherine. “O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos” In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.) *Pensar os Arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2018.

JORNAL DO CALOURO 1978 - Fundo Arquivo Central do Sistema de Arquivos AC/Siarq. Acesso em 10/05/2023 <<https://www.siarq.unicamp.br/difusao/exposicoes/publicacoes-estudantis-da-unicamp/anos-1970>>

KETELAAR, Eric. “(Des)construir o arquivo”. In: *Pensar os Arquivos, uma antologia*. HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). Editora FGV, 2018.

KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. P. 17-28.

KUBICA, Grazyna. Maria Czaplicka. Gender, Shamanism, Race. An anthropological biography. Lincoln, University of Nebraska Press, 2020

KUKLICK, Henrika. *A new History of Anthropology*. Oxford, Blackwell Publishing Ltd, 2008.

_. *History of Anthropology*, Roger E. Backhouse & Philippe Fontaine, eds., A Historiography of the Modern Social Sciences, Cambridge, Cambridge University Press, 2014, pp. 62-98.

LIMA, Márcia. “O uso das entrevistas na pesquisa empírica”. In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais: Bloco qualitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. P. 24-41.

MARQUES, Rickley Leandro. “O papel dos intelectuais na revolução cubana – o caso Padilla”. Em *Tempo de Histórias* - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História 123 PPG-HIS/UnB, n.13, Brasília, 2008.

MARTINEZ-ALIER, Verena. *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba. A Study of Racial Attitudes and Sexual Values in a Slave Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1974.

_. “As mulheres do caminhão de turma.” In *Debate e Crítica*, 5. São Paulo, Editora Hucitec. 1975.

MCDONOUGH, Peter. et al.. A democratização desencantada: a cultura política na Espanha pós-82. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 26, p. 187–218, ago. 1992.

MICELI, Sérgio. “O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil”. In: *História das Ciências Sociais no Brasil Volume 2*. MICELI, Sérgio (org.). Editora Sumaré, 1995.

MISKULIN, Sílvia Cezar. “A política cultural na revolução cubana: as disputas intelectuais nos anos 1960 e 1970. *Caderno CRH*, 32(87), 537–548. 2019.

MOTTA, Antonio. “Uma Antropologia à beira do mangue (Notas para uma história mais inclusiva da Antropologia no Brasil”. In: *A nova escola de antropologia do Recife: ideias, personagens e instituições*. CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; PEREIRA, Fabiana Maria Gama; MATOS, Silvana Sobreira de (org.). Recife, Editora UFPE, 2017.

PEIRANO, Mariza. “Etnografia não é método”, *Horizontes Antropológicos* [Online], 42, 2014.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. *A Viagem como Vocação: Itinerários, Parcerias e Formas de Conhecimento*. São Paulo: Fapesp/Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

PINTO, Felipe Neri Alves. “Antropologia entre três mundos: Emilio Willems e a institucionalização da antropologia brasileira”. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 2020.

POWELL, Charles. “El camino a la democracia en España.” In: *Cuadernos de la España Contemporánea del Centro de Estudios de la Transición Democrática Española* (Instituto de Estudios de la Democracia), n.1. CEU Ediciones, 2006.

PRAT, Joan. *La vieja guardia de la antropología feminista*. Publicacions URV, 2023.

RAMASSOTE, Rodrigo; SOBRAL, Luís Felipe. “A indisciplina de Fernanda Arêas Peixoto”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 70, p. 297-304, ago. 2018.

RIVAL, Laura & WHITEHEAD, Neil. 2001. "Forty years of Amazonian anthropology: The contribution of Peter Rivière". In: Laura Rival & Neil Whitehead (orgs.), *Beyond the Visible and the Material: The Amerindianization of Society in the Work of Peter Rivière*. Oxford University Press. pp. 1-18.

ROSEBERRY, William. Review of Coffee Planters, Workers and Wives: Class Conflict and Gender Relations on São Paulo Plantations, 1850-1980, by V. Stolcke. *American Ethnologist*, 16(4), 1989. <<http://www.jstor.org/stable/645124>>

ROSSI, Gustavo. "O intelectual "feiticeiro": Édison Carneiro e o campo de estudo das relações raciais no Brasil". Tese (doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 2011.

RUBIM, Christina de Rezende. Antropólogos Brasileiros e a Antropologia no Brasil: A Era da Pós-Graduação. Tese de Doutorado. Campinas, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *Sartre Visita a Cuba: ideologia y revolucion, una entrevista con los escritores cubanos huracan sobre el azúcar*. Ediciones, La Habana, 1960.

SCHWARTZMAN, Simon. Formação da Comunidade Científica no Brasil. São Paulo: Editora Nacional/FINEP, 1979.

SERAFIM, Amanda. "Abraços do velho: Roberto Cardoso de Oliveira e a construção de um projeto de antropologia." Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 2021.

SIGAUD, Lygia. "Apresentação" In: LEACH, E.R. *Sistemas políticos da Alta Birmânia. Um estudo da estrutura social kachin*. Edusp, 2014.

SILVERMAN, Marilyn. Review of Coffee Planters, Workers and Wives: Class Conflict and Gender Relations on Sao Paulo Plantations, by V. Stolcke. APLA Newsletter, 14(2), 23–25, 1991. <http://www.jstor.org/stable/24498129>

SOBRAL, Luis Felipe. “A conexão holandesa”. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.2. p. 219-229. May - Aug. 2016

—. “A Europa vista à distância. Resenha de East West Mimesis.” Revista Novos Estudos CEBRAP, 2017. Acesso em: 22/06/2021 <<http://novosestudos.com.br/a-europa-vista-a-distancia/>>

—. “Lady Frazer e seu marido. Gênero e anomalia na história da antropologia”. Cadernos pagu (54), 2018.

SOTO, Álvaro. La transición a la democracia: España 1975-1982. Alianza Editorial S.A., Madrid, 1998.

STOCKING, Jr., George W. “On the Limits of ‘Presentism’ and ‘Historicism’ in the Historiography of the Behavioral Sciences”, *Race, Culture, and Evolution. Essays in the History of Anthropology*, Chicago, The University of Chicago Press, 1982.

—, “The Ethnographer’s Magic. Fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski”, *The Ethnographer’s Magic and Other Essays in the History of Anthropology*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1992.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*, tr. de Denise Bottmann e João R. Martins Filho, São Paulo, Brasiliense, 1986.

—. “Prefacio: A propósito de una Antropología histórica.” Quaderns-e de l’Institut Català d’Antropologia, 20 (2), pp. 1-3. Barcelona, 2015.

—. *Racismo y sexualidad en la Cuba colonial. Intersecciones*. Bellaterra Edicions, 2017.

- . “The 'Nature' of Nationality" In: *Citizenship and Exclusion*. BADER, Veit. (org.) Macmillan Press Ltd, Londres, 1997.
- . “Talking Culture: New Boundaries, New Rhetorics of Exclusion in Europe.” *Current Anthropology* Vol. 36, No. 1, Special Issue: Ethnographic Authority and Cultural Explanation, 1995.
- . “¿Qué tiene que ver el género con el parentesco?”, en V. Fons, A. Piella y M. Valdés (eds), *Procreación, crianza y género. Aproximaciones antropológicas a la parentalidad*, 319-334, 2010.
- . “¿Que revolución feminista en la enseñanza?” *Papers, Revista de Sociologia*, Pp.33-42, 1987.
- . “¿Es el sexo para el género como la raza para la etnicidad?”. *Mientras Tanto* No. 48, pp. 87-111, 1992.
- . “Es el sexo para el genero lo que la raza para la etnicidad... y la naturaleza para la sociedad”. *Revista Política y Cultura*, número 014. Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, Pp. 25-60, 2000.
- . “La mujer es puro cuento: La cultura del género”. *Quaderns de l’Institut Catala d’Antropologia*, série monogràfics: A propost de cultura, N. 19, 2003.
- . “A propósito del sexo”. *Política y Sociedad*, Vol 46, Iss 1, Pp 43-55, 2009.
- . “¿Qué tiene que ver el género con el parentesco?”, en V. Fons, A. Piella y M. Valdés (eds). *Procreación, crianza y género. Aproximaciones antropológicas a la parentalidad*, 319-334, 2010.
- . “¿Naturaleza o cultura? Un debate necesario”. *Quaderns* 27, pp. 5-10, 2011.

—. “Homo Clonicus”. *Thamyris/Intersecting: Place, Sex and Race*; Vol. 25 Issue: 1 p. 25-43, 2012.

STOLCKE, Verena & WOLFSON, Leandro. “La "naturaleza" de la nacionalidad”. *Desarrollo Económico* Vol. 40, No. 157, pp. 23-43, 2000.

TAMBASCIA, Christiano Key. “Estrutura e sentido no africanismo de Mary Douglas: a etnografia no Congo Belga e o campo acadêmico britânico”. Tese (doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 2010.

TAMBASCIA, Christiano & ROSSI, Gustavo. “Sidetracks: Mariza Corrêa e a história da antropologia no Brasil”. *Cadernos PAGU* (54), 2018.

URRY, James. *History of Anthropology*, Alan Barnard & Jonathan Spencer, eds., *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, Londres, Routledge, 2010, pp. 348-351.

Anexo I – Quadro de arranjo “Fundo Verena Stolcke” do Arquivo Edgard Leuenroth**QUADRO DE ARRANJO****FUNDO VERENA STOLCKE****GRUPO 1 - ATIVIDADES DE PESQUISA ACADÊMICA****SUBGRUPO 1 - Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)****SÉRIE 1 - Coleta de dados****SUBSÉRIE 1 - Caderno de Campo****SUBSÉRIE 2 - Registro fotográfico****SÉRIE 2 - Organização e Análise das informações****SUBSÉRIE 1 - Apontamentos****SUBSÉRIE 2 - Seleção de Registros c/ apontamentos****SÉRIE 3 - Consulta às fontes de pesquisa e bibliografia****SUBSÉRIE 1 - Fichamento****SUBSÉRIE 2 - Levantamento Bibliográfico****SUBSÉRIE 3 - Nota de Leitura****SUBSÉRIE 4 - Apontamentos****DOSSIÊ - Fontes de Pesquisa (livros/livretos, matéria de jornal, matéria de revista, não identificados e outros)****DOSSIÊ - Turmeiros (Armando Boito)****GRUPO 2 - RELACIONAMENTOS PESSOAIS E CONVÍVIO FAMILIAR****SÉRIE 1 - Correspondência****SÉRIE 2 - Registro Fotográfico**